

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A ATUAÇÃO DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA DA BRIGADA
MILITAR, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

SÉRGIO ROTH PINTO

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Dorfman

PORTO ALEGRE, 2017

SÉRGIO ROTH PINTO

A ATUAÇÃO DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA DA BRIGADA MILITAR, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Dorfman

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS)
Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (UFRGS)
Prof. Dra. Cláudia Mauch (UFRGS)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, 2017

SÉRGIO ROTH PINTO

A ATUAÇÃO DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA DA BRIGADA
MILITAR, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Dorfman

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (UFRGS)

Prof. Dra. Cláudia Mauch (UFRGS)

PORTO ALEGRE, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitor: Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruder

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Pinto, Sérgio Roth

A atuação do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira da Brigada Militar, Rio Grande do Sul, BRASIL / Sérgio Roth Pinto. – 2017.

188 f.

Orientadora: Adriana Dorfman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Brigada Militar. 2. Polícia Militar. 3. Fronteira. 4. Crimes Transnacionais. 5. Crimes Transfronteiriços. I. Dorfman, Adriana, orient. II. Título

Bibliotecário: Mário Sérgio Leandro – **CRB-10/2468**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

À minha orientadora Professora Dra. Adriana Dorfman pela paciência, a enorme atenção, dedicação e persistência. Por me nortear no aprendizado, nos momentos difíceis e acreditar em meu trabalho. Obrigado.

À CAPES por prover bolsa de estudos durante o primeiro ano da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS pela oportunidade de acesso ao ensino gratuito e de qualidade.

Aos os professores Álvaro Luiz Heidrich, Luiz Fernando Mazzini Fontoura, Claudia Zeferino Pires do Programa de Pós-Graduação em Geografia e a professora Claudia Mauch de História da UFRGS.

Ao 4º BPAF pelo apoio e oportunidade de realizar este trabalho de pesquisa.

Ao Major Leo Acir Torres, ex-chefe do Instituto de Pesquisas da Brigada Militar (IPBM), pela atenção e a orientação, norteados os primeiros passos da pesquisa e a sua realização na Brigada Militar.

À Bibliotecária Joseane do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar, por sua atenção e ajuda com os materiais bibliográficos do acervo do IPBM.

Ao Coronel Sérgio Flores de Campos, pelo seu apoio e sua valiosa ajuda, com sugestões que foram de fundamental importância na pesquisa.

Ao Tenente Coronel Vladimir Fernando Dalla Costa Ribas pela atenção, apoio e abertura das portas do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira para a realização do trabalho de pesquisa.

Ao Capitão Vinicius Alexandre Karnikowski pelo apoio, atenção, ajuda e seu comprometimento em me atender quando solicitado.

Agradeço à disponibilidade dos Policiais Militares do 4º BPAF em campo, que me mostraram suas práticas e contribuíram para a coleta de dados.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa à minha esposa Simone por seu companheirismo, dedicação, compreensão e incentivo nos momentos mais difíceis no qual não me deixou esmorecer. Aos meus avôs Hermínio (in memoriam), Henrique (in memoriam) e aos meus pais José e Carolina pelos seus ensinamentos, que levo para toda a minha vida.

Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.
(Antonie de Saint-Exupery).

RESUMO

Esta pesquisa aborda a atuação do 4º BPAF – Batalhão de Polícia de Área de Fronteira da Brigada Militar no policiamento na Fronteira Noroeste do RS, frente aos crimes transfronteiriços e transnacionais praticados pelas redes de criminosos. A Brigada Militar não possui atribuição legal para atuar frente aos crimes transnacionais que demandam o trabalho de inteligência, envolvendo investigações de redes criminosas internacionais que ultrapassam a linha de fronteira. Na prática, devido a limitações e à falta de efetivo dos Órgãos Federais de segurança na fronteira, a Brigada Militar vem atuando contra estes tipos de crimes. E casos específicos quando o crime é de cunho transnacional o 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira da Brigada Militar atende pedidos da Polícia Federal e Receita Federal, realizando operações ao longo da Fronteira Noroeste com prisões de contrabandistas, traficantes de drogas e abigeatários. O policiamento do 4ºBPAF da Brigada Militar evoluiu ao longo dos anos, passando de simples patrulhas rurais para patrulhas operacionais especializadas em Fronteira. Com a atuação dos criminosos na região da fronteira em crimes transfronteiriços que se tornaram corriqueiros, o comando do 4ºBPAF criou o POE-Pelotão de Operações Especiais para atuar nas patrulhas na fronteira. A partir de 2012 o Governo Federal lança o PEF-Plano Estratégico de Fronteira e a ENAFRON-Estratégia Nacional de Fronteira investindo em viaturas, equipamentos, formação e treinamento de recursos humanos para as Organizações Policiais Militares dos estados da federação na Faixa de Fronteira. O estado do Rio Grande do Sul aderiu a esse programa da ENAFRON e não demorou muito para o Alto Comando e o Estado Maior da Brigada Militar elaborarem a Diretriz Geral de Segurança Pública em Área de Fronteira N°26/2012 que foi atualizada pela Diretriz de Policiamento em Áreas de Fronteiras N°034/2015. Também ocorreu nesta época um incremento na realização de operações conjuntas da Brigada Militar, tanto com órgãos Federais de segurança pública e com Exército Brasileiro, como em operações Simultâneas Internacionais com a Polícia de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina, estreitando assim os laços entre as polícias da Argentina e a Brigada Militar. Este trabalho aborda as técnicas de investigação usadas pelo 4º BPAF da Brigada Militar em sua Atividade de Inteligência e modus operandi no combate aos criminosos na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. O 4º BPAF tem um papel muito importante na fronteira em relação ao combate a criminalidade, pois realiza um trabalho que vem ajudando a diminuir a criminalidade da sociedade não só a local, mas também contribui para diminuir os índices de violência ligado ao tráfico de drogas, roubos de veículos nos grandes centros urbanos do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Brigada Militar, Polícia Militar, Fronteira, Crimes Transnacionais, Crimes Transfronteiriços.

ABSTRACT

This research deals with the performance of the 4th BPAF - Border Brigade Military Battalion of the Military Brigade in the policing in the Northwest Frontier of RS against transboundary and transnational crimes practiced by criminal networks. The Military Brigade has no legal authority to act in the face of transnational crimes, which requires the work of intelligence, involving investigations of international criminal networks that cross the border line. In practice, due to limitations and lack of workers of the Federal Border Security Bodies, the Military Brigade has been acting against these types of crimes. Moreover, specific cases when the crime is transnational in nature, the 4th Border Brigade Battalion of the Military Brigade responds to requests from the Federal Police and the Federal Revenue, conducting operations along the Northwest Frontier with arrests of smugglers, drug traffickers and cattle thieves. The policing of the 4th BPAF of the Military Brigade has evolved over the years, going from simple rural patrols to specialized operational patrols on the border. As cross-border crimes became commonplace, the 4th BPAF command created the POE-Special Operations Squadron to operate on border patrols. Starting in 2012, the Federal Government launches the Border Strategic Plan (PEF) and ENAFRON - National Border Strategy investing in vehicles, equipment, and human resources training for the Military Police Organizations of the states of the federation in the border fringe. The state of Rio Grande do Sul adhered to the ENAFRON program and it did not take long for the High Command and the General Staff of the Military Brigade to elaborate the General Directive of Public Security in Border Area N ° 26/2012 updated by the Police Directive in Border Areas N ° 034/2015. At the same time, there was an increase of joint operations of the Military Brigade, both with Federal public security organs and with the Brazilian Army, as well as in simultaneous international operations with the Misiones Police and the Argentine National Gendarmerie, thus strengthening the ties between the Argentine police and the Military Brigade. This work addresses the investigation techniques of the 4th BPAF of the Military Brigade in its Intelligence Activity and modus operandi in the fight against criminals in the Northwest Frontier of Rio Grande do Sul. The 4th BPAF has a very important role in the frontier in relation to combat crime, since it carries out work that has helped to reduce the society criminality, not only local crime, but also contributes to reduce the rates of violence related to drug trafficking, theft of vehicles in large urban centers in the state of Rio Grande do Sul.

Keywords: Military Brigade, Military Police, border, Transnational Crimes, Transborder Crimes.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1: MAPEAMENTO DO ITINERÁRIO DO TRABALHO DE CAMPO NA FRONTEIRA DO BRASIL-ARGENTINA..... | 25 |
| FIGURA 2: BATALHÃO DE INFANTARIA PRONTO PARA EMBARCAR PARA O RIO DE JANEIRO, DURANTE A REVOLUÇÃO DE 1930. | 32 |
| FIGURA 3: TROPAS DA BRIGADA MILITAR GUARNECENDO O PIRATINI DURANTE A LUTA PELA LEGALIDADE EM 1961. FONTE: REVISTA DA BRIGADA MILITAR, ANO II, Nº3 DE NOVEMBRO DE 2012..... | 34 |
| FIGURA 4: ILDO MENEGHETTI PASSANDO A TROPA EM REVISTA, DURANTE A INTERIORIZAÇÃO DO GOVERNO EM PASSO FUNDO/RS. | 35 |
| FIGURA 5: ORGANOGRAMA DA BRIGADA MILITAR..... | 38 |
| FIGURA 6: POLICIAMENTO OSTENSIVO MONTADO. | 45 |
| FIGURA 7: MAPA DE REGIONALIZAÇÃO DOS CRPOS DA BRIGADA MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL. | 48 |
| FIGURA 8: MAPA DO RIO GRANDE DO SUL – REGIONALIZAÇÃO DA BRIGADA MILITAR – 2012. | 49 |
| FIGURA 9: ORGANOGRAMA DO CRPO-FNO. ORGANOGRAMA DO CRPO-FNO..... | 51 |
| FIGURA 10: ORGANOGRAMA DO 4ºBPAF. ORGANOGRAMA DO 4ºBPAF..... | 53 |
| FIGURA 11: BRASÃO DO 4ºBAPF..... | 54 |
| FIGURA 12: CARTA OPERACIONAL DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA..... | 55 |
| FIGURA 13: PORTO CLANDESTINO NAS MARGENS DO RIO URUGUAI – LOCALIDADE DE RONCADOR..... | 61 |
| FIGURA 14: FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE. | 66 |
| FIGURA 15: CARGA DE MACONHA PARAGUAIA APREENDIDA PELO 4º BPAF..... | 77 |
| FIGURA 16: MAPA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO VAB DA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE – 2012..... | 81 |
| FIGURA 17: MAPA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO COREDE FRONTEIRA NOROESTE..... | 88 |
| FIGURA 18: BALSA REALIZANDO A TRAVESSIA DO RIO URUGUAI ENTRE PANAMBI NA ARGENTINA E PORTO VERA CRUZ NO BRASIL..... | 89 |
| FIGURA 19: MERCADORIA APREENDIDA NA OCORRÊNCIA. | 94 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 20: MERCADORIA APREENDIDA..... | 94 |
| FIGURA 21: OCORRÊNCIA DE DESCAMINHO DE CHIA E SOJA..... | 96 |
| FIGURA 22: OCORRÊNCIA DE DESCAMINHO DE SOJA..... | 96 |
| FIGURA 23: GADO TRANSPOSTO POR ABIGEATÁRIOS PELO RIO URUGUAI..... | 98 |
| FIGURA 24: APREENSÃO DE UM CARREGAMENTO DE CERVEJA E FARINHA DE TRIGO..... | 99 |
| FIGURA 25: PLANTAS CONTRABANDEADAS..... | 100 |
| FIGURA 26: CARGA DE MACONHA..... | 101 |
| FIGURA 27: CARGA DE CIGARROS PARAGUAIA APREENDIDA PELO 4º BPAF..... | 103 |
| FIGURA 28: ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DA REGIÃO..... | 109 |
| FIGURA 29: CAMINHÃO GRANELEIRO COM A CARGA DE CIGARROS..... | 111 |
| FIGURA 30: CAMINHÃO GRANELEIRO COM A CARGA DE CIGARROS..... | 112 |
| FIGURA 31: RÁDIO COMUNICADOR..... | 113 |
| FIGURA 32: QUADRO DE ESTADO MAIOR DO 4º BPAF..... | 115 |
| FIGURA 33: REUNIÃO DO ESTADO MAIOR DO 4º BPAF PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015/2016..... | 116 |
| FIGURA 34: PROGRAMA ONDE SÃO INSERIDOS OS DADOS DOS INDIVÍDUOS NA ALI/4ºBPAF..... | 121 |
| FIGURA 35: FLUXOGRAMA DA ROTINA DE TRABALHO DA ALI/4ºBPAF..... | 121 |
| FIGURA 36: PELOTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DO 4º BPAF EM ATUAÇÃO NA FRONTEIRA NOROESTE DO RS..... | 123 |
| FIGURA 37: VEÍCULO DA PATRULHA DE FRONTEIRA DO 4ºBPAF..... | 129 |
| FIGURA 38: LANÇAMENTO DA 16ª OPERAÇÃO SIMULTÂNEA INTERNACIONAL DE 2011 EM ALBA POSSE/ARGENTINA..... | 136 |
| FIGURA 39: 4º BPAF E POLICIAIS ARGENTINOS NA OPERAÇÃO AVANTE 2017... | 142 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA..... | 19 |
| 1.2 METODOLOGIA..... | 22 |
| 2 O POLICIAMENTO DE FRONTEIRA PELA BRIGADA MILITAR | 28 |
| 2.1 A BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL: LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO | 28 |
| 2.1.1 Histórico..... | 29 |
| 2.1.2 Organização e Estrutura | 36 |
| 2.2 DOCUMENTOS E DIRETRIZES PARA O TRABALHO NA FRONTEIRA | 39 |
| 2.3 OS TIPOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO | 44 |
| 2.4 A REGIONALIZAÇÃO DA BRIGADA MILITAR NA FRONTEIRA..... | 47 |
| 2.5 O CRPO - FRONTEIRA NOROESTE DA BRIGADA MILITAR | 50 |
| 2.5.1 Histórico..... | 50 |
| 2.5.2 Organização e Estrutura | 50 |
| 2.6 O 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA..... | 52 |
| 2.6.1 Histórico..... | 52 |
| 2.6.2 Organização e estrutura | 53 |
| 3- O TERRITÓRIO, AS REDES, O POLICIAMENTO E O CRIME NA GEOGRAFIA.... | 56 |
| 3.1. O TERRITÓRIO E AS REDES | 56 |
| 3.2 A FRONTEIRA..... | 61 |
| 3.3 A QUESTÃO DE ESCALA..... | 71 |
| 3.4 A FRONTEIRA E O CRIME | 73 |
| 3.4.1 Crimes Transfronteiriços e Crimes Transnacionais | 75 |
| 3.4.2 Tipos de crimes comuns na fronteira..... | 76 |

| | |
|--|------------|
| 3.5 A FRONTEIRA E A POLÍCIA | 77 |
| 4 A FRONTEIRA NOROESTE E OS AGENTES CRIMINOSOS COM SUAS REDES E ESTRATÉGIAS | 80 |
| 4.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA FRONTEIRA NOROESTE: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E REDES DE TRANSPORTES..... | 80 |
| 4.2 OS CRIMES DA FRONTEIRA NOROESTE | 89 |
| 4.2.1 Crimes de Proximidade..... | 92 |
| 4.2.2 Crimes de Passagem | 100 |
| 4.3 AS ESTRATÉGIAS DOS CRIMINOSOS NO TERRITÓRIO | 107 |
| 4.3.1 Aproveitando a Geografia da Região e o emaranhado de estradas | 107 |
| 4.3.2 As estratégias dos criminosos e seus <i>modus operandi</i>..... | 109 |
| 5 DO PLANEJAMENTO DE ESTADO MAIOR DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA À PRÁTICA DE POLICIAMENTO DE FRONTEIRA | 114 |
| 5.1 O ESTADO MAIOR, A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E O PELOTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS..... | 114 |
| 5.1.1 O Estado Maior | 114 |
| 5.1.2 Agencia Local de Inteligência – ALI/4ºBPAF | 119 |
| 5.1.3 O POE- Pelotão de Operações Especiais do 4ºBPAF..... | 122 |
| 5.2 AS PATRULHAS: DA INTELIGÊNCIA AO <i>MODUS OPERANDI</i> | 125 |
| 5.3 AS OPERAÇÕES CONJUNTAS DA BRIGADA MILITAR NA FRONTEIRA..... | 131 |
| 5.3.1 As Operações Simultâneas Internacionais e Conjuntas com a Polícia Federal e o Exército Brasileiro | 131 |
| 5.3.2 Operação Avante da Brigada Militar | 140 |
| 6 APONTANDO AS DIFICULDADES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A ATUAÇÃO DO 4º BPAF NA FRONTEIRA | 144 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 155 |
| REFERÊNCIAS..... | 161 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS OFICIAIS NO 1º TRABALHO DE CAMPO | 167 |
| APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PRAÇAS (SOLDADOS E SARGENTOS) DO 1º TRABALHO DE CAMPO | 168 |
| APÊNDICE 3 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS OFICIAIS NO 2º TRABALHO DE CAMPO | 169 |
| APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 170 |
| | 170 |
| TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 170 |
| APÊNDICE 5 - RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS | 171 |
| APÊNDICE 6 - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA N°1: CORONEL SÉRGIO FLORES DE CAMPOS..... | 173 |
| APÊNDICE 7 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N° 1: TENENTE CORONEL VLADIMIR RIBAS..... | 179 |
| APÊNDICE 8 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA N° 2: CAPITÃO KARNIKOWSKI | 182 |
| APÊNDICE 9 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N° 2: TENENTE CORONEL VLADIMIR RIBAS..... | 184 |
| APÊNDICE 10- FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO..... | 186 |

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado resulta de uma pesquisa no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa desenvolve a temática da fronteira e da segurança pública, tendo como foco central o 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira (4ºBPAF), localizado na cidade de Santa Rosa, no COREDE da Fronteira Noroeste no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, limite com a Província de Misiones na República da Argentina. O estudo envolve o território sob jurisdição e responsabilidade do 4ºBPAF, de atuação contra os crimes transfronteiriços e transnacionais que ocorrem com grande frequência na região.

A fronteira, “o outro lado”, sempre me despertou a curiosidade sobre como, a partir de uma linha imaginária no terreno, podia estabelecer a materialização da descontinuidade das leis, a questão monetária, cultural e a vida cotidiana de cada pessoa de maneira diferente. Está é a paixão intrigante que levou a estudar a fronteira e suas dinâmicas.

Durante a graduação, eu já pesquisava a temática fronteira e segurança, o que resultou no trabalho final de conclusão de curso em que abordei o tema, voltando-me para o estudo da atuação dos militares do Exército Brasileiro nas fronteiras Amazônicas, com o título de: A Presença Militar do Exército Brasileiro nas Fronteiras da Amazônia: uma Análise Geográfica (PINTO, 2011). Concluída a graduação, mantive o interesse na pesquisa sobre fronteira e sobre o que realmente era feito pelo Estado em relação à sua segurança.

A razão por fazer um estudo com a Brigada Militar parte de outra aparente contradição da legislação com as escalas geográficas, pois a Brigada Militar possui limites espaciais de atuação ficando a escala nacional e internacional ao encargo da Polícia Federal. Mas, acompanhando as notícias, verificava a presença e a atuação da Brigada Militar na Fronteira, tanto com o Uruguai como com a Argentina.

Este fator me despertou a atenção sobre como a Brigada Militar atua como polícia frente ao contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas, se esta instituição se limita a um policiamento ostensivo e patrulhas rurais na fronteira ou tem a atribuição de atuar contra organizações criminosas de cunho internacional. Assim, no

mestrado, comecei a realizar pesquisas voltadas para o trabalho da Brigada Militar na Fronteira em relação à sua atuação frente aos crimes de cunho transfronteiriço e transnacionais.

Ao ingressar no curso de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, tive a oportunidade de pôr em prática os planos em relação à realização de um projeto de estudo e pesquisa sobre a segurança na fronteira, agora voltada à fronteira gaúcha. Essa pesquisa desenvolve um estudo sobre o policiamento na fronteira da Brigada Militar e sua atuação contra os mais diversos tipos de crimes transfronteiriços e transnacionais.

As questões centrais dessa pesquisa são: Por que o Comando da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul mantém unidades da Brigada Militar como Batalhões de Polícia de Área de Fronteira? Como a Brigada Militar atua contra os mais variados tipos de crimes transfronteiriços e transnacionais praticados pelos cidadãos estrangeiros e nacionais na fronteira gaúcha?

A escolha da região para estudo se liga à importância da Fronteira Noroeste em relação ao fluxo de pessoas, mercadorias, contrabando, tráfico de armas, tráfico de drogas e outros tipos de crimes transfronteiriços e transnacionais. Outro fator é de ser um prolongamento da fronteira paraguaia com o estado do Rio Grande do Sul, levando em consideração a distância de aproximadamente 90 km via interior da Argentina, o que acarreta um fluxo de contrabando e tráfico através dessa fronteira em direção a outras regiões.

A preocupação recente do governo brasileiro com a segurança pública na fronteira fica evidenciada e ganha força a partir do decreto federal 7496/2011, que aciona o Ministério da Defesa, da Justiça e da Fazenda (Receita Federal), definindo suas atribuições e forma de atuação nas fronteiras do Brasil. Esse decreto foi alterado pelo Decreto Federal 8903/2016, mas que mantém a previsão de atuação conjunta entre os órgãos de segurança pública em fronteira à condição de defesa. Para reforçar a segurança na fronteira, também ocorre com frequência a união dos principais órgãos de segurança pública do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai que resultam nas Operações Internacionais Simultâneas.

Na atualidade, na fronteira do Brasil com a Argentina, a integração das polícias é muito intensa, os órgãos de segurança pública do estado do Rio Grande do Sul trabalham com os órgãos de segurança pública da Argentina, Paraguai e do Uruguai em Operações Internacionais Simultâneas planejadas e articuladas pelos comandantes gerais das instituições envolvidas. Esse trabalho pretende documentar e discutir essa integração.

A questão da escala é de fundamental importância para este trabalho, pois abordaremos a escala local, que envolve o policial e seu cotidiano, as redes criminosas locais, o pequeno contrabandista e a comunidade local. Já a escala regional envolve decisões que são verticalizadas, determinadas através de hierarquias, ainda mais quando se trata da Brigada Militar, em que as decisões partem da política a nível estadual para toda a corporação.

Ainda pensando a questão de escala, outro fator importante são projetos como o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), que foi substituído recentemente pela nova designação de Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), que estabelecem ações e políticas para a atuação das polícias militares estaduais na Faixa de Fronteira bem como as integrações na escala regional transfronteiriça. A escala neste trabalho passa a ser um conceito de fundamental importância para entendermos os mais variados processos tanto das ações legais das polícias, como das ações ilegais dos criminosos.

Assim, como objetivo geral, buscamos analisar o policiamento de fronteira pela Brigada Militar contra as redes de agentes criminosos, tomando como foco o 4º BPAF Batalhão de Polícia de Área de Fronteira/Santa Rosa, enquanto, como objetivos específicos, buscamos:

- a) Discutir os temas, as teorias e os conceitos de “crimes e espaço”, “fronteira e crime”, “crime transfronteiriço”, “polícia e espaço”, “território”, “tipos de policiamento”, “redes de poder” e “estratégias espaciais” na perspectiva da Geografia Política;
- b) Identificar as atribuições e competências legais da Brigada Militar na Faixa de Fronteira e analisar o perfil e as peculiaridades do policiamento de fronteira pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
- c) Contextualizar geograficamente a Fronteira Noroeste;

d) Analisar a efetiva organização e estrutura do 4º BPAF e sua atuação no policiamento de fronteira;

e) Verificar como ocorre a integração entre o 4º BPAF e os demais órgãos de segurança pública do Brasil, a Polícia da Província de Misiones e Gendarmeria Nacional da Argentina, abordando as relações interinstitucionais na fronteira.

A dissertação está dividida em seis capítulos e considerações finais: o primeiro capítulo apresenta a introdução, o problema, os objetivos, justificativa e a metodologia. O segundo capítulo apresenta a Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul, sua estrutura, organização, documentos e diretrizes que norteiam as atividades de policiamento, os tipos de policiamento ostensivo e a Brigada Militar na fronteira, o 4ºBPAF e sua organização e estrutura para a atuação na fronteira e sua área de responsabilidade.

O terceiro capítulo apresenta conceitos importantes para a discussão teórica dentro da Geografia Política, como: território e redes, fronteira, escala. Nesse capítulo, também são discutidos tópicos como a relação entre fronteira e crime e fronteira e policiamento. Busca-se ainda avançar na diferenciação entre crimes transfronteiriços e crimes transnacionais.

O quarto capítulo apresenta a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, as características geográficas, os crimes na Fronteira Noroeste, os crimes de passagem e de proximidade, as estratégias criminosas e seus *modus operandi*.

O quinto capítulo apresenta as peculiaridades do policiamento do 4ºBPAF na fronteira, abordando as suas atividades desde estado maior, inteligência, operações especiais e operações conjuntas na fronteira, as estratégias, as redes e práticas espaciais do 4ºBPAF e seu *modus operandi* frente aos crimes transfronteiriços e transnacionais.

O sexto capítulo apresenta as possíveis soluções para o policiamento de fronteira realizado pelo 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira de Santa Rosa.

As considerações finais integram os levantamentos realizados nos seis capítulos da dissertação.

1.1 JUSTIFICATIVA

A fronteira do Brasil no estado do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, conforme o Anuário Estatístico do IBGE (2014), possui uma extensão de 1776 km, sendo destes 708 km a oeste com a Argentina através do rio Uruguai e o restante dos 1068 km da fronteira ao sul com a República Oriental do Uruguai (IBGE, 2014, p.23), apresentando características físicas, mistas entre cursos de água e fronteira seca.

A fronteira gaúcha esteve, ao longo de sua história, associada de algum modo ao contrabando e ao descaminho. Isso se apresenta no noticiário, na cultura como literatura e música e foi amplamente documentado em diversos trabalhos de acadêmicos de Adriana Dorfman (2009, 2012 e 2014), Circe Dietz (2008), Lucas Panitz (2010 e 2017), na literatura com “Contos Gauchescos”, de Simões Lopes Neto (1912) e na Música com a “Milonga do contrabando”, de Luiz Menezes.

Na fronteira com a República da Argentina, as cidades estão interligadas através de pontes internacionais, como a de Uruguaiana, ou através de balsas no rio Uruguai. Também ocorre nesta fronteira uma série de crimes transfronteiriços e transnacionais como, por exemplo, a pesca ilegal, crimes ambientais, narcotráfico, tráfico de armas e munições, contrabando e descaminho de mercadorias, furto e roubo de veículos, imigração ilegal, etc.

Segundo a geógrafa Circe Dietz, no cenário sul-americano, esta fronteira é de extrema importância, pois através dela ocorre a ligação das principais rotas de entrada para a Argentina e o Brasil, dando passagem à maior parte das mercadorias de origem agrícola e industrial produzidas nesses dois países, (2008).

Com o advento do MERCOSUL, esta região ganhou importância estratégica e econômica. Como analisaram Dorfman (1995) e Dietz (2008), após a criação do bloco econômico MERCOSUL, entre tantas as regiões fronteiriças assumiram um novo papel dentro do cenário nacional de Brasil e Argentina, principalmente nas Províncias de Misiones e Corrientes na Argentina e Rio Grande do Sul no Brasil.

Mas esta fronteira nem sempre foi pensada como ponto de integração política, econômica e estratégica entre Brasil e Argentina. Em um passado nem tão distante,

quando Brasil e Argentina tornaram-se Estados independentes, no período do Império do Brasil e, posteriormente, no período da República, a rivalidade geopolítica do Brasil com seus vizinhos da bacia do Prata, principalmente a Argentina, era muito intensa.

Conforme André Novaes, a geopolítica brasileira contemporânea para a América do Sul teve dois períodos muito distintos. O primeiro período foi de militarização concentrada no Sul. Nesse momento, os principais discursos geopolíticos tinham relação com a rivalidade Brasil-Argentina (2010).

Essa rivalidade geopolítica entre Brasil e Argentina consolidou uma fronteira de ruptura e muito militarizada por parte de ambos os países. Ainda, conforme Novaes, a rivalidade só diminuiu de intensidade quando, no período das ditaduras militares, o Brasil começou a mudar a sua estratégia de defesa, passando a focar a militarização das fronteiras da Amazônia (2010).

Dado o paradigma de fronteira fechada do passado, esta fronteira caracterizou-se, naquela época, como de contenção. A geopolítica orientada pela Doutrina de Segurança Nacional do Brasil proibia qualquer investimento ou projeto de plantas industriais que envolvessem atividades ligadas à indústria de defesa ou qualquer outro setor estratégico da economia.

O mesmo ocorreu do lado argentino. O Governo Argentino, para garantia de seus domínios territoriais, criou uma instituição paralela ao Exército Nacional Argentino, para fins de controle e segurança das fronteiras – a Gendarmeria Nacional Argentina. Na atualidade, a Gendarmeria presta serviços de patrulha e fiscalização das fronteiras argentinas contra os crimes transfronteiriços e transnacionais.

O problema da falta de desenvolvimento econômico apontado na atualidade foi fruto do abandono desta fronteira pelos governos centrais em relação ao desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, ferroviária, de aeroportos e comunicações, pois o interesse era dificultar ao máximo a mobilidade a partir da fronteira para o interior do território, tanto do lado argentino como brasileiro (Dorfman, 1995).

Entretanto, na atualidade, todo esse aparato militar e as estratégias aplicadas no espaço para controlar o território já não são mais eficientes, pois, com a era da globalização, o Estado perdeu sua força para o capital que circula de território em território, buscando formas fáceis e rápidas de se reproduzir. Assim:

Na contemporaneidade há um processo mundial de transformação das fronteiras em que novas características vêm sendo incorporadas às funções clássicas e isto tem gerado um novo conjunto de elementos que compõe os espaços da globalização. As mudanças nas características funcionais da fronteira tendem a valorizar menos os elementos que a constituíram ligados, sobretudo à defesa do território nacional e tendem a assumir funções articuladoras de aproximação com países vizinhos (DIETZ, 2008, p. 17).

Com essa nova característica, a fronteira começa a ser pensada pelos Estados Nacionais a partir de outras lentes, voltadas agora para o desenvolvimento da região que, no passado, era esquecida de investimentos em nome da segurança nacional. O Estado não consegue mais controlar o capital e busca cada vez mais a integração com seus vizinhos a partir dos blocos econômicos. Agora, o Estado não trata mais a fronteira como uma área de contenção que deve ser militarizada a todo o custo, pensando em seu vizinho como provável invasor, e sim a partir da questão de segurança pública onde a fronteira passa a ser seletiva para os indivíduos ligados ao crime e agentes criminosos.

Com a integração econômica mais forte, os inimigos do Estado passam agora a ser os agentes econômicos ilegais, que buscam burlar a legislação para conseguir lucros, os contrabandistas, os diversos criminosos que praticam crimes transfronteiriços e transnacionais, que acabam agora não dominando o território fisicamente, mas recorrendo à fronteira – nem sempre física – para articular as redes entre atores, sejam eles criminosos ou não. Um exemplo desse processo é o capital financeiro que circula pelo mundo de forma virtual. Através de sistemas bancários informatizados conectados a uma rede mundial de computadores, os capitais não passam a fronteira física propriamente dita, mas extrapolam fronteiras na forma virtual.

A fronteira deixa de ser vista como estrutura de simples contenção no paradigma de segurança pública, passando a ser uma fronteira permeável e seletiva. Permanece a preocupação dos Estados Nacionais com agentes criminosos e suas redes, que atuam fisicamente nas mais diversas escalas desde local, regional, nacional até a global. A região fronteira continua a exercer controle, com funcionalidade em relação às questões físicas como, por exemplo, o contrabando, tráfico de drogas e armas, descaminho, tráfico de pessoas, tráfico de plantas e animais. Ao mesmo tempo,

é pela fronteira física que devem passar mercadorias em trânsito entre mercados nacionais.

Todos os fatores citados anteriormente são motivadores para a realização da pesquisa, que visa à análise e à compreensão em escala local, regional, nacional e internacional que envolva o território do estado do Rio Grande do Sul na Fronteira Noroeste com a Argentina, em relação à segurança pública e ao policiamento de fronteira executado no âmbito da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, buscando compreender os seus aspectos legais, positivos e negativos e demonstrando a sua importância para a sociedade gaúcha e brasileira.

1.2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foram dados passos fundamentais para a concretização do trabalho. O primeiro passo, após a definição do tema da pesquisa, foi entrar em contato com o Departamento de Comunicação Social da Brigada Militar, pois trata-se de uma instituição militar em que tem que se respeitar uma cadeia hierárquica até obter a liberação de realização da pesquisa.

Após entrar em contato com o Departamento de Comunicação Social da Brigada Militar, fui encaminhado ao Instituto de Pesquisa da Brigada Militar (IPBM), onde o projeto de pesquisa foi apresentado ao chefe do instituto. De posse do projeto de pesquisa, o comandante (chefe) do IPBM autorizou a realização da pesquisa.

Com o deferimento do projeto pelo IPBM, novamente tive que preencher papéis justificando os motivos da pesquisa e me responsabilizando pela mesma diante de Leis e de Normas Técnicas para o ensino e pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino da Brigada Militar. Depois, este projeto foi encaminhado pelo IPBM seguindo a hierarquia, para o comandante geral, subcomandante e estado maior da Brigada Militar para o deferimento final.

O terceiro passo, após a aprovação da pesquisa, foi entrar em contato com a biblioteca do IPBM, onde tive acesso a uma vasta bibliografia sobre policiamento, segurança pública, História da Brigada Militar, normas técnicas da Brigada Militar e uma série de monografias e dissertações realizadas por oficiais da BM como requisito para

conclusão do Curso Superior de Polícia Militar (CSPM), do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM), do Curso de Especialização e Gestão em Segurança Pública (CEGSP) e de outros cursos realizados em instituições militares e civis, sempre voltados à formação de Oficiais. As monografias que foram selecionadas tratam da atuação da Brigada Militar nas fronteiras do Rio Grande do Sul, nos mais diversos tipos de policiamento, desde o policiamento ambiental ao policiamento rural.

O quarto passo foi entrar em contato com o comandante do 4ºBPAF- Batalhão de Polícia de Área de Fronteira, com sede na cidade de Santa Rosa/RS, com a finalidade de conhecer e analisar o policiamento ostensivo na prática. Este Batalhão atua na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul com a República da Argentina.

Para a realização da análise do policiamento ostensivo da Brigada Militar na fronteira e suas peculiaridades de atuação contra os crimes transfronteiriços e transnacionais e suas estratégias espaciais no controle do território e também a atuação das redes criminosas com seus projetos que visam ao lucro através do crime no espaço da fronteira foi realizado um trabalho de campo.

O quinto passo foi a elaboração de um roteiro de entrevistas em forma de perguntas para os praças e os oficiais do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira. O sexto passo foi o trabalho de campo, sendo constituído de uma visita ao 4º BPAF sediado na cidade de Santa Rosa na Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, no trabalho de campo, fui apresentado ao Subcomandante do 4ºBPAF, o Major Valtair Dornelles, que estava representando o comandante Tenente Coronel Vladimir Ribas, pois este se encontrava no comando do Comando Regional de Polícia Ostensiva Fronteira Noroeste - CRPO/FNO também sediado na cidade de Santa Rosa/RS. O objetivo do trabalho de campo foi conhecer as atividades do 4ºBPAF e sua região de atuação.

No trabalho de campo foram realizadas dez entrevistas com os militares do 4ºBAPF dos mais diversos postos (cargos), desde soldados a oficiais. Estas entrevistas foram gravadas, e duraram em torno de 10 a 20 minutos aproximadamente por militar entrevistado. As gravações foram divididas em dois grupos, o grupo de soldados e de oficiais.

A organização das entrevistas em conjuntos buscava um melhor entendimento da visão dos diferentes grupos presentes no 4ºBPAF. Os soldados trataram do trabalho prático e na atividade de policiamento na fronteira, falando das principais dificuldades no cotidiano quanto à execução do trabalho, as peculiaridades, as estratégias e a relação com a comunidade.

A entrevista com os oficiais, além de abordar o conteúdo dos praças, levou em consideração as políticas de segurança pública para a fronteira, a organização do batalhão e a política da Brigada Militar para a atuação no policiamento na fronteira. A entrevista com os oficiais foi guiada por um questionário que consta no anexo. Cabe salientar que foi necessário dar seguimento a várias entrevistas via e-mails solicitando a alguns oficiais que esclarecessem dúvidas que apareciam no decorrer da pesquisa.

Foi realizada uma excursão ao longo da fronteira, margeando o rio Uruguai, com o objetivo de realizar um reconhecimento *in situ* da região de estudo em relação ao complexo emaranhado de estradas clandestinas interligadas a estradas oficiais, portos clandestinos, condições dos portos brasileiros em relação à fiscalização, etc. Este trabalho de campo foi sugerido e realizado com o apoio logístico do 4ºBPAF, que disponibilizou duas viaturas de policiamento e duas equipes compostas por pessoal de inteligência e de operações especiais. O itinerário deste percurso foi mapeado através do programa GPS SATE utilizado nas viaturas do 4ºBPAF (Figura 1). Ainda por iniciativa do 4ºBPAF, os pontos de GPS foram compartilhados para a inclusão nessa pesquisa.

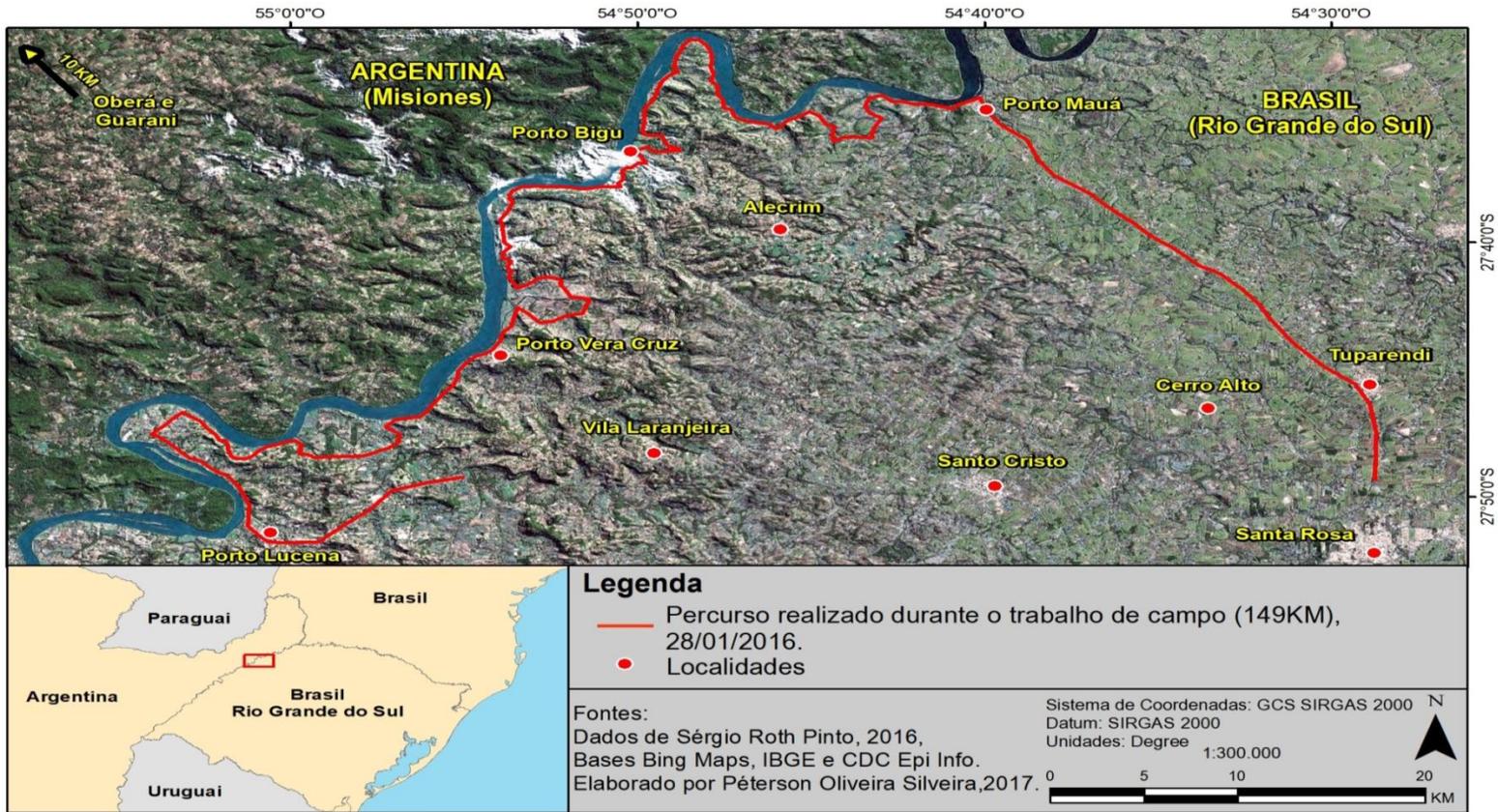


Figura 1: Mapeamento do itinerário do Trabalho de Campo na Fronteira do Brasil-Argentina.
 Fonte: 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira. 28/01/2015. Elaboração Cartográfica de Péterson Oliveira Silveira, 2017.

No trabalho de campo, utilizou-se uma caderneta de campo para registrar tudo o que se observava em relação às peculiaridades geográficas, peculiaridades da comunidade local, as atividades econômicas e desenvolvimento social, com ênfase nas atividades do policiamento na fronteira.

Na caderneta de campo, ainda foram registrados alguns questionamentos que foram surgindo no decorrer do trabalho de campo e que posteriormente foram apresentados aos militares do 4ºBPAF.

Também foram realizados registros fotográficos da região, enfocando os principais acessos, as condições das estradas, as vias e portos clandestinos abertos na margem do rio Uruguai pelos criminosos.

Um segundo trabalho de campo foi realizado em julho de 2016, nele fizemos contato com o capitão Karnikowski, que esclareceu algumas dúvidas. Também foi realizada uma nova entrevista, assim como foi observado novamente a rotina da atuação do batalhão.

O comando do 4ºBPAF forneceu documentos e relatórios de atividades de policiamento na fronteira contra o contrabando e que resultaram em prisões de criminosos realizadas no ano de 2013 e 2014. As informações obtidas nas entrevistas com os militares da Brigada Militar foram as fontes na pesquisa sobre as redes e estratégias espaciais dos policiais militares e da Brigada Militar contra os delitos praticados por redes de “agentes criminosos” na fronteira, o que significa que apenas as visões dessa instituição sobre o crime transfronteiriço serão aqui discutidos.

Em relação às pessoas entrevistadas, são todos membros da Brigada Militar dos mais diversos escalões, desde Praças até Oficiais de estado maior do 4ºBPAF. Portanto, são visões e funções diferentes que mostram que a ação da BM não é unificada. Nenhum texto é desinformado, livre de referências prévias, mas a intenção é privilegiar as informações e visões obtidas no trabalho de campo na sua relação com os conceitos aqui elencados.

Depois de descritos os problemas - a partir da visão dos brigadianos - eles serão relacionados com discussões teóricas, lembrando que a pesquisa envolve somente o ponto de vista dos policiais militares da Brigada Militar, não ocorrendo

entrevistas com ribeirinhos, agentes criminosos ou outras pessoas. O fato é que a pesquisa está voltada para o policiamento de fronteira com foco no 4º BPAF, buscando assim entender as redes e estratégias da Brigada Militar frente aos “agentes criminosos”.

As fontes serão citadas no corpo do texto contendo o posto ou a graduação e o nome do policial militar entrevistado, reconhecendo sua expertise e conhecimento.

Após a finalização de uma primeira versão do trabalho, o mesmo foi encaminhado aos policiais militares que participaram das entrevistas e atuam diretamente na fronteira para que realizassem uma leitura, tomando assim conhecimento do trabalho e apontando sugestões de melhoria ou mesmo em relação a procedimentos que passaram despercebidos durante a realização da pesquisa. A opinião desses profissionais da segurança pública que atuam diretamente na fronteira foi de fundamental importância para a confecção deste trabalho, trazendo assim para o meio acadêmico a realidade da atuação da Brigada Militar no policiamento da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

Todo esse material, seja a produção intelectual dos oficiais da Brigada Militar nas monografias acadêmicas que abordam o tema fronteira, seja o material coletado no campo em formato de entrevistas, fotografias e anotações na caderneta de campo, foi discutido nessa dissertação com vistas à uma discussão geográfica da fronteira, do crime e da segurança na fronteira Noroeste do RS.

2 O POLICIAMENTO DE FRONTEIRA PELA BRIGADA MILITAR

Neste capítulo, vamos abordar a organização e estrutura e o histórico da Brigada Militar em relação ao policiamento na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Analisamos as suas peculiaridades a partir do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira com sede em Santa Rosa/RS.

2.1 A BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL: LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul é a Polícia Militar Gaúcha. A natureza, organização, objetivos e competências da Brigada Militar são definidos na Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata da Segurança Pública, no art. 144, que enumera e define os órgãos federais e estaduais que possuem a competência para a manutenção e preservação de ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, seja este privado ou público.

No Capítulo “Da Segurança Pública” da constituição Federal de 1988, o inciso V, atribui o dispositivo que dá a legalidade às Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares para a atuação em segurança pública.

Conforme define o art. 144, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988:

Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, e os Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei incumbe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 define ainda, nos parágrafos 6º e 7º, que as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, são partes da reserva e são Forças Auxiliares do Exército Brasileiro sendo subordinadas aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 3 de outubro de 1989, determina, em seu art. 124, que a segurança Pública é exercida por três órgãos Estaduais, sendo eles a Brigada Militar, a Polícia Civil e o Instituto Geral de Perícias.

2.1.1 Histórico

A Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul, que realiza as atividades de Polícia Militar, foi criada em 18 de novembro de 1837, pelo Decreto Lei Nº 7, com a denominação de Corpo de Polícia, mas com uma característica e estrutura bélica tendo por base a organização do Exército Brasileiro. Essa estrutura era semelhante tanto no recrutamento quanto no treinamento e no regulamento disciplinar.

A obra “Brigada Militar: Trajetória Histórica e Evolução na Constituição”, traz o texto da Lei Nº 7 de 1837, em que a composição organizacional compreendia um efetivo de 19 oficiais e 344 praças, totalizando 363 homens (Simões, 2014). A Lei Provincial Nº 7, de 18 de novembro de 1837, estabeleceu-lhe atribuições para a segurança pública e manutenção da ordem, mas ao mesmo tempo, como um segundo objetivo, previu sua ação em auxiliar ao Exército em caso de conflitos militares com forças estrangeiras e possíveis invasões:

Art. 3 esta força terá por fim auxiliar as justiças, manter a boa ordem, a segurança pública assim na capital e, seus subúrbios, como nas Comarcas por Destacamentos, não podendo ser distraída deste serviço, exceto no caso de invasão de inimigos.

Art. 4 está sujeito diretamente ao Presidente da Província, que poderá dissolver, quando a segurança pública exigir (SIMÕES, 2014, p.83).

A Brigada Militar, no decorrer da história brasileira e gaúcha sofreu diversas transformações, tanto como organização militar, como em seu caráter político. No contexto da política internacional e brasileira na Bacia do Prata que resultou na Guerra do Paraguai, foi decisiva em influenciar diretamente na estrutura da Brigada Militar.

Naquele momento, foi incorporado o Corpo Policial ao Exército Brasileiro, com a denominação de 33º Batalhão de Voluntários da Pátria e mais tarde no teatro de operações no Paraguai, foi modificada sua denominação para 9º Batalhão de Voluntários da Pátria. Já no final da Guerra do Paraguai passou a denominar-se 39º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Esse foi o momento em que a Brigada Militar foi inteiramente incorporada ao Exército Brasileiro. Conforme Simões:

Para a historiografia militar dominante, a Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, ocorrido durante os anos de 1865 a 1870, com o envolvimento de um grupo de nações sul-americanas, entre elas o Brasil. Considerando a proporção dos fatos, podemos compreender o fundamento das razões que levaram à convocação das polícias militares para participar desse conflito armado (SIMÕES, 2014, p. 90).

Em 26 de abril de 1873, pela Lei nº874, foi extinto o Corpo Policial. Em seu lugar foi criada a Força Policial. Cabe destacar que a Força Policial foi criada em um período de relativa calma no Rio Grande do Sul, permitindo que houvesse maior aproveitamento de seus homens nas missões de polícia (ROCHA, 1988, p.9).

De acordo com Simões, a Força Policial no Rio Grande do Sul teve importância em diferentes momentos da história gaúcha, e:

Dentre as atuações da Força Policial (FP), neste espaço de tempo, segundo registra a historiografia oficial, destaca-se a sua intervenção na Campanha contra a seita dos Muckers, na região do município de São Leopoldo (atual município de Sapiranga). As operações de 1874, inclusive com a participação do Exército, quando foi restaurada a ordem na localidade. A notoriedade desse movimento em muito se deveu à repercussão que teve em toda a Província e até mesmo fora dela (SIMÕES, 2014, p.96-97).

Com a proclamação da República, a Força Policial foi extinta em 26 de novembro de 1889. Em seu lugar foi criada a Guarda Cívica, com objetivos políticos de ajudar a consolidar a nova república.

A corporação trocou de nome novamente em curto espaço de tempo, gerando uma “crise de identidade” até o ano de 1892:

Por conseguinte, já desde o início da implantação do regime republicano no estado, a Força Pública estadual passava a ser denominada de Guarda Cívica. Entretanto, com a promulgação da Constituição Estadual de 1891, logo em seguida, tornou-se instável a situação política no Estado. Com isso, a corporação acabou sendo afetada, passando por sucessivas alterações na sua organização básica e denominações, em um curto espaço de tempo (Guarda Cívica -1889 Corpo Policial e Brigada Policial-1892 etc.) até se definir como Brigada Militar do Estado em 15 de outubro de 1892 (SIMÕES, 2014, p.105).

Ainda conforme Simões, a Brigada Militar, a partir de 1892, passa a adotar a organização à semelhança da Tropa Federal, na estrutura, mas também no comando da instituição e nas unidades efetivas, bem como na formação dos seus quadros, que através de Missão Instrutora, é exercida pelo Exército (2014).

O objetivo principal estabelecido em seu regulamento é a segurança pública e a manutenção da República e do governo estadual, como se pode ler em Simões:

A competência da Brigada Militar foi definida pelo regimento interno, aprovado pelo Ato Nº 371, de 22 de outubro de 1892, conforme pode ser lido no art. 6º “ A Brigada Militar, cuja ação se estenderá a todo o Estado do Rio Grande do Sul, incumbe zelar pela segurança pública, mantimento da República e do Governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis (SIMÕES, 2014, p.130).

No período da Primeira República, a Brigada Militar possuía um caráter extremamente bélico, aos moldes do Exército. Conforme Simões (2014), a Brigada Militar participou da Revolução Federalista de 1893-1895, como também teve importante papel na represália a movimentos armados desencadeados no Estado na década de 1920, tendo ainda participado em lutas armadas por convocação da União. Em 1915, a Brigada Militar tem o primeiro comandante formado em suas próprias fileiras: o Coronel Afonso Emílio Massot, comandará a Brigada Militar até 1925.

Ainda conforme Simões (2014) destaca-se nesse período a criação do curso de Ensino, que com o passar do tempo, desenvolve-se e vai se transformando em Curso de Preparação Militar – CPM (1916), Centro de Instrução Militar- CIM (1934), Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Quadros- EsFAQ (1969). Em 1970, a formação desmembra-se em duas escolas: a Academia de Polícia Militar- APM para a formação de Oficiais em Porto Alegre e a Escola de Formação de Graduados em Santa Maria.

A Brigada Militar combateu junto ao Exército Brasileiro na Revolução de 1930 (figura 5), em que Getúlio Vargas instalou o Governo Provisório. Conforme descrito na Revista da Brigada Militar, ano II, nº3 de novembro de 2012:

Durante a Revolução de 1930, a Brigada Militar participou de pequenos combates na Capital gaúcha, Livramento e Rio Grande; na garganta da Serra de Anitápolis e na estação Herval, em Santa Catarina; nas estações Afonso Camargo e Catiguá, no Paraná; e em Itararé, em São Paulo. O movimento teve a duração de apenas 21 dias, resultando na instalação de um governo provisório, sob a direção de Getúlio Vargas. (REVISTA DA BM, 2012, p. 10).

A figura 2 representa o 1º Batalhão de Infantaria que participou da Revolução de 1930. Pode se observar o caráter da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, totalmente voltado para a atividade bélica.



Figura 2: Batalhão de Infantaria pronto para embarcar para o Rio de Janeiro, durante a Revolução de 1930.

Fonte: Revista da Brigada Militar, ano II, nº3 de novembro de 2012

Quando Getúlio Vargas chega ao poder em 1930, e instala o Governo Provisório com ajuda do Exército Brasileiro e da Brigada Militar, acaba limitando os poderes bélicos das Polícias Militares através do Decreto N°20348, de 29 de agosto de 1931. Este decreto define que os estados têm a obrigação de reduzir gastos com suas polícias militares e todo o armamento excedente deve ser repassado para o Exército Brasileiro.

O motivo pelo qual Getúlio Vargas limita os poderes das Polícias Militares Estaduais é compreensível: visava a centralização do poder em torno do Governo Federal, pois governadores de muitas províncias eram contra a sua subida ao poder e possuíam Polícias Militares muito fortes e com um bom equipamento bélico, até mais que as unidades do próprio Exército Brasileiro instaladas em seus estados, o que poderia levar a uma nova revolução e à luta armada pela disputa do Governo federal.

Pelo decreto Lei N° 5485, de 27 de junho de 1935, é criado o Corpo de Bombeiro Militar como parte integrante das Polícias Militares e por consequência a estrutura da Brigada Militar sofre alterações e começa o policiamento ostensivo no

interior do Rio Grande do Sul. Conforme estabelece Rocha, o período de transição da Brigada Militar, de tropa bélica para tropa policial, iniciou-se efetivamente com o Estado Novo (1988).

Ainda de acordo com Rocha, em 1955, cria-se a Companhia Pedro e Paulo para o policiamento ostensivo em Porto Alegre, o que também demonstra o direcionamento da Brigada Militar para o policiamento ostensivo.

Na Constituição de 1946, já eram mencionadas as competências das polícias militares estaduais. Explica Simões:

As polícias militares, desde a Constituição de 1946, detêm a competência relativa à segurança interna e à preservação da ordem pública; no entanto, foi a partir do ano de 1967, com o recebimento da incumbência da execução da atividade de policiamento ostensivo em todo o território nacional, que o processo de engajamento se tornou mais efetivo. (SIMÕES, 2014, p.390).

Em 1961, houve divergência política entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal. Houve uma tentativa de golpe militar e a implantação da ditadura. Após renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, o cargo de presidente ficou vago, só que alguns setores da sociedade e os militares não queriam que o vice-presidente João Goulart assumisse a Presidência da República. Em resposta, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, começou a campanha pela Legalidade, fator que criou uma divergência com o Governo Federal e o Governo Estadual, com ameaças constantes de ocorrer uma guerra civil.



Figura 3: Tropas da Brigada Militar guarnecendo o Piratini durante a luta pela Legalidade em 1961. Fonte: Revista da Brigada Militar, ano II, nº3 de novembro de 2012.

A Brigada Militar engajou-se na luta a favor do Governo do Estado e do governador Leonel Brizola. Como reação, para conter a rebelião da tropa, o Governo Federal queria que houvesse a troca do comandante da Brigada Militar e nomeou sem consultar o governo estadual ou a própria Brigada Militar. Assim, o novo comandante da corporação tornou-se o então comandante do 3º Exército. Em resposta ao Governo do Estado, a Brigada Militar se engajou na luta em favor do vice-presidente João Goulart para assumir o Governo Federal, luta essa conhecida como Legalidade.

A instabilidade política foi tanta que o governo do presidente João Goulart foi deposto mais tarde pelo golpe militar de 1964. Neste momento, o estado do Rio Grande do Sul era governado por Ildo Meneghetti, que era forte apoiador dos militares e do golpe de 64. Diante da grande instabilidade política no estado do Rio Grande do Sul e das manifestações em Porto Alegre, o então governador Ildo Meneghetti mudou a sede do governo para a cidade de Passo Fundo, no interior do Rio Grande do Sul (Revista da Brigada Militar, ano II, n 3 de novembro, 2012).



Figura 4: Ildo Meneghetti passando a tropa em revista, durante a interiorização do Governo em Passo Fundo/RS.

Fonte: Revista da Brigada Militar, ano II, nº3 de novembro de 2012.

Passada a crise política interna, em 1967, a Brigada Militar é incumbida de desenvolver trabalho focado somente no policiamento ostensivo, perdendo o caráter bélico. Essa transformação ficou estabelecida na Constituição de 1967. O art. 13 e parágrafo 4 definem que as Policiais Militares são “instituídas para a manutenção da ordem e a segurança interna nos Estados”.

O Decreto Estadual Lei Nº 317, de 8 de março de 1967, definia as Polícias Militares nos termos da Constituição em vigor. De acordo com o art. 2 da Lei:

Cabe às Polícias Militares executar o policiamento ostensivo fardado e atuar com força de dissuasão onde possa ser possível a perturbação da ordem; atender à convocação do Governo Federal em caso de Guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1967).

Em 18 de março de 1967, a Brigada Militar criou nove batalhões de Polícia Militar dedicados ao policiamento ostensivo na capital e no interior. Em 1997, a Brigada Militar sofre uma nova organização na carreira e na estrutura de postos e graduações. A

partir da lei 10992/97, a Brigada Militar passa a pedir, como pré-requisito de ingresso para oficiais, o nível superior e formação em Direito.

2.1.2 Organização e Estrutura

Os objetivos e a missão da Brigada Militar são definidos na Constituição Estadual do Rio Grande do Sul e no Regimento Interno da Brigada Militar.

Conforme a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, os objetivos e a missão da Brigada Militar ficam assim definidos:

Art. 129 - À Brigada Militar, dirigida pelo Comandante-Geral, oficial do quadro da Polícia Militar, do último posto da carreira, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a guarda externa dos presídios e a polícia judiciária militar.

Parágrafo único - São autoridades policiais militares o Comandante-Geral da Brigada Militar, os oficiais e as praças em comando de fração destacada.

Art. 130 - À Brigada Militar, através do Corpo de Bombeiros, que a integra, competem a prevenção e combate de incêndios, as buscas e salvamento, e a execução de atividades de defesa civil.

Art. 131 - A organização, efetivo, material bélico, garantias, convocação e mobilização da Brigada Militar serão regulados em lei, observada a legislação federal.

§ 1º - A seleção, o preparo, o aperfeiçoamento, o treinamento e a especialização dos integrantes da Brigada Militar são de competência da Corporação.

§ 2º - Incumbe à Corporação coordenar e executar projetos de estudos e pesquisas para o desenvolvimento da segurança pública, na área que lhe é afeta.

Art. 132 - Os serviços de trânsito de competência do Estado serão realizados pela Brigada Militar (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Os objetivos e a missão da Brigada Militar estão assim definidos no Regimento Interno da Brigada Militar (RIBM):

A Brigada Militar, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, nos termos da Lei 10.991, de 18 de agosto de 1997, é a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o que dispõem o inciso V e os parágrafos 5º e 6º do artigo 144 da Constituição Federal, e dos artigos 129 a 132 da Constituição do Estado, competindo-lhe:

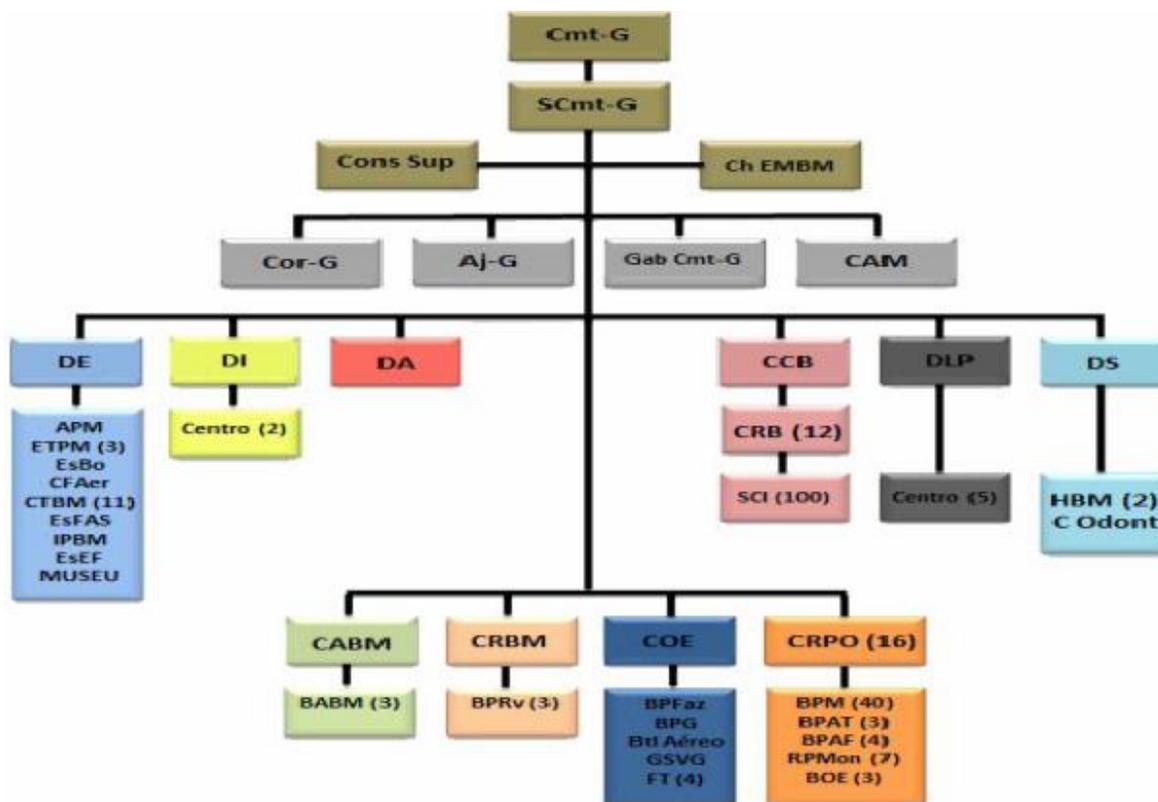
I - executar, com exclusividade, ressalvada a competência das Forças Armadas, a polícia ostensiva, planejada pela autoridade policial militar competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como o exercício dos poderes constituídos;

II – atuar preventivamente, como força de dissuasão, em locais ou áreas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem pública;
III – atuar repressivamente, em casos de perturbação da ordem pública e no gerenciamento técnico de situações de alto risco;
IV - exercer a polícia ostensiva de proteção ambiental;
V – executar a guarda externa dos estabelecimentos prisionais do Estado;
VI - exercer atividade de investigação criminal militar;
VII - atuar na fiscalização e controle dos serviços de vigilância particular no Estado;
VIII - exercer atividades de inteligência da Polícia Militar;
IX - executar os serviços de prevenção e de combate a incêndio, bem como a investigação de incêndios e sinistros;
X – fiscalizar e controlar os serviços civis auxiliares de bombeiro;
XI – realizar os serviços de busca e salvamento aéreo, aquático e terrestre;
XII - executar as atividades de defesa civil;
XIII - desempenhar outras atividades previstas em lei (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

A estrutura e organização da Brigada Militar são definidas pela Lei Nº 10991/97, que foi atualizada pela Lei Nº 11736 de 13 de janeiro de 2002, “que dispõe sobre a Organização básica da Brigada Militar do Estado e dá outras providências”.

Conforme o art. 4º da Lei Nº 10991/97, a Brigada Militar estrutura-se em órgãos de Direção, de Apoio e de Execução, conforme ilustra a figura 8.

O Órgão de Direção Geral da organização é o Comando Geral da Brigada Militar, ao qual compete a administração da instituição. Órgãos de Apoio da organização são os Departamentos, aos quais compete o planejamento, a direção, o controle e a execução de diretrizes elaboradas pelo Comando Geral da Brigada Militar. Já os Órgãos de Execução são compostos pelos Comandos Regionais e Órgãos de Polícia Militar. A estes competem às atividades administrativas operacionais indispensáveis ao cumprimento das atividades da Brigada Militar. A figura 5 destaca o Organograma da Brigada Militar com sua organização.



| | | | |
|-----------|--|-----------|--|
| Cmt-G | Comandante Geral da Brigada Militar | CFAer | Centro de Formação Aeropolicial |
| SCmt-G | Subcomandante Geral da Brigada Militar | CTBM | Colégio Tiradentes da Brigada Militar |
| Cons Sup | Conselho Superior | EsFAS | Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos da Brigada Militar |
| Ch EMBM | Chefe do Estado Maior da Brigada Militar | IPBM | Instituto de Pesquisas da Brigada Militar |
| Cor-G | Corregedoria Geral | EsEF | Escola de Educação Física |
| Aj-G | Ajudância Geral | MUSEU | Museu da Brigada Militar |
| Gab Cmt-G | Gabinete do Comandante Geral | Centros | Centros de Informática |
| CAM | Comissão de Avaliação e Mérito | BABM | Batalhão Ambiental da Brigada Militar |
| DE | Departamento de Ensino | BPRv | Batalhão de Polícia Rodoviária |
| DI | Departamento de Informática | BPFaz | Batalhão de Polícia Fazendária |
| DA | Departamento Administrativo | BPG | Batalhão de Polícia de Guarda |
| CCB | Comando do Corpo de Bombeiros | Btl Aéreo | Batalhão Aéreo |
| DLP | Departamento de Logística e Patrimônio | GSVG | Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas |
| DS | Departamento de Saúde | FT | Força Tarefa |
| CABM | Comando Ambiental da Brigada Militar | BPM | Batalhão de Polícia Militar |
| CRBM | Comando Rodoviário da Brigada Militar | BPAT | Batalhão de Polícia de Área Turística |
| COE | Comando de Operações Especiais | BPAF | Batalhão de Polícia de Fronteira |
| CRPO | Comando Regional de Polícia Ostensiva | RPMon | Regimento de Polícia Montada |
| CRB | Comando Regional de Bombeiros | BOE | Batalhão de Operações Especiais |
| APM | Academia de Polícia Militar | SCI | Subgrupamento de Combate a Incêndio |
| ETPM | Escola Técnica de Polícia Militar | HBM | Hospital da Brigada Militar |
| EsBO | Escola de Bombeiros | C Odont | Centros Odontológicos |

Figura 5: Organograma da Brigada Militar.
Fonte: Brigada Militar. 2017. (site)

Não podemos esquecer-nos de citar que o Corpo de Bombeiros, que é subordinado à Brigada Militar e faz parte de sua estrutura organizacional, se tornará uma corporação independente a partir da adoção da Lei Nº 14920/16. Esta Lei desvincula o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar e dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2 DOCUMENTOS E DIRETRIZES PARA O TRABALHO NA FRONTEIRA

A Brigada Militar tem como documento norteador do trabalho de policiamento ostensivo na fronteira a Diretriz de Policiamento em Áreas de Fronteira Nº 034/2015 de 19 de novembro de 2015. Essa Diretriz de Policiamento de Área de Fronteira Nº034/2015 atualizou a antiga e pioneira Diretriz Geral da Brigada Militar Nº26/2012, que dispõe da Política de Segurança Pública em Fronteira.

A DGBM Nº26/2012 foi criada no contexto dos investimentos em equipamentos, viaturas, treinamentos e recursos financeiros fornecidos pelo Governo Federal através da ENAFRON- Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteiras. Neste contexto, ocorreu uma grande produção de conhecimentos na Brigada Militar através de seu Departamento de Ensino na Academia de Polícia Militar, onde são realizados os curso de Formação de oficiais (Curso Superior de Polícia Militar- CSPM) e os Cursos de Pós-graduação (Curso Avançado de Administração Policial Militar- CAAPM e Curso de Especialização e Gestão de Segurança Pública- CEGSP), onde foram realizadas diversas pesquisas e trabalhos acadêmicos de conclusão de curso com a temática de Fronteira sendo eles: Luís Felipe Neves Moreira (2011), Antonio Felipe Zinga Junior (2011), Diego Gonzales Munari (2012), Alexandre Moreira Pereira (2012), André Luiz Stein (2012), Luís Ernildo Maders (2013), Mauro Ademar Schernn (2013), Antonio Adalberto Borges (2013) e Vinicius Alexandre Karnikowski (2014).

A ENAFRON foi estabelecida no estado do Rio Grande do Sul através de um Termo de Adesão do estado do Rio Grande do Sul ao Plano Estratégico de Fronteiras no âmbito do Ministério da Justiça, em 3 de janeiro de 2012.

Ainda, conforme o PEF- Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, criou-se o GGIF –Gabinetes de Gestão Integrados de Fronteiras que, de acordo com a lei, tem os seguintes objetivos e finalidade:

Art. 6º Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira terão como objetivo a integração e a articulação das ações da União previstas no art. 1º com as ações dos estados e municípios, cabendo a eles:

I - propor e coordenar a integração das ações;

II - tornar ágil e eficaz a comunicação entre os seus órgãos;

III - apoiar as secretarias e polícias estaduais, a polícia federal e os órgãos de fiscalização municipais;

IV - analisar dados estatísticos e realizar estudos sobre as infrações criminais e administrativas;

V - propor ações integradas de fiscalização e segurança urbana no âmbito dos municípios situados na Faixa de Fronteira;

VI - incentivar a criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal; e

VII - definir as áreas prioritárias de sua atuação.

§ 1º Não haverá hierarquia entre os órgãos que compõem os GGIF e suas decisões serão tomadas por consenso.

§ 2º Cada GGIF será constituído por ato do Governo Estadual e será composto pelas autoridades federais e estaduais que atuem nos termos do art. 1º e por representantes dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal da região de fronteira (BRASIL, 2011).

A DGBM Nº34/2015, de Policiamento em Áreas de Fronteira, traz como finalidade:

Instrumentalizar a Brigada Militar para a eficiente realização das tarefas inerentes a preservação criminal, em todas as suas dimensões, e a preservação da ordem pública em ambientes operacionais de influência rural, especialmente nas regiões de fronteiras do estado do Rio Grande do Sul (DGBM 034/2015).

Essa diretriz se caracteriza por uma mudança do paradigma de uma fronteira guarnecida, controlada por quartéis militares ao longo da Faixa de Fronteira em que o governo tinha o controle baseado no foco da Segurança Nacional, tendo como possível ameaça o país vizinho, para essa nova dinâmica de uma fronteira integrada com livre trânsito e circulação de todos os cidadãos e a formação de novas dinâmicas sociais, mas, ao mesmo tempo, controlada em relação aos crimes transfronteiriços e ao crime organizado.

A diretriz traz a preocupação em relação aos mais diversos problemas ligados à segurança pública e ao bem-estar da sociedade da fronteira. A fronteira deixa de ser

representada como um espaço de descontinuidade e, não raro, de colisão entre dois ou mais ordenamentos jurídicos independentes (DGBM 034/2015, 2015, p.6).

A DGBM 034/2015 aborda a Estratégia Nacional de Fronteira, estabelecida pelo Governo Federal a partir do Plano Estratégico de Fronteira (Decreto Nº 7496 de 8 de junho de 2011). De acordo com a DGBM 034/2015, o eixo de atuação do Plano Estratégico de Fronteira, está no fortalecimento do controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na Faixa de Fronteira Brasileira:

Sua diretriz principal sustenta-se na atuação integrada dos órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais, Secretaria da Receita Federal e Forças Armadas, com as realizações de operações conjuntas e troca de informações operacionais, e na cooperação com países vizinhos para a atuação na Faixa de Fronteira. E fixa, ainda, o objetivo de ampliar o quadro de pessoal e a estrutura dos mencionados órgãos nas Faixa de Fronteira (DGBM 034/2015, p.7).

Em relação à legitimidade da atuação da Brigada Militar na fronteira, a DGBM 034/2015 destaca:

Seja no aspecto subsidiário, atuando como força pública no apoio aos órgãos com atribuições originárias de segurança de fronteira, como Receita Federal, seja no desempenho de sua competência residual, derivada da incapacidade ou falência momentânea ou permanente desses órgãos; a Brigada Militar pode efetivamente exercer tarefas típicas de polícia de fronteira, até as mais específicas como as que se desenvolvem em aduanas, se isso tornar-se imperioso como no caso da greve ou outra causa de ausência de pessoal do órgão originário; circunspecta essa atuação tão somente aos limites do conhecimento técnico dos agentes militares estaduais (DGBM 034/2015, p.9).

A DGBM 034/2015 expõe que, do ponto de vista prático, ficaria realmente difícil imaginar uma barreira que impedisse a atuação da Brigada Militar contra os delitos que ocorrem ao longo da fronteira e seu entorno (2015). Assim:

Veja-se que, inobstante às verificações e fiscalizações que possam ser feitas em aduanas, acerca da regularidade de produtos importados, da documentação de estrangeiros e de outros aspectos fiscais e criminais, nada obsta sejam estes mesmos itens reverificados e refiscalizados poucos metros adiante, dentro do território nacional, por policiais militares, enquanto em circulação por vias urbanas de cidades-gêmeas, em estradas vicinais, rodovias estaduais e/ou federais, ou mesmo estocados em residências ou lojas de comércio, em locais próximos da fronteira.(DGBM 034/2015, p.10).

A DGBM 034/2015 aborda a política institucional de fronteira na Brigada Militar, afirmando primeiramente que a mesma está de acordo com o antigo documento de política institucional da Brigada, a DGBM 026/2012.

Não podemos deixar de mencionar que a política da Brigada Militar para a fronteira partiu da criação do Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira através do decreto Nº48198, de 29 de julho de 2011. Este núcleo estabeleceu seis eixos estratégicos que seriam necessários para o desenvolvimento da região de fronteira. Um dos eixos estratégicos denomina-se “Políticas de Fronteira e Segurança Pública”.

O Núcleo - RS foi o centro da discussão a nível estadual, sendo responsável por organizar metas políticas e planos estratégicos para a fronteira gaúcha. Essa discussão foi consolidada no PDIF-RS, Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Conforme descrito na DGBM 034/2015, temos programas e ações, entre os quais:

O PDIF-RS prevê uma política de fortalecimento e ampliação dos postos de controle integrado de fronteira, com os programas de “recuperação, qualificação e fixação do contingente de pessoal nos postos de fronteira” e de “controle aduaneiro integrado”; e programas concatenados com o ENAFRON/GGI-F, no sentido da “articulação e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública para o combate ao contrabando, tráfico e descaminho, através de operações simultâneas e intercâmbio de dados entre Brasil, Argentina e Uruguai” e com a instalação do “Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento (SINIVEM)”. (DGBM 034/2015, 2015, p.10).

Neste documento, também foi exposta a questão do cotidiano e a geograficidade do policial que trabalha diariamente na região como sendo um fator muito relevante para o sucesso no policiamento de fronteira:

Patrulhar essas áreas significa conhecê-las detalhadamente; conhecer suas rotinas, os indivíduos que as compõem, seus valores, sua linguagem, seus costumes e a cultura do lugar; conhecer a dinâmica dos criminosos, seus *modus operandi*, sejam eles contrabandistas, assaltantes, ou ladrões de gado (conhecidos na fronteira por *abigeatários*). Tanto quanto não se pode, no domínio da lógica, separar a missão geral da Brigada Militar da segurança de fronteira, de igual sorte, não se pode separar o controle do trânsito internacional delituoso em uma fronteira da ação policial rotineira contra abigeatários, assaltantes de fazendas ou que atuam nas áreas urbanas, traficantes locais,

regionais e internacionais, golpistas que agem no campo e na cidade, e contrabandistas de armas ou agrotóxicos (DGBM 034/2015, 2015, p.11)

A preocupação da corporação é realizar um trabalho em que possa controlar a fronteira e atuar contra os mais diversos tipos de delitos, tanto no meio urbano, como no meio rural.

A DGBM 034/2015, também, traz à discussão a importância do papel do comandante no processo de integração. No documento, o termo comandante não expressa a ideia de um só comandante (uma única pessoa no comando) para toda a fronteira, mas sim vários comandantes distribuídos de forma hierarquizada no território. A hierarquia se expressa na organização da Brigada Militar, pois os batalhões são comandados por coronéis, tenentes coronéis e majores; as companhias de Polícia Militar são comandadas por capitães; os pelotões são comandados por tenentes e os grupos de Polícia Militar comandados por sargentos. Especialmente, a hierarquia também é a base da subdivisão das áreas sob responsabilidade do batalhão, subdividindo em companhias, pelotões e grupos de policias militar espalhados estrategicamente sobre o território.

O comandante desempenha um papel muito importante em relação à integração com a sociedade e com as polícias dos países vizinhos no que tange à troca de informações e à realização de operações conjuntas e simultâneas ao longo da fronteira.

Recentemente, o Governo Federal substituiu o PEF - Plano Estratégico de Fronteiras pelo PPIF - Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, através do Decreto N°8903 de 16 de novembro de 2016. Os objetivos do PPIF coincidem com o antigo PEF, além de prever, em seu art. 2, diretriz II, integração e cooperação com os países vizinhos, visando a um maior controle aduaneiro incluindo uma ação mais efetiva e integrada em suas águas interiores e costa marítima.

Outro fator que se evidenciou no PPIF foi a promoção de medidas de integração dos demais órgãos de Segurança Pública que atuam na fronteira com a integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência- SISBIN, como ficou definido em seu art. 4° na medida V. O PPIF manteve os GGIF- Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras instituídos nos termos do decreto n° 7496 de 8 de junho de 2011.

2.3 OS TIPOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Para abordar o policiamento ostensivo, é necessário invocar o conceito de segurança pública exposto pelo Capitão da Brigada Militar Luís Felipe Neves Moreira em sua monografia do Curso Avançado de Administração Policial Militar:

A segurança pública é um processo, uma sequência de atividades que apresentam unidade com intuito preventivo e repressivo. Não pode ser tratada apenas como medida de vigilância e repressão, mas como um sistema integrado e otimizado envolvendo instrumento de prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e base. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda no reparo e dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito. (MOREIRA, 2011, p.21).

Com base no conceito de segurança pública acima citado, podemos afirmar que o policiamento ostensivo passa por prevenir e reprimir as ações de desordem pública e possíveis delitos. Elio, apud Moreira, explica que:

O Policiamento Ostensivo é um serviço indispensável e que desempenha um papel de primeira importância na consecução dos objetivos finais da polícia; é a única forma do serviço policial que diretamente trata de eliminar a oportunidade do mau comportamento e reprime o desejo de delinquir, destruindo as influências daninha. (ELIO, 2010, apud, MOREIRA, 2011, p.23).

Conforme Simões (2014), a expressão *polícia ostensiva* foi introduzida na Constituição Federal de 1988, a qual, em termos de competência, dá uma amplitude bem maior se comparada com a atividade de policiamento ostensivo até então definida pela legislação específica (Decreto Lei nº 667/1969, regulamentado pelo Regulamento/200) que dispõe sobre a organização e as competências das polícias militares no Brasil.



Figura 6: Policiamento Ostensivo Montado.
 Fonte: Revista da Brigada Militar, ano II, nº 3, nov. de 2012.

Hoje, está bem claro que a polícia ostensiva no Brasil, caracterizada pelo uso do uniforme, viaturas e equipamentos, encontra-se a cargo das polícias militares, nas respectivas unidades da federação, inserida e integrada nos mais diversos segmentos da sociedade (Simões, 2014).

Para atuar no policiamento ostensivo, a Brigada Militar utiliza uma série de critérios identificadores e norteadores. Tais critérios definem as principais ações e tipos de policiamento ostensivo a serem empregados em determinadas situações de desordem pública. Assim, o policiamento ostensivo subdivide-se em tipos, segundo suas diferentes finalidades. Conforme Moreira (2011), de acordo com a Diretriz Geral da Brigada Militar N° 003/BM/EMBM/2001 de 28 de agosto de 2001, os tipos de policiamento são: geral, de trânsito, rodoviário, ambiental e de guarda. Além disso, são qualificadores de ações e operações de polícia ostensiva: policiamento ostensivo (geral), de trânsito, rodoviário, ambiental, de guarda e de fronteira.

Os tipos de policiamento Ostensivo, segundo define Capitão Moreira, são:

Policiamento de Trânsito

Tipo específico integrante da Polícia Ostensiva, exercido pela Brigada Militar, com o objetivo de prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e de garantir a obediência as normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes.

Policiamento Rodoviário

Tipo específico integrante da Polícia Ostensiva, exercido pela Brigada Militar em rodovias estaduais e, mediante convênio, em rodovias federais visando prevenir e reprimir atos relacionados à segurança pública.

Policimento Ambiental

Tipo específico integrante da Polícia Ostensiva, exercido pela Brigada Militar, que visa preservar através da Educação Ambiental e reprimir os crimes e infrações ambientais, buscando garantir a proteção da fauna, recursos florestais, recursos hídricos, o combate a caça, pesca ilegal e a poluição em todas as suas formas.

Policimento de Guarda

Tipo específico integrante da Polícia Ostensiva, exercido pela Brigada Militar, que visa à guarda de aquartelamento, a segurança externa de estabelecimentos prisionais e sedes dos poderes estaduais. (MOREIRA, 2011, p.23-24).

O policiamento Ostensivo da Brigada além de apresentar uma série de tipos específicos, como citados anteriormente, ainda pode ter várias modalidades diferentes dentro de cada tipo, como expõe a Capitão da Brigada Militar Helena Beilfus em sua monografia de conclusão do Curso Superior de Polícia Militar de 2008:

Patrulhamento – É a atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção ou mesmo do emprego de força, desempenhada pelo policial militar no posto.

Permanência – É a atividade predominantemente estática de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção, emprego de força ou custódia, desempenhada pelo policial militar no posto.

Diligência – É a atividade que compreende busca de pessoas, animais, ou coisas, captura de pessoas, ou animais, apreensão de animais ou coisas, resgate de vítimas.

Escolta – É a atividade destinada à custódia de pessoas ou bens, em deslocamento. (MOREIRA e ABREU, 2006, apud BEILFUS, 2008, p.21).

Verificamos que não existe uma conceituação ou doutrina em que o policiamento de fronteira aparece como tipo específico. Conforme destaca Moreira (2011), o policiamento de fronteira não é classificado como tipo de policiamento, tendo em vista sua recente estruturação no planejamento do Ministério da Justiça através da SENASP, PRONASCI Fronteiras.

A DGBM 034/2015, Diretriz de Policiamento em Áreas de Fronteira, não define o policiamento de fronteira como tipo de policiamento ostensivo. A DGBM 034/2015 define a forma de atuação do policiamento ostensivo na fronteira como sendo caracterizado no tipo de patrulha rural ou no policiamento ostensivo em seu *modus operandi* no geral.

2.4 A REGIONALIZAÇÃO DA BRIGADA MILITAR NA FRONTEIRA

A Brigada Militar é organizada territorialmente no Estado do Rio Grande do Sul em CRPOs – Comandos Regionais de Policiamento Ostensivo. Atualmente existem 16 CRPO distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul sendo eles:

- CPC- Comando de Policiamento da Capital,
- CPM- Comando de Policiamento Metropolitano,
- CRPO- Central,
- CRPO- Centro/Sul,
- CRPO- Planalto,
- CRPO- Vale do Caí,
- CRPO – Vale do Taquari,
- CRPO- Missões,
- CRPO- Serra,
- CRPO- Litoral,
- CRPO- Alto do Jacuí,
- CRPO- Fronteira Oeste,
- CRPO- Fronteira Noroeste,
- CRPO- Vale do Rio Pardo,
- CRPO- Vale do Rio dos Sinos e
- CRPO- Sul.

A localização de cada Comando Regional de Polícia Ostensiva fica visível na figura 7.

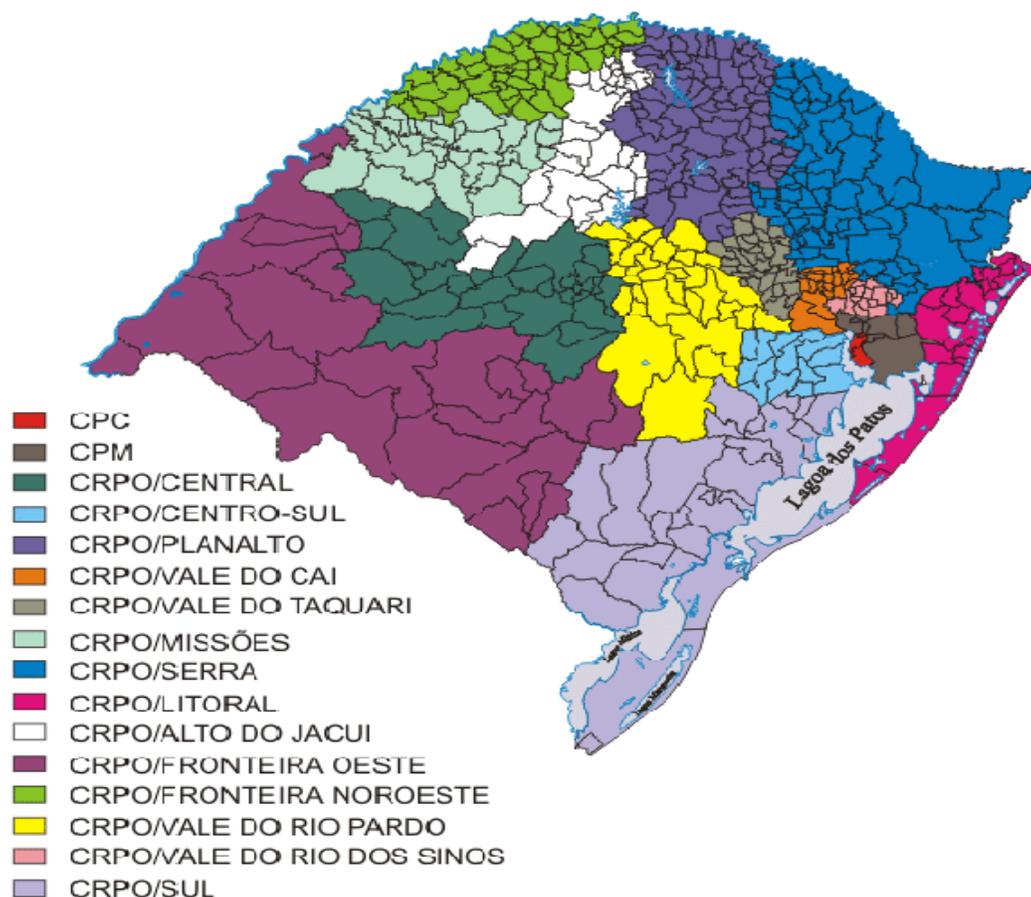


Figura 7: Mapa de regionalização dos CRPOs da Brigada Militar no Rio Grande do Sul.
 Fonte: <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br>, acesso em 20 de janeiro de 2008.

A Brigada Militar na fronteira está organizada e dividida em quatro CRPO, conforme descrito abaixo na DGBM 034/2015.

Sendo, então, este o espaço territorial em que se fará desenvolver os trabalhos de segurança de fronteira, por via, especialmente, da segurança rural, convém consignar que existam nele quatro comandos regionais da Brigada Militar, a saber: CRPO Sul, sediado em Pelotas, com unidades na mesma cidade (4º BPM), em Rio Grande (6º BPM) e Jaguarão (3º BPAF); CRPO Fronteira Oeste, abrangendo as regiões Campanha e Fronteira Oeste, sediado em Santana do Livramento e com unidades em Bagé (6º RPMon), Santana do Livramento (2º RPMon), Uruguaiana (1º BPAF) e São Borja (2º BPAF); CRPO Fronteira Noroeste, sediado em Santa Rosa e com unidades em Santa Rosa (4º BPAF), Três Passos (7º BPM) e Frederico Westphalen (37º BPM); e CRPO Missões, com sede em Santo Ângelo e unidades em Santo Ângelo (7º RPMon), São Luiz Gonzaga (14º BPM) e Ijuí (29º BPM). Assim, são 13 unidades operacionais

insetas nos quatro comandos regionais, perfazendo um total de 17 autoridades de ordem pública, de primeiro e segundo escalões, no interior da Faixa de Fronteira. (BRIGADA MILITAR, 2015, p.24).

Na figura 8, temos a localização de cada CRPO de fronteira e sua cidade sede responsável pela área localizada na Faixa de Fronteira.

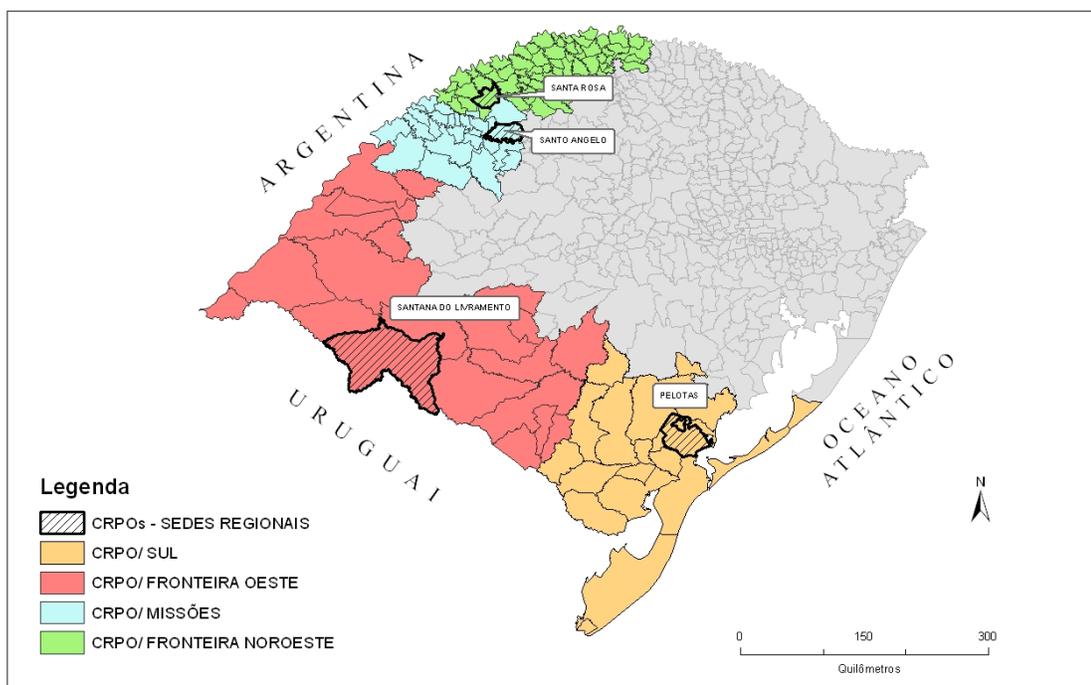


Figura 8: Mapa do Rio Grande do Sul – Regionalização da Brigada Militar – 2012.

Fonte: Plano Estadual de Segurança Pública com Cidadania para a Fronteira do Rio Grande do Sul – 2012/2014, PESCIF/RS-2012/2014.

Cabe lembrar que as autoridades da ordem pública citadas na DGBM 034/2015 são os 13 comandantes das unidades da Brigada Militar em nível de Batalhão. No nível de Comando Regional de Policiamento Ostensivo temos quatro Comandantes regionais - geralmente no posto de coronel ou de tenente-coronel - que são responsáveis diretamente pela gestão de recursos humanos e financeiros, além da aplicação da doutrina e política da Brigada Militar em referência à atuação no policiamento na fronteira.

2.5 O CRPO - FRONTEIRA NOROESTE DA BRIGADA MILITAR

2.5.1 Histórico

O Comando Regional de Policiamento Ostensivo Fronteira Noroeste está sediado na cidade de Santa Rosa/RS e estão a ele subordinados três Batalhões de Polícia Militar.

O CRPO/FNO foi criado no dia 23 de novembro de 1998 pelo Decreto Estadual nº 38.107/98. Inicialmente abrangia apenas 21 municípios da região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Noroeste. Atualmente, o CRPO/FNO abrange 56 municípios das regiões dos COREDES Fronteira Noroeste (Santa Rosa), Noroeste Colonial (Três Passos) e Médio Alto Uruguai (Frederico Westphalen), perfazendo uma área de 12.148,26 km², com uma população aproximada de 470.475 habitantes. Além de fazer fronteira internacional com o país da Argentina de aproximadamente 275 km pela costa do Rio Uruguai, divisa estadual com o Estado de Santa Catarina de 148 km (SCHERNN, 2013, p.44).

Ainda, conforme Schernn, existem três batalhões de Polícia Militar (BPM) que estão subordinados de forma hierárquica administrativa e operacionalmente ao CRPO-FNO: O 4ºBPAF, com sede em Santa Rosa, o 7º BPM com sede no município de Três Passos e o 37º BPM com sede em Frederico Westphalen. Os BPM, por sua vez, são estruturados em companhias (Cia), pelotões (Pel.) e grupos de Polícia Militar (GPM), espalhados de forma estratégica, cobrindo o território de responsabilidade do CRPO-FNO.

2.5.2 Organização e Estrutura

O Comando Regional de Policiamento Ostensivo Fronteira Noroeste CRPO-FNO organiza a sua estrutura administrativa e operacional ao longo do território de forma a contemplar os 56 municípios da região de fronteira com a República da Argentina.

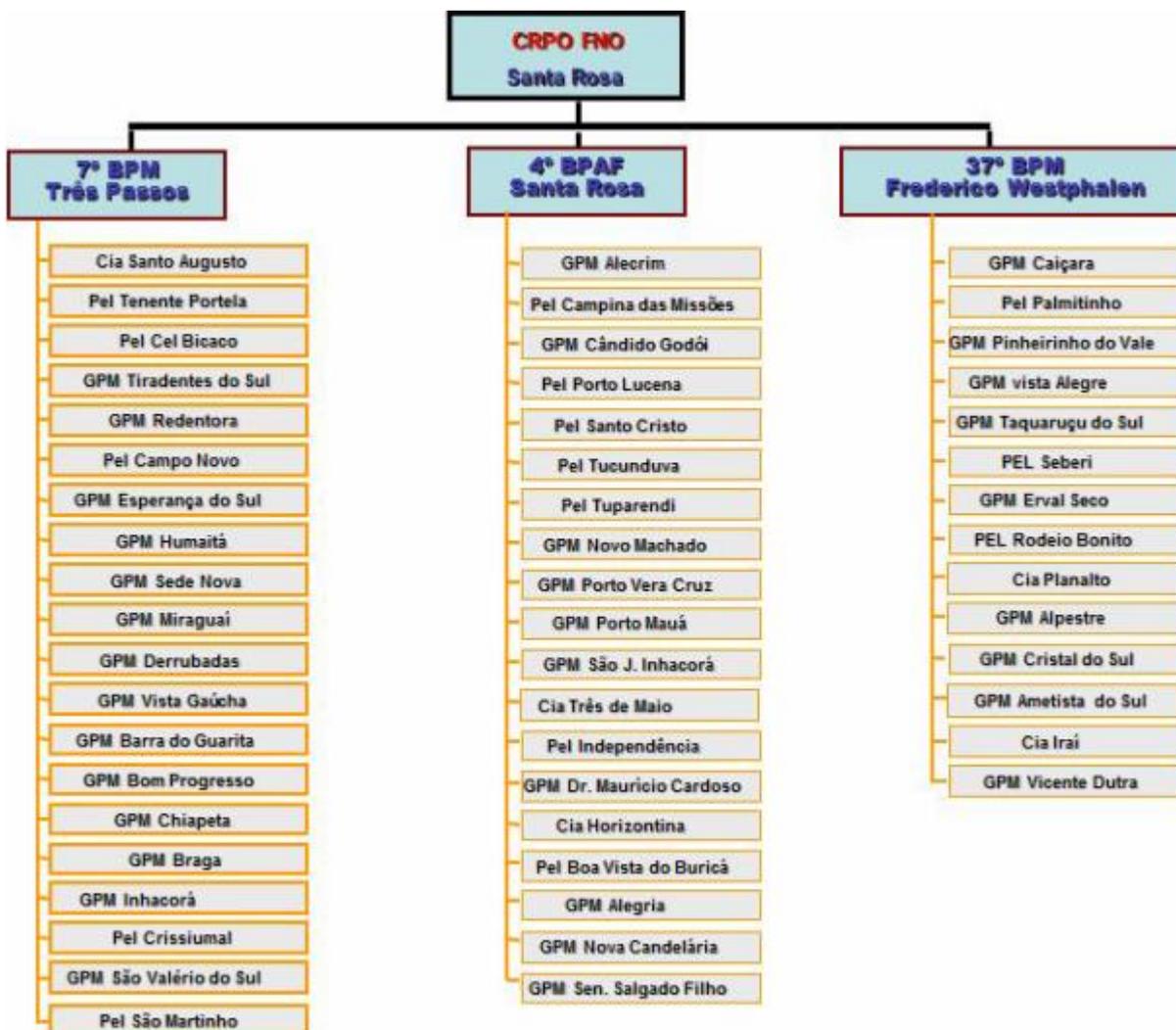


Figura 9: Organograma do CRPO-FNO. Organograma do CRPO-FNO.
Fonte: SCHERNN, 2013, p 45.

A organização e distribuição territorial de cada batalhão subordinado ao CRPO-FNO leva em consideração as características de cada cidade em relação ao número de habitantes e importância econômica. Cidades como Santa Rosa, Três Passos e Frederico Westphalen, além de serem sedes dos batalhões 4ºBPAF, 7ºBPM e 37ºBPM, respectivamente, mantêm em suas sedes um maior número de efetivo de policiais militares. Em municípios de menor expressão populacional, por sua vez, são mantidas as Companhias de Polícia Militar e, quanto menor for a expressividade econômica e populacional do município ou mesmo localidade, menores são os escalões mantidos, como Pelotão e Grupo de Polícia Militar, na hierarquia do Batalhão que possui responsabilidade por determinado território.

2.6 O 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA

2.6.1 Histórico

O 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira remonta ao ano de 1992. Através do decreto 34572/92 foi criado um destacamento especial, subordinado em um primeiro momento ao 14º Batalhão de Polícia Militar, com sede em São Luiz Gonzaga.

Segundo o capitão da Brigada Militar Munari (2012), em 29 de agosto de 1994, através do decreto Nº 34.480 foi criada a 4º Cia Independente, tendo permanecido inalterada a área de atuação, na fronteira:

Após algumas outras denominações, na data de 23 de novembro de 2005, através da Portaria nº 212/05, foi criado e instalado o 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira, com responsabilidade territorial sobre 19 municípios e a partir de 17 de março de 2006, conforme Portaria 253/2006 foi vinculado também o município de Senador Salgado Filho antes pertencente ao CRPO Missões, objetivando o atendimento da área fronteira com suas características específicas (MUNARI, 2012, p. 57).

Conforme a Portaria Nº 212/EMBM/2005, foi criado o 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira:

O COMANDANTE GERAL DA BRIGADA MILITAR, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 10.991, 18 de agosto de 1997, combinado com o inciso I do Art. 5º e Art. 54 do Decreto nº 42.871, de 04 de fevereiro de 2004 e suas alterações, e Decreto nº 44.215, de 29 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Instalar, a contar de 23 de Novembro de 2005, o 4º Batalhão de Policiamento de Área de Fronteira, com sede no município de Santa Rosa, subordinado ao Comando Regional de Policiamento Ostensivo – Fronteira Noroeste (CRPO-FNO).

Art. 2º - Determinar ao Diretor do Departamento Administrativo e ao Comandante do CRPO-FNO que adotem as providências necessárias à implementação do disposto nesta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

QCG, em Porto Alegre, RS, 30 de dezembro de 2005. (BRIGADA MILITAR) Portaria 212/EMBM/2005, 2005).

Como podemos perceber, sua estrutura organizacional evoluiu de companhia para um batalhão de Polícia Militar, fato que indica o interesse em aumentar a operacionalidade e o poder de atuação no policiamento da Brigada Militar na Região de fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

2.6.2 Organização e estrutura

A estrutura organizacional do 4ºBPAF - Batalhão de Polícia de Área de Fronteira compreende quatro companhias de Polícia Militar que, por sua vez, subdividem-se em quatro pelotões de Polícia Militar e um pelotão de operações especiais. O pelotão de operações especiais está subordinado diretamente ao comandante do batalhão. Visando à melhoria no atendimento e à cobertura territorial nas localidades mais interioranas, os pelotões de Polícia Militar ainda se subdividem em grupos de Polícia Militar. No organograma do 4ºBPAF, a seguir, podemos observar a distribuição territorial nos municípios e localidades da Fronteira Noroeste (figura 10).

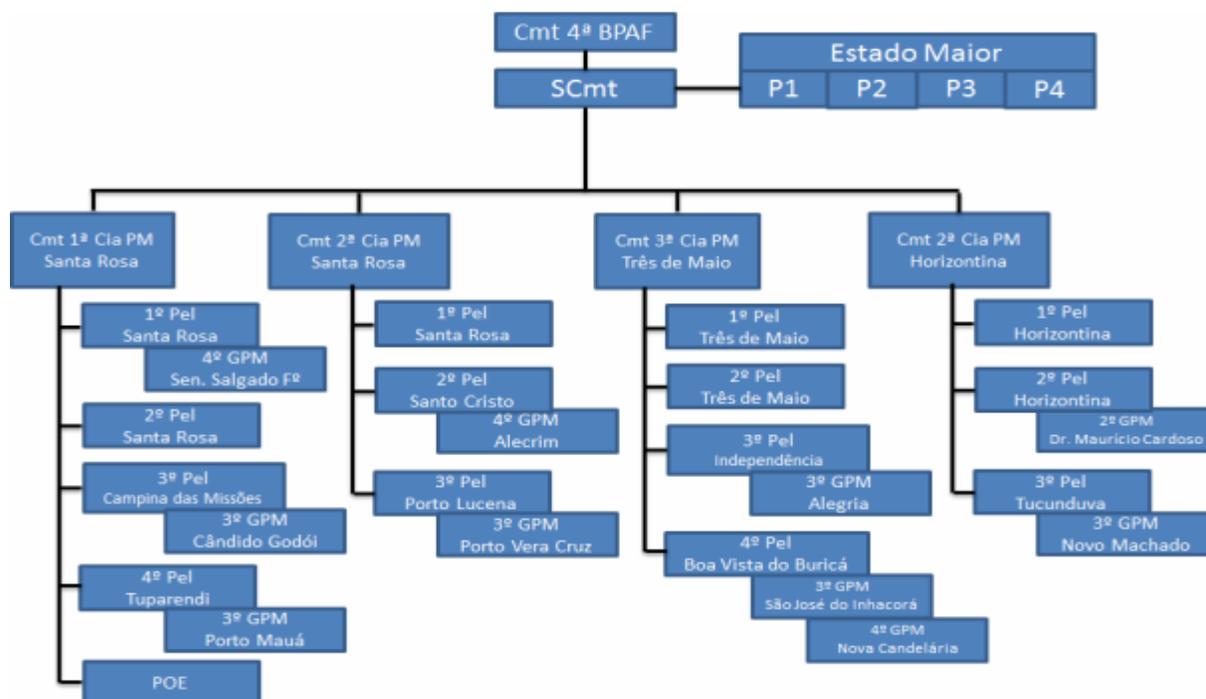


Figura 10: Organograma do 4ºBPAF. Organograma do 4ºBPAF.
Fonte: SCHERN, 2013, p.46.

O lema do 4ºBPAF define a sua atuação de policiamento como centrada na atividade de polícia de fronteira: “Excelência em Segurança Pública de Fronteira”.



Figura 11: Brasão do 4ºBAPF.

Fonte: <http://4batalhaodefrenteirasantarosa.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10/01/2016.

A área de atuação do 4ºBPAF inclui 20 municípios, uma área de 4.691 km², uma linha de fronteira internacional com a Argentina de 140 km de extensão e uma população de 213.304 habitantes (Schernn, 2013).



Figura 12: Carta Operacional do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira.
 Fonte: Brigada Militar, 4ºBPAF-ALI, 2012.

As atividades operacionais desenvolvidas pelo 4º BPAF incluem: Policiamento Ostensivo diuturnamente em área urbana e rural nos 20 municípios; patrulha de fronteira; Operação Golfinho; operações de fiscalização de Trânsito; operações especiais das mais variadas naturezas; guarda de presídios de Santa Rosa e Santo Cristo; projetos como o PROERD - Programa de resistência às drogas, e, finalmente, outras atividades ligadas a projetos sociais com as comunidades que o batalhão atende (Schernn, 2013).

3- O TERRITÓRIO, AS REDES, O POLICIAMENTO E O CRIME NA GEOGRAFIA

Neste capítulo, serão abordados conceitos importantes da Geografia, para um melhor entendimento das complexas relações entre os diversos atores que atuam na fronteira. Atores estes com planos divergentes, estratégias diferentes, mas todos com o mesmo objetivo: concretizar seus projetos no espaço.

Os conceitos a serem abordados são do campo da Geografia Política, nominalmente: território, redes, escalas e fronteira. Além dos conceitos supracitados, ainda serão abordados os conceitos ou noções de crime, crime transfronteiriço e transnacional e de policiamento.

3.1. O TERRITÓRIO E AS REDES

Como o caso em estudo aborda território e redes de criminosos e da polícia na fronteira, é pertinente dizer que o território é fruto dos mais variados atores que empregam suas estratégias para poder dominá-lo, ou mesmo utilizá-lo como espaço de passagem para um determinado tipo de crime que afetará outras regiões distantes da fronteira, como exemplo o tráfico de drogas e armas.

Conforme Raffestin, o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (1993). O espaço passa a ser delimitado e interligado, formando assim um território de um determinado ator.

Ainda segundo Raffestin, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço o qual se tornou o território de um ator, desde que tornando uma relação social de comunicação” (1993, p. 147).

Essa relação de poder é caracterizada no agenciamento pelos criminosos na criação de redes em busca do lucro e da atuação planejada com estratégias de confundir a polícia.

Essa mesma relação de poder expressa no território existe no âmbito da Brigada Militar, em muitas situações obedecendo à jurisdição de atuação sobre

determinado território delimitado no espaço. É uma ação hierarquizada, com unidades interligadas de maneira reticular. Território este que se sobrepõe a outros territórios de outros atores.

Os territórios podem ser resultados de projetos concordantes ou em conflito sendo este, idealmente, o caso da polícia e dos criminosos que disputam o controle do território, no caso o primeiro pela garantia da lei e o segundo no controle do lucro fruto do crime.

A questão da articulação das ações de cada ator no seu território dá-se através de redes que interligam os pontos, que são denominados nós. Essas articulações em rede passam a oferecer a cada ator uma gama de possibilidades para a formação de mais territórios. Raffestin define redes como sistemas que desenham tramas, que podem ser concretas ou abstratas, visíveis ou invisíveis (1993).

Na área de atuação do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira, a fronteira Noroeste, a rede fica expressa em seus contatos com os demais órgãos de segurança estaduais, federais, internacionais (Argentina) e mesmo no contato direto com informantes oriundos das comunidades locais que margeiam o rio Uruguai. Em relação aos criminosos, a rede se constrói através de contatos e nas relações de poder com outros atores que extrapolam a região da fronteira e interligam territórios nas mais diversas escalas.

Segundo Raffestin, os atores não se opõem necessariamente; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar se controlar, se intimidar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles (1993).

No entanto, o conceito de rede em questão também pode ser trazido para a discussão da infraestrutura, quando tratamos das redes de comunicação, redes de estradas e rodovias, redes de hidrovias as quais se interligam formando um emaranhado e unindo as mais diversas localidades na fronteira.

Segundo Raffestin, as redes que se traduzem nas mais diversas infraestruturas no território partem e/ou ligam sempre pontos precisos específicos, expressando uma hierarquia (1993).

Raffestin afirma que toda a rede é a imagem do poder, ou dos atores dominantes (1993). No caso, o poder do Estado está representado pela Brigada Militar e sua rede, que abrange os demais órgãos de segurança pública, sejam na esfera governamental estadual, nacional ou mesmo internacional (Polícia de Misiones, Gendarmeria Nacional Argentina, Polícia Paraguuaia e Uruguiaia). Por sua vez, as relações de poder dos criminosos são mais complexas e, em muitos casos, não apresentam uma hierarquia, mas sim relações de poder entre as redes criminosas locais e os **chibeiros** que é uma denominação popular na região para o indivíduo que realiza contrabando e ou descaminho na fronteira do Brasil e Argentina. Os **chibeiros** são barqueiros que podem levar produtos de circulação proibida no país (por exemplo: defensivos agrícolas controlados) ou produtos que são permitidos, mas deveriam recolher tributos ao ingressarem no Brasil. Estes **chibeiros** são os que realizam o trabalho pesado de transporte através de pequenas e discretas embarcações na travessia do rio Uruguai e com redes criminosas organizadas que distribuem o contrabando, armas, drogas em escalas regional, nacional e internacional.

As redes de poder do 4º BPAF/Brigada Militar se valem dos contatos da Agência Local de Inteligência. Na escala local, o contato privilegia a comunidade ribeirinha. Nas escalas regional, nacional e internacional, articulam-se os demais órgãos de segurança pública, formando redes de informações com as Polícias de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina.

O mesmo ocorre em relação às redes de poder dos criminosos no sentido de obtenção de informações, remunerando moradores das comunidades ribeirinhas que fornecem dados precisos da prática e a atuação da polícia na fronteira. Ainda, ocorre em muitos casos o jogo duplo de ribeirinhos que trabalham para os criminosos, assim como são informantes da polícia. Isso quer dizer que, assim como o espaço pode abrigar vários territórios, alguns atores podem participar de mais de uma rede, por vezes até com projetos contraditórios.

A territorialidade é projetada no espaço pelos diversos atores, criminosos e agentes do 4º BPAF na fronteira. Esta territorialidade parte em princípio do território, de suas características já instaladas na forma de estradas, portos, vilas, comunicações, acessos etc., características essas que serão elementos fundamentais no apoio dos

diferentes agentes à mobilidade, tanto da população local, quanto da polícia e dos criminosos.

Na produção do território pelos mais diversos atores que atuam na fronteira, de acordo com seus interesses e projetos, das mais variadas finalidades, temos a formação de tessituras (regionalização):

A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes (RAFFESTIN, 1993, p.154).

Este sistema territorial (nó, rede, tessitura) expressa a imagem dos projetos dos atores que atuam na fronteira. Este poder pode apresentar as formas físicas de um Estado de dominar o espaço com infraestrutura, ou simplesmente pode ser expresso através de redes criminosas que utilizam portos e estradas clandestinas por eles construídas no espaço para emprego de seus projetos. Conforme Raffestin, “toda rede é a imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (1993, p. 157).

Neste sentido, a tessitura da Brigada Militar na fronteira expressa uma política do Estado, pois o 4ºBPAF atua de forma localizada, com decisões tomadas em uma escala superior ao comando da instituição, originando-se na política governamental federal e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

A territorialidade, segundo Raffestin, adquire um valor bem particular e reflete a multidimensionalidade do “vivido” pelos membros de uma coletividade e pela sociedade em geral (1993).

Essa territorialidade dos atores (policiais, comunidade e criminosos), que no seu cotidiano passam a conhecer melhor o território e, aos poucos, a vivê-lo e dominá-lo expressa, por exemplo, na forma de barreiras de fiscalização ou operações na região organizadas pela polícia. Os criminosos estudam no território a localização estratégica para a instalação de portos clandestinos para transportar a mercadoria contrabandeada (armas e drogas, por exemplo) de uma margem à outra do rio Uruguai e, ao mesmo tempo, com o conhecimento da região, criam novas rotas, formando emaranhados de

caminhos que somente eles, com a experiência cotidiana, passam a dominar, criando assim a sua própria territorialidade.

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

Ainda, conforme Raffestin, os homens vivem o processo e o produto territorial através das relações de poder. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (1993).

E, para expressar o poder sobre o território e criar a territorialidade, cada ator elabora e aplica suas estratégias de dominação no espaço, com base em informações das mais diversas. A polícia trabalha com base em informações de serviço de inteligência. Os criminosos também possuem uma rede muito ampla de informantes que passam a monitorar as atividades da polícia. De posse dessas informações, tanto a polícia como os criminosos elaboram suas estratégias, que resultam na apropriação e domínio do espaço, criando assim o território, mesmo que em muitos casos seja de caráter temporário como no caso de portos clandestinos (figura 13) e estradas em lavouras, pastagens e paralelas a rodovias.



Figura 13: Porto Clandestino nas Margens do Rio Uruguai – localidade de Roncador.
Fonte: Trabalho de Campo 28/01/2016. Autor: Sérgio Roth Pinto.

3.2 A FRONTEIRA

Para esta dissertação, vamos abordar a fronteira nas escalas regional, estatal e supranacional, para melhor entendermos como os agentes criminosos internacionais atuam no espaço e fazem da fronteira seu território e um lugar de passagem, em que executam seus projetos. Também a polícia, em sua variedade de práticas em diferentes escalas, pois a polícia se pessoaliza nos atos que são dos agentes policiais, se territorializa e se materializa na escala local, se planeja na escala regional e nacional e é limitada pela escala supranacional.

Na escala estatal, vamos teorizar a fronteira como o limite de um Estado-Nação com outro, onde a fronteira serve para regular a entrada e saída do território de pessoas, mercadorias e capital. É ainda em escala estatal que a fronteira é normatizada através de leis, se pensa e se aplica a gestão da fronteira por agentes governamentais

representados pelos seus órgãos oficiais como Ministério da Justiça e Secretarias Estaduais de Segurança Pública, entre tantos.

Em relação à fronteira na escala estatal, parte-se do Estado-Nação, de seu território demarcado e delimitado, onde a jurisdição e o controle de um Estado-Nação terminam e começam o controle e jurisdição do seu vizinho limítrofe. A fronteira, conceituada em nível de Estado-Nação, quando há um equilíbrio de forças, é considerada demarcada com igualdade dos poderes dos Estados Nacionais limítrofes.

Pressupõe-se a inexistência de um poder maior que se movimenta em sentido oposto, barrando o avanço estatal conquistador. Esse é o sentido da definição de fronteira como "isóbara" de poder, isto é, uma linha que demarca igualdade de poderes- capacidade de controle- de duas formações estatais (ANCEL, 1938, p.195, apud DORFMAN, 1995, p.70).

Dorfman aborda a fronteira na escala estatal como uma fronteira que separa sistemas econômicos, políticos e culturais (1995). Na fronteira, ocorre uma mudança e é a partir dali que passa a ser território de outro Estado-Nação organizado politicamente, delimitado administrativamente e juridicamente.

A fronteira delimita um território, isto é, a fronteira demarca a extensão da soberania e do poder de um grupo sobre o espaço. Seguindo esse raciocínio, a fronteira pode ser entendida como a indicação da mudança de um a outro sistema de direito, propriedade, língua, cultura, como o limite geográfico de controle e reconhecimento legítimo de um grupo no poder (DORFMAN, 1995, p.69).

Ao abordarmos o termo fronteira no estudo da Geografia, verificamos que existiu uma evolução e muitas mudanças de paradigmas do conceito desde seu surgimento na perspectiva da ciência geográfica à atualidade.

Verificamos, também, a existência dos mais variados sentidos e significados que são utilizados para classificar a fronteira conforme a região, seu uso, sua dimensão, e sua importância econômica, política, militar e muitas vezes cultural.

A fronteira é conceituada na escala global por Adriana Dorfman:

Devemos lembrar que a fronteira pode ser entendida dentro do Sistema Mundo, como uma linha que separa modos de regulação distintos, possibilitando o controle do comércio e das migrações internacionais, criando vantagens comparativas e locacionais, isto é, tornando certos territórios mais sedutores ao

capital internacional devido as facilidades fiscais, legislações trabalhistas, taxas e outros fatores (DORFMAN, 1995, p.70).

A fronteira, em muitas situações, serviu para separar cultura, povos, regiões com diferentes vocações econômicas, diferentes organizações sociais. A fronteira, nesse sentido, passa a ser uma barreira, uma contenção em relação às diferenças. A fronteira também serve para unir povos que buscam o acolhimento do outro lado, como, por exemplo, os refugiados que buscam abrigo seguro e oportunidade de mudança de vida na expectativa de um novo lar, ao passar a fronteira.

A fronteira também serve para marcar a igualdade de poderes entre dois ou mais Estados-Nação. Quando em uma disputa pela hegemonia política, militar e econômica, a fronteira serve de ponto de contenção ao expansionismo, seja de um ou de outro Estado-Nação.

Na Geografia, a palavra fronteira também é empregada como um conceito de uma área ou região periférica a ser explorada, ocupada, defendida ou monitorada através de forças institucionalizadas do Estado. A fronteira pode ter vários sentidos conceituais e cabe a nós, geógrafos, definirmos qual a melhor forma de utilizá-lo.

As geógrafas, Lia Osório e Rebeca Steiman, apontam claramente a diferença do conceito de fronteira da atualidade do conceito de fronteira utilizado na Europa, dos séculos XII ao XV, quando era entendido como uma borda de segurança em torno do centro do território:

Para uma parte da literatura consultada, é no período entre os séculos XII e XV que surge a palavra fronteira na maioria das línguas europeias, derivada do latim “front”. Não foi originalmente aplicada a uma linha e sim a uma área. Na Europa Medieval, a Zona/região de fronteira era uma área, ou seja, possuía largura (não só extensão, como é o caso do limite) de modo objetivo de separação e não contato (STEIMAN; OSORIO, 2002, p.4).

As geógrafas Steiman e Osório, no trabalho *“Limites e Fronteiras Internacionais: Uma Discussão Histórica-Geográfica”*, expõem com clareza que a fronteira servia de barreira, em primeiro lugar para a defesa do território e, em segundo plano, como divisor de povos que não queriam o contato, seja econômico ou seja cultural com outros povos. Outro fator foi a necessidade de cada povo demarcar seu território fisicamente

no terreno com marcas fixas que expressavam o poder político e normatizado sobre o espaço, gerando assim territórios controlados:

O desenvolvimento desse expediente político surgiu antes, no entanto no período da Alta Idade Média (século VII e VIII) com a constituição dos *Marks*, ou *marches* em francês, ou *marcas* em espanhol, pelos reis francos e germânicos, territórios especiais, usualmente objeto de projetos de colonização, com a função de proteger as fronteiras do império contra eslavos e outros povos com os quais não queriam o contato. Cada “Marca” tinha um administrador próprio (os *Markgrafs*, *margraves* ou *marqueses*), sendo que muitos deles deram origem mais tarde a reinos e Estados independentes (STEIMAN; OSORIO, 2002, p.4).

O mundo globalizado é cada vez mais interligado por redes, sejam elas físicas ou cibernéticas. Num momento em que os governos buscam uma maior integração econômica através de blocos regionais ou alianças com seus vizinhos, a fronteira começa a ser notada com outra lente: agora é a integração e o seu desenvolvimento econômico e social que deve ser planejado e aplicado na fronteira. Desta forma, a fronteira deixa de ser marginalizada e passa a integrar os projetos em escalas nacionais e internacionais. Como diz Circe Dietz:

Na contemporaneidade há um processo mundial de transformação das fronteiras em que novas características vêm sendo incorporadas as funções clássicas e isto tem gerado um novo conjunto de elementos que compõem os espaços da globalização. As mudanças nas características funcionais da fronteira tendem a valorizar menos os elementos que a constituíram, ligados, sobretudo à defesa do território nacional e tendem a assumir funções articuladoras, de aproximação com países vizinhos (DIETZ, 2008, p.17).

O novo paradigma de fronteira, como expôs Circe Dietz, se origina na Europa, onde há uma integração real entre os países membros da União Europeia (2008). Esta situação beneficia o desenvolvimento regional em termos sociais, culturais e econômicos, pois o cidadão de qualquer país europeu membro pode trafegar e ter livre acesso a qualquer país da União Europeia.

Na atualidade, a fronteira Argentina e Brasil, já dispõe de uma relevante integração, seja social, cultural ou econômica. A implantação do MERCOSUL a partir do Tratado de Assunção de 1991, e sua consolidação, instituiu a circulação de cidadãos

dos países membros entre os territórios nacionais de Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.

A fronteira do Brasil e Argentina transformou-se, deixando um passado marcado por uma geopolítica de separação e contenção por parte dos dois Estados Nacionais, em que esta região ficava abandonada por parte dos governos centrais. Hoje, toma outro rumo através de novas políticas de desenvolvimento e integração regional.

Conforme define Dietz, ocorre uma virada política, em que as províncias argentinas na fronteira e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, passariam a ser os atores principais nesta nova configuração econômica que se formou em torno da fronteira sul do Brasil (2008). É ainda Dietz quem define que:

Com a nova configuração regional, derivada da criação do bloco econômico, as províncias fronteiriças, como um todo passam a assumir um novo papel dentro do cenário nacional e Sul-americano. Misiones, Corrientes, Rio Grande do Sul, marcados historicamente por dificuldades derivadas das grandes distâncias de seus centros políticos nacionais, adquirirão funções estratégicas em virtude de sua localização central no MERCOSUL (DIETZ, 2008, p.20).

A fronteira do Brasil e Argentina passa de esquecida, em termos de projetos de desenvolvimento econômico por parte de seus governos centrais, para uma nova fase, agora como centro de integração regional, tomando um lugar de destaque nos projetos em escalas regionais, nacionais e internacionais:

As regiões de fronteira assumem função de aproximação de “regiões centrais”, como é o caso de São Paulo e Buenos Aires- áreas que concentram maiores volume de capital e investimentos nos dois países -, assim como são os maiores mercados consumidores. (DIETZ, 2008, p. 19-20).

Na atualidade, como citou Dietz, a fronteira do Brasil com a Argentina está mudando o perfil, de uma fronteira de separação e contenção que no início gerou o abandono e, por consequência, as mazelas sociais e a baixa demografia (esta resultado das migrações para as regiões centrais dos dois países), para uma fronteira que aproxima cada vez mais as regiões centrais e começa a aparecer com destaque nas políticas e projetos de cunho nacionais de desenvolvimento em escala regional, nacional e de projeção para uma escala internacional (2008).

O Brasil é um país de dimensões continentais e possui uma extensa fronteira terrestre. Para melhor entendermos as relações com o conceito de Fronteira na escala nacional, cabe definir um termo importante, o de Faixa de Fronteira. (Figura 14).

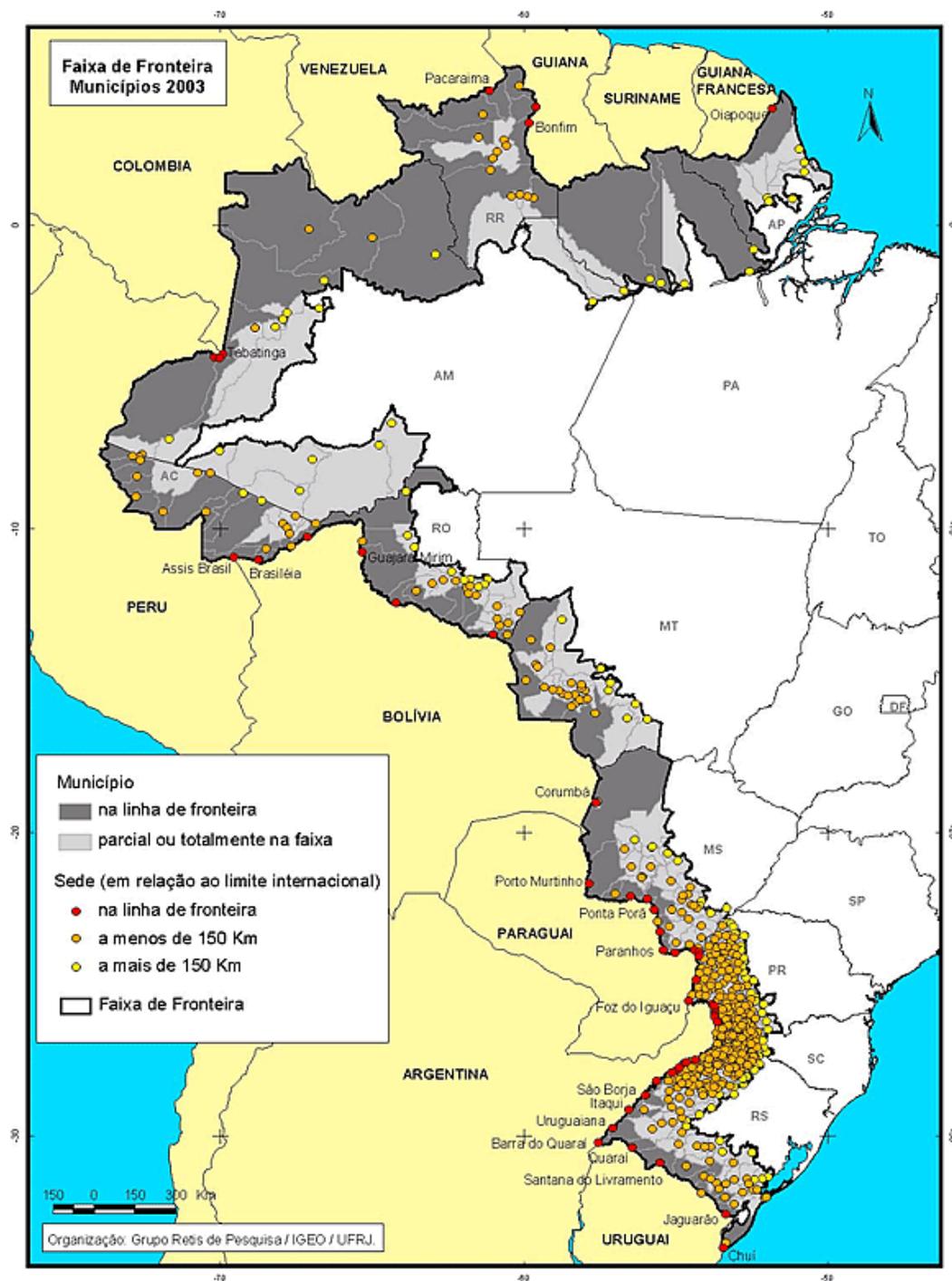


Figura 14: Faixa de Fronteira Terrestre.
Fonte: Ministério da Integração Nacional; 2008.

A Lei Nº 6634 de 2 de maio de 1979 dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Não é uma novidade, pois é oriunda de Leis anteriores que vinham sofrendo variações e ajustes desde época do Império a respeito da Faixa de Fronteira. Esta Lei foi reformulada e sancionada em um período da História do Brasil muito conturbado, pois o Brasil estava passando por uma Ditadura Militar a qual controlava toda a sociedade com muita repressão e violência, não deixando passar em branco o controle extremo das fronteiras do Brasil.

Nesse período, germinavam as ideias da Doutrina de Segurança Nacional concebida pelos membros militares da Escola Superior de Guerra- ESG no Rio de Janeiro. A partir do pensamento doutrinário Brasileiro sobre Doutrina de Segurança Nacional, fomenta-se a ampliação da quilometragem da Faixa de Fronteira e a sua legislação quanto ao uso e implantações de projetos e empresas consideradas estratégicas para o Brasil.

Mas o seu processo histórico de formação da Faixa de Fronteira remonta à época do Império do Brasil. Isso significa que o Estado Brasileiro teve uma preocupação permanente com a garantia da soberania do território nacional frente ameaças dos vizinhos.

Segundo a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional (CDIF), no segundo Reinado, sob o governo de D. Pedro II, existia uma largura que foi estabelecida inicialmente como de 10 léguas ou 66 quilômetros a partir da linha de fronteira.

A partir de então, a extensão da Faixa de Fronteira foi sendo alterada; em um primeiro momento, para 100 quilômetros; depois, a Lei nº 6634/79 determinou os 150 quilômetros como a largura da Faixa de Fronteira. Conforme essa Lei, a área compreendida nos 150 quilômetros a partir do limite internacional, ao longo dos 15719 quilômetros da fronteira terrestre brasileira, é considerada indispensável à Segurança Nacional. Qualquer atividade econômica realizada ou que se pretenda realizar na Faixa de Fronteira tem que ter o consentimento do Conselho de Segurança Nacional, conforme dispõe o art. 2º da Lei Nº 6634/1979:

Art. 2º. - Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na Faixa de Fronteira, a prática dos atos referentes a:

I - alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

II - construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;

III - estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV - instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;

b) colonização e loteamento rurais;

V - transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;

VI - participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural;

§ 1º. - O assentimento prévio, a modificação ou a cassação das concessões ou autorizações serão formalizados em ato da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, em cada caso.

§ 2º. - Se o ato da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional for denegatório ou implicar modificação ou cassação de atos anteriores, da decisão caberá recurso ao Presidente da República.

§ 3º. - Os pedidos de assentimento prévio serão instruídos com o parecer do órgão federal controlador da atividade, observada a legislação pertinente em cada caso.

§ 4º Excetua-se do disposto no inciso V, a hipótese de constituição de direito real de garantia em favor de instituição financeira, bem como a de recebimento de imóvel em liquidação de empréstimo de que trata o inciso II do art. 35 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015).

A Lei Nº 6634/79 prevalece até os dias atuais como um marco regulador das atividades econômicas e do desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Outro marco importante foi a criação da “Doutrina de Segurança Nacional” por militares intelectuais da Escola Superior de Guerra no Brasil. A Doutrina de Segurança Nacional ligava-se à Guerra Fria entre Estados Unidos e a União Soviética, que disputavam o domínio mundial entre o capitalismo americano e o socialismo soviético. Conforme Marla Barbosa Assumpção destaca, a Revolução Cubana de 1959 desencadeou a formulação e expansão da Doutrina de Segurança dos Estados Unidos para frear o avanço comunista nos demais países da América Latina (2011).

Ainda, conforme Assumpção, formularam-se doutrinas de contrainsurgência para combater o “inimigo infiltrado”. Dessa forma, os Estados Unidos estenderam suas diretrizes de segurança para o subcontinente (2011, p.37).

O entendimento da Faixa de Fronteira como território de Segurança Nacional foi o fator determinante para a implantação de uma série de quartéis do Exército Brasileiro e de um complexo sistema de logística de pronto emprego para conter uma possível invasão do vizinho. Além disso, concentrou-se em Santa Maria/RS um considerável contingente de militares do Exército Brasileiro, bem como uma base da Força Aérea Brasileira, sendo uma reserva posicionada estrategicamente no centro do estado do Rio Grande do Sul, com uma capacidade operacional bem ampla e diversificada.

Toda essa concentração militar para fins bélicos do Exército, Força Aérea Brasileira e também da Brigada Militar (Polícia Militar do Rio Grande do Sul), em sua histórica fase bélica é justificada pela política de desconfiança recíproca entre os países limítrofes. Nesse caso, a fronteira era uma barreira de contenção de ambos os países (Brasil e Argentina).

A presença institucional representada pelas unidades militares é outra característica fundamental da Faixa de Fronteira internacional no sistema de Estados Nacionais. As bases dos Exércitos não cumpriram somente a função defensiva, mas no caso do Brasil, constituíram uma das fontes de sobrevivência de várias povoações, já que as regiões de fronteira eram desde esse período pouco dinâmicas economicamente. A implantação de batalhões e pelotões de fronteira do Exército foi responsável não só pela sobrevivência de vilas e povoados da época colonial como também, no Brasil, pela formação de núcleos urbanos que ascenderam à condição formal de cidades (DIETZ, 2008, p.39).

A maioria das cidades fronteiriças do sul do Brasil tem a característica de ser fruto da militarização da fronteira. Essa militarização que vem desde período colonial continuou e foi fundamental para o desenvolvimento de cidades em termos econômicos, de fixação de povoamento. A militarização da fronteira não foi somente contenção, mas em um sentido mais amplo, trouxe desenvolvimento econômico de caráter nacionalista.

As autoridades brasileiras e argentinas aplicaram estratégias no espaço em nome da Segurança Nacional com o objetivo de dificultar a mobilidade de tropas do vizinho nos seus territórios diante de uma situação de crise.

Alguns fenômenos que ocorrem na fronteira são justificáveis por questões de Segurança Nacional. Durante vários anos prefeitos dos municípios fronteiriços brasileiros foram indicados por Brasília; quartéis, abrigando numeroso contingente militar, aeroportos e infraestrutura para a defesa da fronteira forma

construídos. Do lado argentino, as estradas se interrompiam para evitar uma possível invasão por parte das Forças Armadas Brasileiras. Os trilhos ferroviários utilizavam bitolas incompatíveis de cada lado da fronteira (DORFMAN, 1995, p.71-72).

Entretanto, com a criação do bloco econômico do MERCOSUL, a fronteira do Brasil com a Argentina toma um novo rumo frente às questões de desenvolvimento, circulação de mercadorias e pessoas. Configura-se em uma região estratégica de fundamental importância econômica e social para os dois Estados Nacionais.

A fronteira em vários pontos do mundo sofreu vários processos de transformação conceitual e concreto. Hoje, vemos a multiplicação de fronteiras fechadas e extremamente vigiadas, com alta tecnologia de sistema de radares, câmeras, sensoriamento remoto, veículo aéreo não tripulado - VANT, drone, Polícia e Forças Armadas pelo mundo. Em alguns países, o controle é muito rígido: nos Estados Unidos na fronteira com o México, na fronteira de Israel na Faixa de Gaza, demarcadas por muros e cercas de arames farpados, com um forte esquema militar de defesa. Há, também, o caso da Coreia do Norte, a qual mantém uma fronteira completamente vigiada, tanto no sentido de quem quiser sair ou chegar ao país, entre tantas outras.

Conforme Dorfman e França, contemporaneamente à função regulatória da fronteira não desaparece, pelo contrário, o controle se aprofunda. Não se pode, porém, reduzir a função regulatória à fronteira, uma vez que a função regulatória está hoje presente em diferentes pontos do território (2015, p. 21)

A fronteira passa a ter uma função regulatória e seletiva quanto ao processo de abertura e fechamento.

A era de hoje é a da seletividade fronteiriça, da abertura e do fechamento de fronteiras, concomitantemente. As fronteiras podem se abrir para determinados fluxos e se fechar para outros, simultaneamente. A seletividade das fronteiras permite administrar necessidades econômicas e de diferenciação regional. (DORFMAN; FRANÇA, p.21, 2015).

Internacionalmente, fronteira na atualidade está voltada à questão de segurança: ao mesmo tempo facilita a integração, e também é seletiva no controle do fluxo de pessoas, barrando indivíduos indesejados de atravessar a fronteira.

3.3 A QUESTÃO DE ESCALA

A questão da escala é muito importante neste estudo. Por exemplo, os crimes transfronteiriços e transnacionais podem ser planejados para ser executados nas mais diferentes escalas pelos criminosos. A ação da polícia também se estende a partir de redes que interligam as mais diversas escalas e produzem uma determinada hierarquia. Portanto, os crimes transfronteiriços e principalmente os crimes transnacionais passam a ter seus reflexos em todas as escalas, desde a escalas local e global.

Conforme Smart e Lin (2014), a escala tem sido amplamente discutida no âmbito da Geografia, entendida como chave de leitura e criação de hierarquias espaciais originadas em processos socioeconômicos:

As escalas tem sido um tema de discussão vivido e produtivo em Geografia (Marston, 2000) e, mais tardiamente em disciplinas correlatas, como Antropologia, onde elas ajudam a compensar uma tendência ao dualismo local/global (Tsing, 2000). Trabalhos recentes sobre escala permitem uma mudança na perspectiva sobre regiões reificadas e outras unidades de área em direção a “geografias materiais atentas”, nas quais processos econômicos e sociais preservam e transformam as hierarquias espaciais (SMART; LIN, 2014, p. 15).

Na Brigada Militar, em particular do 4ºBPAF, mesmo quando as decisões são tomadas localmente pelo comando do 4ºBPAF, este cumpre metas, regulamentos e legislação determinados em uma escala regional; neste caso, do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, na região da Fronteira Noroeste, ainda temos a influência das políticas nacionais para a gestão da Faixa de Fronteira: todos os movimentos ligados à Segurança Nacional e, mais recentemente, os investimentos em equipamento e treinamento em segurança pública.

Um exemplo claro de política pública de segurança na fronteira é o ENAFRON, que parte de estudo realizado sobre a problemática da segurança pública das fronteiras do Brasil em escala nacional, e na conjuntura das redes criminosas em escala internacional, materializando-se nas mais diversas escalas.

Em uma análise mais profunda, a ENAFRON expressa a verticalização do poder, pois as decisões ocorrem ou são postas de cima para baixo e são aplicadas na escala local, sempre com adaptações.

Em relação à escala internacional, o que podemos observar é a questão da ligação de redes criminosas que atuam em nível internacional, tanto no contrabando, tráfico de drogas e armas. A questão do tráfico de armas e drogas é muito complexa, pois possui uma rede internacional composta de fornecedores, atravessadores e consumidores de drogas, os quais são oriundos das mais diversas localidades da América do Sul que passam pela fronteira gaúcha e seguem para o mercado internacional. Essa escala internacional envolve países vizinhos na questão da integração das polícias, planejamento de ações conjuntas, trocas de informações através de seus setores de inteligências na fronteira no combate ao crime. Neste sentido, Dorfman expressa:

A análise escalar constitui-se num método não-dicotômico que tenta organizar elementos distintos, mas imbricados, que contribuem para o funcionamento do conjunto. A oposição entre macro/micro; generalização/caso particular; abstração/concretude; interpretação/ ação deve ser reconhecida. A distância que separa os pares acima pode ser avaliada pela explicitação da dimensão territorial assumida pela relação social estudada (DORFMAN, 1995, p. 7).

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza define que a pesquisa socioespacial deve utilizar o conceito de escala geográfico em relação à extensão ou alcance de um fenômeno (SOUZA, 2013).

Na pesquisa socioespacial e, na verdade, também em outras áreas de pesquisa e até no âmbito do senso comum, quando falamos que um determinado fenômeno ocorre em “larga escala” ou em “grande escala” não estamos querendo dizer que ele tem um alcance tão pequeno ou uma extensão tão restrita a ponto de poder ser adequadamente representado por uma carta topográfica ou mesmo por uma planta; muito pelo contrário: significa que seu alcance ou sua extensão é tão grande que, se quiséssemos ou pudéssemos representá-lo cartograficamente, teríamos de apelar para um mapa cuja a escala cartográfica seria pequena (ou, na pior das hipóteses, intermediária: por exemplo, 1:500.000 ou 1:1000.000) (SOUZA, 2013, p. 181).

Neste sentido, Souza traz à tona a diferença entre a escala geográfica e escala cartográfica. Processos de construção do território e as relações de poder entre os mais diversos atores dependem muito da condição da escala (2013).

Em um sentido mais abrangente para a compreensão da questão de escala geográfica voltada à pesquisa sócio espacial, Souza subdivide a escala geográfica em

escala do fenômeno, escala de análise e escala de ação (2013, p.181). Essa contribuição do geógrafo Marcelo Lopes de Souza passa a ser fundamental para a análise dos objetos e suas relações com os demais objetos nas mais diversas escalas.

Segundo Souza, a escala do fenômeno refere-se à abrangência física do mundo, seja em referência à extensão de um rio ou montanha. Quando essa mesma escala passa a tratar dos fenômenos sociais, acrescenta algumas sutilezas como à abrangência de processos impessoais, como no caso a globalização ou ainda ações coletivas como processos sociais (2013).

Souza refere-se à escala de análise como capaz de nos facultar a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estejamos investigando ou tentando elucidar, a partir de uma questão ou de um problema que tenhamos formulado (2013, p.182).

Por fim, a escala de ação é definida pelos agentes no espaço propriamente dito. Esta escala é muito importante para a formulação desta pesquisa, pois é através da ação que se faz a observação do trabalho e as estratégias dos militares do 4ºBPAF contra os crimes na fronteira.

De sua parte, a escala de ação diz respeito a um aspecto específico e muito diretamente político: aquele referente, em um raciocínio eminentemente estratégico, a reflexão acerca espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos (SOUZA, 2013, p.182).

Portanto, para compreendermos as ações estratégicas e as práticas espaciais, tanto dos atores caracterizados pelos criminosos, como pela Brigada Militar na fronteira, deve-se dar muita atenção ao conceito de escala. Este passa a ser um condicionador para a compreensão dos fenômenos que partem do local para o global e vice-versa.

3.4 A FRONTEIRA E O CRIME

A fronteira pensada a partir do Estado Nacional é um lugar de contenção e separação. Embora em muitas situações a fronteira seja um lugar de separação, muitas fronteiras seguem o caminho oposto e acabam se tornando um espaço muito bem

integrado entre os territórios nacionais que estão inseridos naquele espaço. Embora a fronteira se caracterize por mostrar-se com muita integração, seja econômica, política e cultural, ainda assim os territórios nacionais permanecem normatizados com leis diferentes que visam o controle territorial de cada país, expressando a soberania sobre seu território.

A fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, limitando o Brasil com a Argentina apresenta um quadro de grande integração econômica, social e cultural na atualidade.

O geógrafo Milton Santos, em sua obra “Por uma outra Globalização”, aborda o processo de internacionalização do mundo de forma muito rápida e forte. Globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2008, p.23).

O capital passa a ser o principal fator de internacionalização do mundo e, portanto, acaba circulando no mundo com muita rapidez e fluidez, sem levar em consideração as fronteiras nacionais.

Hoje vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação pelas empresas e instituições hegemônicas (SANTOS, 2008, p.83).

Como afirma Milton Santos, a fluidez é utilizada no exercício de ações das empresas e instituições, mas, claro, também é utilizada pelos agentes criminosos que atuam em diversos territórios diferentes e usam a fronteira para a organização como uma passagem.

Os agentes criminosos procuram burlar as leis de cada Estado Nacional com a intenção de obter lucros financeiros. Lucros esses que certamente são dolosos e causam grandes perdas ao Estado.

Para entendermos melhor, vamos definir um conceito básico de crime com o foco nos crimes que ocorrem na fronteira. Não vamos aqui entrar numa discussão aprofundada dos conceitos de crime e dos diversos tipos de crime em nosso Código Penal.

Cepik e Borba (2011) distinguem dois tipos de crime: aquele que têm motivação econômica e aquele que não tem, sendo que este último é o que prejudica diretamente um indivíduo e o outro é aquele que prejudica diretamente a sociedade. Eles distinguem também crimes de danos diretos de prejuízos difusos:

O crime é uma violação da lei escrita e, enquanto tal, pode ser diferenciado entre os delitos com motivação econômica (tráfico de drogas, por exemplo) e os não a possuem (estupro, por exemplo). Além disso, são discerníveis entre crimes de “danos diretos” (latrocínio, por exemplo) e de prejuízos difuso (contrabando, por exemplo). Os primeiros atingem vítimas específicas, que são prejudicadas pelo crime e, em situações normais, buscarão a justiça para reparação. Os segundos não prejudicam diretamente nenhuma pessoa física ou jurídicas, mas a lei entende que ofendem moral ou economicamente a sociedade como um todo e devem, portanto, ser considerados ilegais (CEPIK; BORBA; 2011, p.376- 377).

Na fronteira em estudo, a polícia distingue também os crimes transnacionais dos crimes transfronteiriços, e que serão trabalhados ao longo desta dissertação.

3.4.1 Crimes Transfronteiriços e Crimes Transnacionais

Na Região da Fronteira Noroeste, é comum criminosos locais aproveitarem a ausência de fiscalização e policiamento para usar a fronteira como passagem em operação que continuarão em outras regiões de dois ou mais países.

O crime transfronteiriço é aquele que ocorre ao longo da fronteira, nos dois territórios nacionais, e envolve as comunidades de ambos os países, sendo caracterizado como contrabando, tráfico, abigeato, roubos ou descaminho. Em relação ao conceito de crimes transnacionais, ainda conforme Stein:

Pode ser configurado em qualquer país, envolvendo diferentes nacionais tanto na organização do delito, como na sua execução ou ainda quem é dirigido, sendo que os efeitos desta relação são sentidos além de uma região de fronteira. Pode ainda ser planejada em um determinado país e executada em outros, e ainda ter seus resultados sentidos neste (s) último (s), em ambos, ou ainda em um terceiro (s) (STEIN, 2012, p.24-25).

Na fronteira, alguns dos crimes de cunho transnacional e transfronteiriço geram grandes lucros aos seus praticantes, ocorrendo de forma organizada. Os agentes

criminosos impõem seus projetos, gerando territórios e redes criminosas atuantes entre os dois países limítrofes ou em regiões distantes, até mesmo em outros continentes.

3.4.2 Tipos de crimes comuns na fronteira

Na região de fronteira ocorre uma série de crimes que são peculiares e que causam grandes prejuízos à comunidade fronteiriça, região próxima à fronteira e ao Estado Nacional.

Segundo Dorfman e França destacam em um artigo intitulado “Segurança nas Fronteiras: Uma Geografia Social do Controle do Território”, os crimes mais comuns que ocorrem na fronteira em estudo são o de contrabando, descaminho, abigeato, tráfico de drogas, tráfico de animais silvestres, contrabando de agrotóxicos e tráficos de armas e munições (2013, p.31).

O contrabando caracteriza-se por ser voltado aos cigarros e aos agrotóxicos que são proibidos no Brasil. Os cigarros se destacam na região da Fronteira Noroeste. O descaminho, por sua vez, acontece em relação a mercadorias e aos grãos de soja. O abigeato também é um crime típico, uma vez que na fronteira Noroeste ao longo da fronteira nas margens do rio Uruguai existem propriedades rurais dedicadas à pecuária. No entanto, o abigeato é muito mais volumoso na fronteira Sul (Dorfman, França, 2013).

O tráfico de drogas é muito comum. De acordo com relatos de policiais militares coletados durante o trabalho de campo, a maconha é a principal droga, sendo apreendida em grandes quantidades.



Figura 15: Carga de Maconha paraguaia apreendida pelo 4º BPAF.
Fonte: 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira Data: 14/04/2013.

A origem da maconha, segundo os policiais, é paraguaia e entra no estado do Rio Grande do Sul via o país vizinho: Argentina. O tráfico de drogas envolve uma rede de criminosos muito grande e muitos ribeirinhos têm envolvimento e possuem uma rede de contatos com criminosos da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, para onde a maconha é destinada. O mesmo ocorre com o tráfico de armas.

3.5 A FRONTEIRA E A POLÍCIA

Para controlar a fronteira em relação a sua permeabilidade e fluidez, principalmente quando refere-se à questão do controle dos agentes criminosos, o Estado Nacional utiliza-se da legitimidade garantida pela constituição de poder efetivamente controlar a fronteira através da Polícia e de outros órgãos de controle da fronteira.

O trabalho de policiamento a fronteira, no Brasil, é competência da Polícia Federal. Mais recentemente, a Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010, estabeleceu o poder de polícia ao Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira.

Devido à falta de efetivo da Polícia Federal e o raro emprego das Forças Armadas nas operações de fronteira, na maioria dos estados brasileiros fronteiriços, são as Polícias Militares que, em muitos casos, se fazem presentes nas patrulhas e policiamento na fronteira. E, no estado do Rio Grande do Sul, isso não é diferente do resto do país, pois a Brigada Militar atua diretamente no policiamento em área de fronteira.

Embora a Brigada Militar não tenha atribuição em Lei para o policiamento de fronteira, esta instituição se faz presente e vem atuando no combate aos crimes transfronteiriços e transnacionais, juntamente com os demais órgãos do Governo Federal, como a Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro.

A questão da polícia e sua atuação na fronteira é muito complicada e fica muitas vezes delimitada pela legislação e competência que é atribuída à cada polícia, conforme a esfera governamental a qual pertence. Outro fator é a escala de atuação que é restringida, tanto pela legislação, subordinação e hierarquia, assim como também pelo fator de gerenciamento e decisão estratégica sobre a atuação na fronteira.

O Comando da Brigada Militar elaborou, em 2012, a Diretriz Geral da Brigada Militar – DGBM Nº 26, a qual trata da Política de Segurança Pública em Área de Fronteira para regular a sua atuação no policiamento na fronteira. Mais tarde, em 19 de novembro de 2015, ela foi substituída pela Diretriz de Policiamento de Fronteira Nº 034/2015, que trata dos princípios do Policiamento de fronteira da Brigada Militar. Essa Diretriz de Policiamento de Fronteira Nº 034/2015 tem como finalidade principal estabelecer os princípios e normas gerais para a atuação da Brigada Militar nas fronteiras do estado do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai.

A preocupação da Brigada Militar com o policiamento na fronteira passa do policiamento ostensivo nas pequenas cidades fronteiriças para um policiamento especializado no combate aos principais crimes transfronteiriços e transnacionais. Para realizar este trabalho de forma mais eficiente, o documento DPFBM Nº 035/2015 expõe com clareza em seus objetivos específicos que a Gestão deste policiamento na fronteira deve ser integrado, formando uma espécie de rede das polícias em relação à comunicação, informação, planejamento e ações conjuntas de atividade de inteligência

e mesmo nas operações conjuntas com os demais órgãos de segurança pública estaduais, federais e internacionais.

A Diretriz de Policiamento de Fronteira da Brigada Militar Nº 034/2015, deixa clara a preocupação da Brigada Militar em normatizar e regularizar a sua forma de atuação no policiamento na fronteira. A Brigada Militar sempre atuou no policiamento de fronteira, mas, em muitas situações no passado, não possuía as competências legais para a realização deste tipo de serviço prestado à comunidade. Em 02 de setembro de 2015, e com o Decreto Estadual Nº 53.536, passa a condicionar o poder de polícia de fronteira à Brigada Militar com a criação da Cia de Fronteira que atuaria na Faixa de Fronteira nos limites territoriais do estado do Rio Grande do Sul, mas que não durou muito tempo na ativa e logo voltou-se ao modelo atual de organização das unidades de polícia da Brigada Militar na fronteira.

Além de atuarem em separado, os órgãos de policiamento de fronteira colaboram, em certas situações. Este é o caso das operações Internacionais Simultâneas, que se caracterizam por serem planejadas e executadas por todos os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai simultaneamente, em seus respectivos territórios nacionais, com o objetivo de combater os crimes de cunho transnacional e transfronteiriço. A Brigada Militar marca presença nas Operações Internacionais Simultâneas anualmente, e atua cotidianamente através de operações na fronteira com o objetivo de combater os crimes transfronteiriços e transnacionais.

Portanto, nos próximos capítulos trataremos da regionalização da Brigada Militar no estado do Rio Grande do Sul e na Fronteira Noroeste, assim como sua organização e funcionamento como instituição de Polícia Militar.

4 A FRONTEIRA NOROESTE E OS AGENTES CRIMINOSOS COM SUAS REDES E ESTRATÉGIAS

Neste capítulo, será abordada a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul em seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e em sua rede de transportes. Será analisada a questão da importância estratégica da cidade de Santa Rosa como um polo econômico e de desenvolvimento regional na região da Fronteira Noroeste. Será abordado e analisado, também, o contexto da criminalidade e suas redes de atuação nas mais diversas escalas e seu *modus operandi* na região da Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

4.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA FRONTEIRA NOROESTE: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E REDES DE TRANSPORTES

A Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul está localizada na grande Região Fronteira Noroeste, que pertence ao COREDE de mesmo nome e faz parte da divisa internacional entre o Brasil e a República da Argentina. Essa fronteira é caracterizada por ser natural do ponto de vista topográfico, sendo delimitada pelo rio Uruguai.

A fronteira, em termos físicos, se caracteriza por ter um relevo de morros que margeiam o rio Uruguai em ambos os territórios nacionais do Brasil e da Argentina. Em relação ao lado brasileiro, a economia está voltada à produção de grãos, principalmente de soja, trigo e milho. A maior parte da produção agrícola de grãos está localizada nas áreas mais planas, onde pode ser empregada a mecanização. Tais áreas se encontram em municípios que estão um pouco mais afastados da linha internacional de fronteira, mas que se localizam na Faixa de Fronteira. Na fronteira, por sua vez, junto às margens do rio Uruguai, por apresentar um relevo mais acidentado, ocorre a prática da agricultura de subsistência e a pecuária bovina. Somente dois municípios da fronteira - Doutor Mauricio Cardoso e Novo Machado - possuem uma produção significativa de soja, trigo e milho.

O rio Uruguai passa a ser o divisor natural que delimita a fronteira e, inclusive, tem influência na economia local nas comunidades de pescadores. Durante muito tempo, essa região não recebeu a devida atenção dos governos federais, tanto da Argentina quanto do Brasil.

As causas desse abandono remontam às disputas pela hegemonia geopolítica e à Doutrina de Segurança Nacional do governo brasileiro, que previa e determinava os tipos de atividades econômicas que eram permitidas na Faixa de Fronteira. Dessa maneira, até hoje a economia da Fronteira Noroeste ficou voltada para a agricultura e pecuária, como podemos perceber no mapa abaixo da Figura 16.

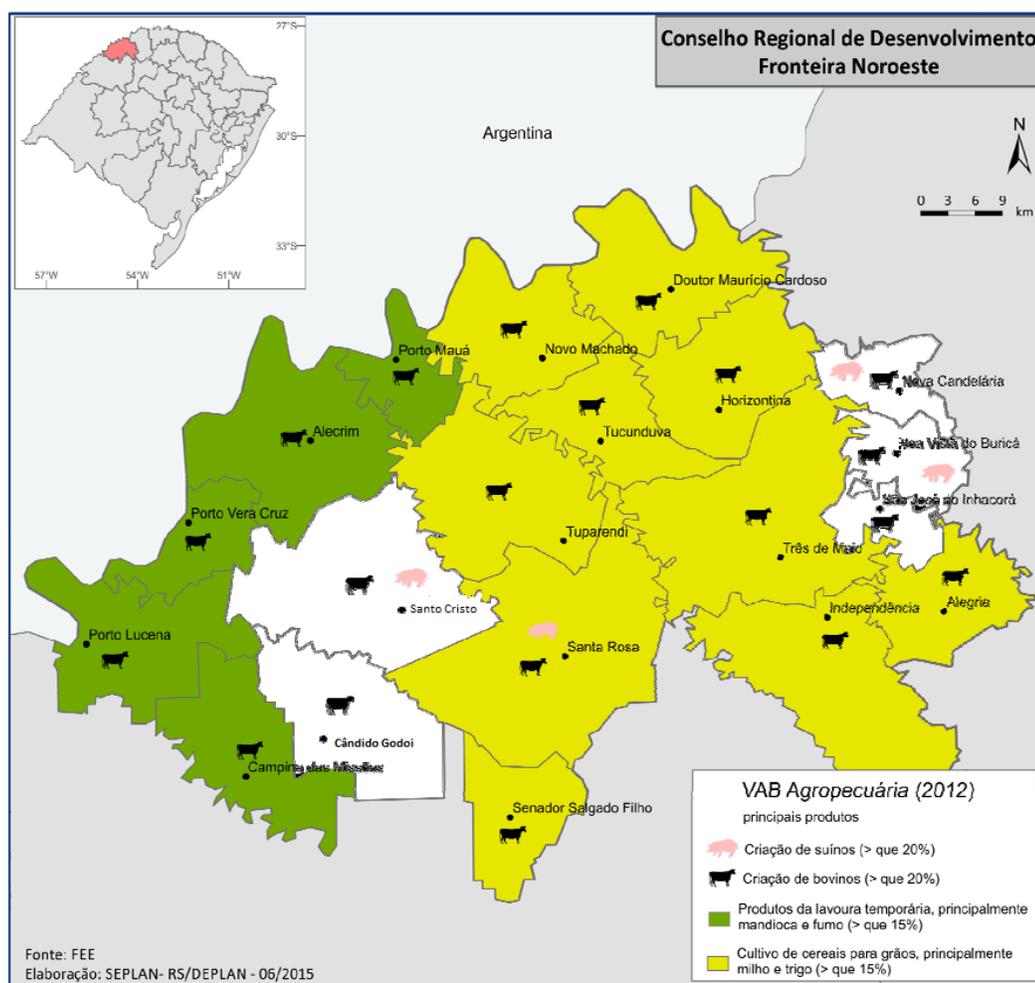


Figura 16: Mapa dos Principais produtos do VAB da Agropecuária dos municípios do COREDE Fronteira Noroeste – 2012.

Fonte: Bertê et al, 2016, p. 269.

A falta de infraestrutura começa pela inexistência de pontes internacionais, estradas e vias férreas. Devido a esses fatores e à falta de recursos das administrações de menor escala, a população da fronteira diminuiu, dando origem a uma migração para os grandes centros urbanos e para a região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

Os problemas são perceptíveis: a falta de infraestrutura em relação à fiscalização, policiamento e a própria logística nos postos alfandegários em portos. Um exemplo é o Porto Xavier, onde existe a travessia do rio Uruguai via balsa: a fiscalização não existe por parte da Polícia Federal nem pela Receita Federal. Em Porto Mauá existe uma fiscalização muito precária, tanto no policiamento como por parte da Receita Federal (nesse porto existe somente um policial federal e um fiscal da Receita Federal que trabalham somente no período diurno).

O Coronel da Brigada Militar Sérgio Flores de Campos destaca as dificuldades enfrentadas pela própria Brigada Militar em relação a recursos humanos, financeiros e materiais para a atuação no policiamento na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul:

Então há dificuldades de recursos sim, recursos financeiros, dificuldade em manutenção e substituição de veículos e embarcações, treinamento de policiais, é uma necessidade e exige treinamento continuado, mobilizando então essa capacidade operacional, que envolve o capital humano e obviamente em equipamentos. Então há sim dificuldade porque o risco de atuação em fronteira ele é bastante elevado, seja pela dificuldade de deslocamento, em rio, seja dificuldade de deslocamento em vias que não são pavimentadas, em estradas secundárias, então exige um investimento bastante elevado. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016)¹

No outro lado das margens do rio Uruguai, em território argentino, está localizada a cidade de Alba Posse, na Província de Misiones, que também enfrenta problemas de infraestrutura e está distante de seu centro de influência, no caso, a cidade de Oberá, que, por sua vez, possui um papel importante na hierarquia urbana de Misiones.

¹ As principais entrevistas foram transcritas nos apêndices: a do coronel Sérgio Flores de Campos encontra-se no apêndice 6.

Essas cidades de pequeno porte têm menos estrutura para controle de trânsitos internacionais. Quando ocorre um flagrante de delito, de crime transfronteiriço ou crime transnacional, a dificuldade é extrema. Em muitas situações, o policial federal não está presente e, neste caso, o encaminhamento deve ser feito à Delegacia de Polícia Federal de Santo Ângelo/RS, Fronteira Noroeste, a 56 quilômetros de Santa Rosa/RS.

Como podemos verificar, nesta região ocorre um tipo de integração transfronteiriça em que a Federação intervém muito pouco na escala nacional ou mesmo binacional. Assim, a região gera sua própria realidade de integração, com esforços em escala local para as ações de integração e busca por uma melhor infraestrutura ao longo da fronteira. Segundo Dietz:

O tipo de interação transfronteiriça que se estabelece entre este par de cidades geminadas, segundo o Grupo Retis (2000), é o capilar, ou seja, caracterizada pelas trocas difusas entre vizinhos fronteiriços que resultam de zonas de integração espontânea, onde o Estado intervém pouco, principalmente não patrocinando a construção de infraestrutura de articulação transfronteiriça. A primazia é o local, antes de ser o nacional ou bilateral. (DIETZ, 2008, p.178).

Hoje, a região da fronteira do Brasil com Argentina no Rio Grande do Sul está em pleno processo de integração, apesar de alguns empecilhos em relação à questão da infraestrutura. Com a implantação do MERCOSUL e o estímulo às trocas comerciais, essa fronteira se tornou uma passagem de mercadorias para outros pontos dos territórios nacionais e viu reforçadas as trocas locais de mão de obra e mercadorias.

A área do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Fronteira Noroeste - coincide com a área de atuação do 4º BPAF, já o CRPO-FNO - Comando Regional de Policiamento Ostensivo da Fronteira Noroeste tem sob sua responsabilidade as áreas dos COREDES Fronteira Noroeste, Celeiro e Médio Alto Uruguai. O CRPO-FNO tem sob sua responsabilidade três batalhões de Polícia Militar, sendo um desses o 4º BPAF - Batalhão de Polícia de Área de Fronteira. O COREDE Fronteira Noroeste foi criado em 1991 e abrange uma região composta por 20 municípios, sendo que todos eles são de responsabilidade do 4º BPAF.

Conforme Dallabrida e Buttenbender, a Região da Grande Santa Rosa, como tradicionalmente é denominado o recorte territorial da Fronteira Noroeste/RS, possui uma tradição histórica no sentido de ações comunitárias em busca do desenvolvimento:

Isso decorre, em grande parte, do perfil étnico-cultural da população que ocorreu a essa região a partir do processo de colonização implementada no início do século XX e da dinâmica impressa na sociedade regional a partir desse processo (DALLABRIDA e BUTTENBENDER, 2006, p.14).

De fato, o que ocorreu foi uma formação de associações e cooperativas ligadas a produção de grãos, organizadas pelos descendentes de imigrantes que resolveram introduzir na região a experiência cooperativista das chamadas Colônias Velhas, que já havia alcançado um resultado muito significativo. A questão não é, nesse sentido, étnica, mas sim uma questão de organização econômica e de produção.

Ainda conforme Dallabrida e Buttenbender (2006), a colonização da região começou como um processo de consolidação com a criação das colônias oficiais e particulares de Ijuí (1890) e Santa Rosa (1914) com a chegada à região de imigrantes europeus. Além desses imigrantes, também foram para a região descendentes de imigrantes europeus oriundos das colônias mais antigas como as da Serra Gaúcha e do Vale do Caí (locais onde foram implantadas as primeiras colônias para a imigração europeia no Rio Grande do Sul).

No contexto histórico, não podemos deixar de mencionar que,, na região da Fronteira Noroeste, muito antes da chegada dos descendentes de imigrantes europeus, já habitavam grupos indígenas. Com a chegada dos portugueses e espanhóis ao continente, a região foi palco de uma colonização um pouco diferenciada em relação ao resto do continente, uma vez que foi colonizada por jesuítas que deram origem aos Sete Povos das Missões.

Conforme é destacado no site oficial da Prefeitura de Santa Rosa:

A região era primitivamente habitada por indígenas do grupo Tapes, e, com a chegada dos jesuítas e espanhóis, a partir de 1626, iniciou-se um sistema de redução para catequizá-los. Santa Rosa integrava o território dos Sete Povos das Missões, fundada pelos jesuítas e pertenceu, sucessivamente, a Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Ângelo. Em 1876, o município de Santo Ângelo foi subdividido e criado o Distrito de Santa Rosa. Contudo, a efetiva colonização só ocorreu a partir de 1915, quando entrou em execução um vasto plano de loteamento de terras para assentar os nacionais que já habitavam a região. (PREFEITURA DE SANTA ROSA, 2017).

A região da Fronteira Noroeste tem sua história muito rica. Num primeiro momento, como analisamos, era terra dos povos indígenas que nela estavam antes da chegada dos portugueses. Após o descobrimento, foram fundadas as reduções, também denominadas de Missões Jesuítas, nas quais procurou-se catequizar os índios e colonizar a região através da agricultura. Essas Missões mais tarde foram alvos de ataques por portugueses em busca de riqueza e do gado bovino criado nas missões.

Já na década de 1940, a região desenvolveu uma agricultura de subsistência e pouco vocacionada para o mercado. Na década de 1950, foi implantada a suinocultura, voltada para o comércio de carne e banha. Logo, a região entraria em colapso, o que geraria um atraso econômico em relação às demais regiões do estado do Rio Grande do Sul.

O esgotamento da capacidade produtiva das terras levou a uma intensificação do uso daquelas áreas próprias para a agricultura existentes na propriedade, e ainda não exploradas. A pouca rotatividade de culturas, e a ausência de técnicas mais qualificadas de preservação e correção do solo ocasionaram a queda nos níveis de produtividade agrícola, levando a um aumento do custo de produção, dentre os quais o suíno, e a perda da competitividade em relação às outras regiões do estado. (DALLABRIDA e BUTTENBENDER, 2006, p.15).

Com os solos pobres e a agricultura de subsistência sem força comercial, a região começou a entrar em decadência ao mesmo tempo que a agricultura, em outras regiões do Brasil, passava por um processo de modernização pela agroindustrialização.

Visando a uma recuperação da força agrícola da região, foram tomadas certas medidas. Conforme destacam Dallabrida e Buttenbender (2006), a chamada “Operação Tatu” consistia em um programa para a recuperação da fertilidade do solo e a modernização da agricultura da região.

A fertilização do solo e a modernização da agricultura trouxeram novos empreendimentos à região. Com a implantação desse modelo agrícola, a região mostrou-se competente na estruturação de unidades para a fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas. Num primeiro momento, foram implantadas várias indústrias mais simples, como a produção de trilhadeiras e máquinas de menor porte, até chegar às plantas fabris mais complexas de colheitadeiras automatizadas (DALLABRIDA; BUTTENBENDER, 2006).

Com a modernização da agricultura de subsistência para uma agricultura mecanizada e a implantação da produção de soja e trigo, surge o problema da mão de obra excedente na lavoura, gerando assim um forte processo de êxodo rural na região, com destino aos grandes centros urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre. Nas palavras de Dallabrida e Buttenbender:

O binômio trigo e soja foi provocando novas formas de organização sócio produtiva. Os processos de industrialização, tanto dos produtos gerados pela agricultura e pecuária, quanto a indústria metalomecânica, permitiu um reposicionamento da região ao mercado estadual, nacional e internacional. Passou a ser crescente a capacidade competitiva em outros mercados. (DALLABRIDA e BUTTENBENDER, 2006, p.16).

A sociedade regional se organizou e se fortaleceu, estabelecendo assim um forte polo econômico agroindustrial no estado do Rio Grande do Sul. Contudo, todo esse progresso teve seu lado negativo com o aumento da pobreza dos pequenos agricultores, ficando assim a região dominada pelos grandes latifundiários e produtores de soja e trigo.

A sociedade regional assumiu, a partir dos modelos cooperativos e associativos, prevalentes até então, feições tipicamente capitalistas e competitivas. Apesar do intenso êxodo rural provocado pelo processo de modernização da agricultura regional liberando agricultores para as cidades e outras regiões do país e do MERCOSUL, a forma e a rapidez com que a região realizou seu processo de redefinição foram referência nos centros de poder, governantes e dos veículos de comunicação servindo novamente de “modelo” para as demais (DALLABRIDA e BUTTENBENDER, 2006, p.16).

A geógrafa Ana Bertê situa a região, afirmando que, ainda que o COREDE Fronteira Noroeste se localize na fronteira do Brasil com a Argentina, não apresenta uma economia de integração entre os dois países (Bertê et al. 2016).

Bertê *et al.* tratam da dinâmica populacional, explicando a migração em busca de novas oportunidades em regiões distantes e com maior dinâmica econômica:

O COREDE, embora possua certo dinamismo econômico, segue o padrão das regiões fronteiriças do Estado, apresentando perda populacional. Os indicadores sociais do COREDE, principalmente no que se refere à educação e à saúde da população, apresentam valores acima das médias estaduais, o mesmo não ocorrendo em relação à renda, o que auxilia a explicar essa perda de população (BERTÊ *et al.*, 2016, p. 259).

Bertê *et al.* (2016) apontam que as maiores perdas de população da região fronteira estão relacionadas à área rural, ainda que todos os municípios do COREDE Fronteira Noroeste tenham apresentado, ou ainda apresentem, uma grande diminuição da população, fato ocasionado pela mudança no sistema de produção. No que diz respeito à economia, os pesquisadores informam que:

Em 2012, o município de Santa Rosa apresentava o maior PIB do COREDE Fronteira Noroeste com, aproximadamente, R\$ 1,9 bilhão, seguido por Horizontina, com R\$ 809 milhões e Três de Maio, com R\$ 518 milhões. O menor PIB do COREDE era de Porto Vera Cruz, com R\$ 27 milhões, com Porto Mauá e São José do Inhacorá também apresentando baixos valores. (ibid, p.267).

A sua economia é voltada para a agropecuária, cultivo de grãos (principalmente soja e milho), criação bovina e suína, indústria de transformação e indústria de máquinas e equipamentos voltados para a atividade agrícola.

O sistema rodoviário predomina como modal nas redes de transporte do COREDE Fronteira Noroeste:

A circulação de mercadorias é feita através do modal rodoviário, com alguma participação dos modais aéreo e hidroviário. A circulação de passageiros é feita igualmente através dos modais rodo, aéreo e hidroviário. (ibid, p. 272).

As rodovias que estão localizadas na região são as BR 472 e as RS 344 e RS 342 (vide figura 16). Essas rodovias ligam a região aos portos de Rio Grande e Porto Alegre. Em relação ao modal ferroviário, Bertê *et al.* (2016) relatam que em 2015 foi reativado um ramal da América Latina Logística (ALL) em Santa Rosa. Esse terminal de grãos e fertilizantes de importância estratégica para a região voltou a fazer interligação com a base operacional da cidade de Cruz Alta.

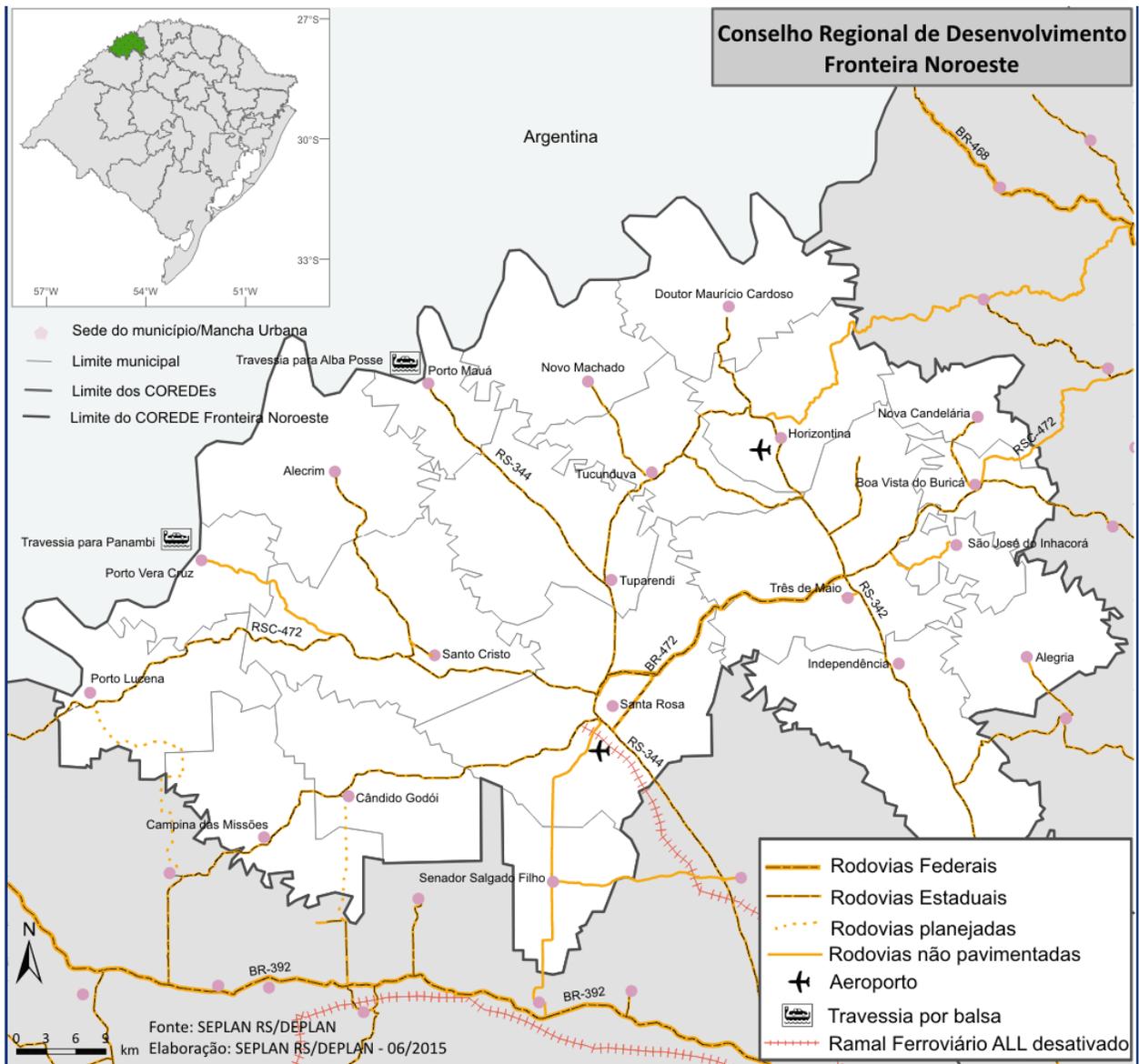


Figura 17: Mapa da infraestrutura de transportes no COREDE Fronteira Noroeste.

Fonte: Bertê et al, 2016, p.273.

Não há hidrovias na região. O que ocorre em grande escala é utilização do rio Uruguai para a navegação e a travessia de veículos, pessoas e mercadorias por balsa entre o Porto de Mauá e Alba Posse e entre Porto de Vera Cruz e Panambi, como observado na figura 18 abaixo.



Figura 18: Balsa realizando a travessia do rio Uruguai entre Panambi na Argentina e Porto Vera Cruz no Brasil.

Fonte: Trabalho de Campo 28/01/2016. Autor: Sérgio Roth Pinto.

4.2 OS CRIMES DA FRONTEIRA NOROESTE

Os crimes da fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul apresentam-se como os mais diversos e com peculiaridades de comportamento e *modus operandi* próprios dos criminosos da região. Os crimes na fronteira Noroeste são organizados por agentes criminosos que, em muitos casos, não atuam sozinhos ou como simples criminosos locais, e sim, em redes de grande complexidade em escala de nível local, regional, nacional e internacional. Muitos agentes criminosos mantêm uma rede muito extensa, que inclui o comprador da mercadoria, o **chibeiro** local, o armazenador e o transportador até o destino final, que é o distribuidor ou dono da carga ilegal.

Conforme o capitão Munari, da Brigada Militar, destaca em sua monografia, as características históricas, culturais e sociais da fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, aliadas à globalização mundial, propiciam uma determinada integração e, principalmente, o estreitamento das relações informais das comunidades fronteiriças (MUNARI, 2012). São essas relações informais entre a população fronteiriça que

indivíduos ligados ao crime veem como uma oportunidade de operar naquele território cometendo os crimes transfronteiriços.

Segundo Munari, além dos empregos que oferecem uma remuneração muito pequena, os baixos investimentos em infraestrutura, educação e saúde contribuem para a criminalidade na fronteira:

Inevitavelmente nos municípios da Faixa de Fronteira com poucos investimentos em melhorias básicas sociais (educação, saúde, segurança, saneamento básico, etc.) e o comércio legal com baixos incentivos tributários contribuindo para o fomento ao comércio informal e ilegal, os grupos criminosos transnacionais irão explorar livremente tais situações e as brechas dos sistemas jurídicos estatais, aumentando seu raio de ação (MUNARI, 2012, p34).

As brechas jurídicas e a falência dos órgãos de Segurança Pública estatais responsáveis pela Faixa de Fronteira no país permitem a circulação frequente dos agentes criminosos, segundo o capitão da Brigada Militar, Munari (2012). Nesse contexto é que atuam os mais diversos grupos criminosos na Fronteira Noroeste. Extremamente organizados e articulados, em muitas situações se aproveitam da própria estrutura fragilizada do Estado para corromper agentes cuja missão era, justamente, defender a sociedade desses criminosos.

Tais grupos criminosos se diferenciam das quadrilhas tradicionais, mesmo que especializadas na prática de um determinado crime, justamente por tratarem o crime como um negócio, com profundo planejamento, tendo ainda algumas peculiaridades como uma estrutura hierárquica com divisão e especificação de tarefas, escolha restrita de seus membros de acordo com suas habilidades, e direcionamento de suas ações para a obtenção de dinheiro e de poder. Via de regra, contam com auxílio de agentes públicos corrompidos e estabelecem o domínio sobre um determinado território. (STEIN, 2012, p.24).

Para um melhor entendimento dos tipos de crimes que ocorrem na Fronteira Noroeste, vamos trazer as definições de contrabando e descaminho. Essas concepções são muito importantes, pois, com frequência, ocorre certo desentendimento. No dizer popular, tudo que entra de forma ilegal pela fronteira é caracterizado como contrabando, entretanto, esses são dois conceitos legalmente distintos, como veremos a seguir.

O Código Penal Brasileiro N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, teve sua redação alterada pela Lei N° 13.008, de 26 de junho de 2014, passando a classificar o contrabando e o descaminho como dois crimes diferentes. Até então se confundiam os conceitos no mesmo artigo. Conforme a Lei 13.008 de 26 de dezembro de 2014 tem:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Descaminho

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;

II - pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho;

III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

IV - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.” (NR)

“Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando;

II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente;

III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação;

IV - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira;

V - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial” (BRASIL, Lei 13.008 de 26 de dezembro de 2014.)

O contrabando e o descaminho são ilícitos diferentes perante nossa legislação. O contrabando se caracteriza por toda a mercadoria que é proibida no Brasil e entra de forma ilegal. Exemplos disso são os agrotóxicos proibidos no país e os cigarros. No caso dos cigarros, a proibição está condicionada à produção ser realizada totalmente em outro país e não ocorrer o consumo da marca produzida no caso o Paraguai, desta forma o cigarro enquadra-se como mercadoria importada proibida o que caracteriza pela legislação como contrabando.

O descaminho, por sua vez, se caracteriza quando uma mercadoria permitida no Brasil é importada ou exportada sem pagar os devidos tributos, sem a documentação necessária ou, ainda, se estiver acompanhada de documentos falsos.

Para uma melhor análise sobre os crimes que ocorrem na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, dividiremos os crimes em dois grupos: O grupo dos ***crimes de proximidade*** e o grupo dos ***crimes de passagem***.

Cabe lembrar que certos tipos de crimes não serão abordados nesta discussão por serem do cotidiano local e não apresentarem características de crime transfronteiriço, mesmo que o seu combate e prevenção por parte das autoridades seja de extrema importância. Esses crimes são: violência contra a mulher, furto de residências, desordem, infrações e acidentes de trânsito que são atendidos pela Brigada Militar.

4.2.1 Crimes de Proximidade

Os crimes de proximidade são aqueles que ocorrem dos dois lados da fronteira no âmbito local, contudo, têm a sua influência na escala regional. Podemos classificar esses crimes como de cunho transfronteiriço. Esses crimes são: abigeato, pesca ilegal, descaminho, contrabando e roubo de veículos e motocicletas. O contrabando também vai ser citado como crime de passagem, o que vai definir sua categoria neste estudo é o local de sua origem e a escala de abrangência no espaço.

Entre o contrabando que ocorre em escala local podemos citar o caso dos agrotóxicos (somente aqueles cuja comercialização é proibida no Brasil). Já o crime de

descaminho acontece através da venda de bebidas, sementes, produtos domésticos e algumas mercadorias que abastecem os mercados da região da Fronteira Noroeste.

Conforme é demonstrado pelo Relatório do 4ºBPAF de 2013:

No dia 05 de julho de 2013, por volta das 17h, chegou a denúncia a esta Agência de Inteligência, de que um veículo (placa preservada) se deslocava de Porto Mauá em direção a Santa Rosa carregado com mercadorias contrabandeadas da Argentina. Agentes se deslocaram para RS 344 e próximo ao acesso a localidade de Manchinha foi visualizado o referido veículo (placa preservada). Os Agentes acompanharam o veículo até acesso secundário a cidade de Santa Rosa próximo a Faculdade Unijuí, onde foi abordado o veículo sendo identificado como condutor (identidade preservada) e na carona (identidade preservada). Em vistoria ao interior do veículo foram encontradas várias mercadorias sem nota fiscal de origem da Argentina conforme relação abaixo:

- 05 caixas c/ 06 unid. Vinho Malbec La Linda;
- 02 caixas c/ 06 unid. Vinho Casa Boher;
- 01 caixa c/ 06 unid. Vinho La Flor;
- 01 caixa c/ 05 vinhos Casa Boher;
- 01 caixa c/ 06 unid. Fernet Capri;
- 02 caixas c/ 12 unid. Vinho Luigi Bosca Malbec;
- 01 caixa c/ 06 unid. Vinho Cosecha Tardia;
- 01 caixa c/06 unid. Vinho Bodega Norton Malbec;
- 03 caixas c/ 06 unid. cada de Vinho Malbec Doc;
- 01 caixa c/06 unid. Vinho Norton Cabernet;
- 05 fardos Red Bull c/ 24 latas cada fardo;
- 02 garrafas Vinho La Flor;
- 03 garrafas Vinho Nieto Senetiner Malbec Doc;
- 02 garrafas de Vinho Trapiche;
- 02 garrafas Espumante Chandon;
- 01 garrafa Abscinthe Verte Nv;
- 01 garrafa Tequila Margarita Mix Jose Cuervo;
- 01 garrafa Frizze Blue Evolution;
- 02 garrafas Vodca Stolichnaya, sendo uma de 01 litro e outra de 750 ml;
- 01 garrafa Licor Pinacolada Cuerpo;
- 01 hd interno de 500 gb marca Western Digital;
- 01 faca com 25 cm de lâmina sem marca e bainha de couro;
- 02 facas marca El Cabure de 16 cm de lâmina, ambas com bainha de couro;
- 01 faca marca El Cabure com 20 cm de lâmina e bainha de couro;
- 02 facas marca El Cabure com 19 cm de lâmina e ambas com bainha de couro;
- 01 faca de 15 cm de lâmina e um garfo marca El Cabure acondicionados em uma bainha de couro.

Toda mercadoria foi apreendida conforme BO COP 3452146 e se encontra a disposição da Receita Federal na sede do 4ºBPAF. (4ºBPAF-ALI Relatório, 2013, p.24).

As figuras 19 e 20, abaixo, demonstram mercadorias apreendidas nessa ocorrência do BO COP 3452146 pelo 4º BPAF.



Figura 19: Mercadoria apreendida na ocorrência.
Fonte: Relatório ALI/4ºBPAF 2013.



Figura 20: Mercadoria apreendida.
Fonte: Relatório ALI/4ºBPAF 2013.

Outro tipo de crime de descaminho que ocorre em massa na região envolve o comércio de sementes agrícolas. Segundo o tenente da Brigada Militar Wolf,

Nós temos o descaminho dos produtos agrícolas dependendo da balança comercial. Mas daí sim o contrabando da costa argentina pra cá, então produtos agrícolas, a chia que é um produto que é mais caro aqui no Brasil, vem da Argentina, eles pegam ali na costa de lá e trazem pra cá. (Tenente Wolf, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

No exemplo citado pelo tenente Wolf, em relação ao descaminho de sementes, em muitos casos a carga é passada e beneficiada em armazéns e silos brasileiros e depois distribuída no mercado regional e nacional. Esse fator pode ser observado no relatório do 4ºBPAF do ano de 2013:

Na manhã dia 31 de agosto de 2013 por volta das 10hs chegou ao conhecimento das guarnições da Patrulha de Fronteira por meio de denúncia anônima de que na localidade de Itajubá interior de Porto Mauá estaria ocorrendo o contrabando de sementes oriundas da Argentina. As equipes da Patrulha de Fronteira deslocaram até o local sendo que os agentes de inteligência constataram que os produtos eram transportados da costa do Rio Uruguai de um porto clandestino na propriedade de (identidade preservada) até um silo alugado por ele, na cidade de Porto Mauá. A abordagem dos indivíduos que realizavam o transporte e beneficiamento de sementes de chia ocorreu nas dependências do silo, no momento da abordagem ao avistarem a viatura alguns indivíduos tentaram fugir, no entanto não lograram êxito.

A carga era transportada em uma carreta agrícola rebocada por um trator e as sementes que chegavam eram retiradas das sacas e beneficiadas (limpa de impurezas) e embaladas em sacarias brasileiras.

Logo após a abordagem (identidade preservada), proprietário das sementes, compareceu no local e tentou justificar a procedência com cópias de notas fiscais e relatou que era produtor desta semente na região. Foram encontradas e apreendidas no local 240 sacas de CHIA com 50 kg cada e 50 toneladas de soja conforme BoCop Nº 387119. A Receita Federal foi informada da ocorrência e compareceu ao local, lacrando o depósito com todas as sementes, sendo lavrado Termo de Fiel Depositário em nome de (identidade preservada). (4ºBPAF ALI Relatório 2013, p. 30).

As figuras 21 e 22 mostram uma ocorrência caracterizada por descaminho de carga de chia e soja, trazida da Argentina ao Brasil e aqui apreendida. O galpão bem organizado, com toda a infraestrutura para receber, armazenar e embalar o produto, demonstra que faz parte do cotidiano de criminosos realizar o descaminho de chia e soja da Argentina ao Brasil. Conforme o preço do produto, fica viável realizar o descaminho tanto da Argentina ao Brasil, como vice-versa.

Observa-se nas figuras, além da organização de um depósito bem estruturado, uma rede de trabalhadores para manipular, armazenar e transportar a carga fruto do descaminho de soja e chia.



Figura 21: Ocorrência de descaminho de chia e soja.
Fonte: 4ºBPAF-ALI Relatório 2013.



Figura 22: Ocorrência de descaminho de soja.
Fonte: 4ºBPAF-ALI Relatório de 2013.

Em relação à região na Fronteira Noroeste, onde acontece mais frequentemente o descaminho de grandes quantidades de grãos, destaca o soldado da Brigada Militar, Almeida:

O município de Doutor Mauricio Cardoso é uma região bastante agrícola, onde a plantação de soja e outros grãos é bastante forte, então alguns colonos de lá ou a população ribeirinha utiliza para fazer o transporte ilegal de grãos da Argentina e inclui no bloco de produtor rural daquele município. (Soldado Almeida, entrevista, Santa Rosa, 26/01/2016).

Como ficou evidenciado no Relatório de 2013 do 4ºBPAF, os criminosos que praticam o descaminho de sementes agrícolas são muito bem organizados quanto ao transporte, logística e distribuição e comercialização da chia e da soja.

Outro crime que ocorre com grande frequência é o abigeato. O gado é roubado de pequenas propriedades rurais localizadas às margens e no entorno do rio Uruguai, tanto do lado argentino, quanto do brasileiro. O crime de abigeato traz consigo problemas sanitários em relação às doenças que podem vir junto de um animal contaminado e que podem ser transmitidas para o rebanho.

Conforme o câmbio da moeda argentina ou brasileira, o abigeato oscila de um país para o outro. Se o Peso Argentino está mais desvalorizado que o Real, o abigeato é feito transportando o gado da Argentina para o Brasil. Porém, o abigeato depende não só do valor da moeda, mas também do valor da carne para definir em que direção irá seu fluxo. Conforme destaca o tenente Wolf:

E o gado também tem problema. Em 2001 teve um problema sério de febre aftosa em 2001, 2002 e 2003. O gado que vem também o "Peso" moeda argentina perdeu o valor, mas a pouco tempo atrás o gado sendo trazido de lá porque o Peso estava desvalorizado e o Real um pouquinho melhor. Eles traziam muito gado para abater aqui no Brasil, porque lá não há um controle tão rígido na questão sanitária dos animais, vinha muito gado de lá. Agora estabilizaram daqui uns dias muda de novo, depende da balança comercial. (Tenente Wolf, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Uma questão muito interessante é em relação ao modo de travessia do gado da margem argentina pelo rio Uruguai até a margem brasileira, sendo relatada pelo Tenente Wolf:

O gado é bem peculiar. Uma coisa bem simples. Eles atam ele no caico tocam ele para dentro da água, atam uma corda de 2 a 3 metros atrás do caico e o boi vem nadando. É bem peculiar, uma questão que chama a atenção da facilidade de atravessarem os animais. (Tenente Wolf, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

O gado fruto do abigeato geralmente é destinado de forma clandestina a pequenos estabelecimentos comerciais e açougues da região. Esse fator oferece um grande risco à saúde da população, a qual compra essa carne sem saber sua origem, nem se reúne as condições sanitárias ideais para o consumo.



Figura 23: Gado transposto por abigeatários pelo rio Uruguai.
Fonte: Relatório ALI/4ºBPAF 2014.

E, ainda em relação ao descaminho, este ocorre através de mercadorias voltadas para o comércio local, quando alguns comerciantes buscam vantagem em razão da mercadoria ser mais barata na Argentina. Compram uma determinada quantidade de mercadoria acima do especificado nas notas fiscais e a atravessam para o Brasil. O descaminho é muito comum com bebidas e outras mercadorias de uso cotidiano, como farinha e produtos domésticos.

Com relação ao contrabando e descaminho, os produtos que são trazidos ou levados são os mais diversos. Dependendo do câmbio da moeda, e do valor do produto, há períodos que vem gasolina, óleo diesel, cerveja, farinha, remédio, energéticos, cigarro, soja, fumo, veneno, adubo, armas, munição, drogas. (MADERS, 2013, p.49).

A figura 24, abaixo, de autoria do capitão da Brigada Militar, Maders, retrata uma embarcação com descaminho de farinha e cerveja trazida da Argentina via rio Uruguai. Este tipo de apreensão é comum na fronteira.



Figura 24: Apreensão de um carregamento de cerveja e farinha de trigo.
Fonte: MADERS, 2013.

Em relação aos crimes ambientais, destacam-se a pesca ilegal, a extração de madeira e o contrabando de plantas e animais silvestres.

Plantas que estavam sendo contrabandeadas. O risco de trazer junto alguma praga junto das plantas é muito grande e por vezes, acaba se proliferando na região ou país. Ocorrem muito vezes, a entrada de animais doentes que pode causar uma epidemia e contaminam todo o rebanho como já ocorreu. (MADERS, 2013, p. 50).

Abaixo, a figura 25, representa uma apreensão de plantas contrabandeadas realizada pelo policiamento ambiental da Brigada Militar.



Figura 25: Plantas Contrabandeadas.
Fonte: MADERS, 2013.

Além das plantas contrabandeadas, ocorre a apreensão de animais silvestres e madeira na região. O Comando Ambiental da Brigada Militar também atua na região de fronteira, principalmente com embarcações no rio Uruguai na margem brasileira, com o intuito de combater crimes transfronteiriços de cunho ambiental na Fronteira Noroeste.

4.2.2 Crimes de Passagem

O conceito *crimes de passagem* é utilizado em referência àqueles crimes que passam pela fronteira Brasil-Argentina, mas têm a sua origem ou destino distante desta. São exemplos de crimes de passagem que serão abordados: tráfico de drogas, contrabando de cigarros, contrabando de agrotóxicos, roubos e clonagem de veículos e motocicletas (este último apenas quando se trata de roubos realizados na região metropolitana de Porto Alegre ou outros municípios e que tem como destino os países vizinhos).

Um dos crimes de passagem é o tráfico de drogas, como maconha e cocaína, pois, usualmente, a maior quantidade segue destino para outras regiões, como a Região Metropolitana de Porto Alegre e uma quantidade menor abastece o mercado

local da Grande Santa Rosa. Geralmente, as drogas são apreendidas em grandes quantidades.

Conforme o Relatório de 2013 do 4ºBPAF:

Em ato contínuo, cerca de 100 metros à frente, os agentes visualizaram na beira da estrada dois indivíduos em atitude suspeita entre a vegetação e que sinalizavam com lanternas na direção da VTR. Quando os agentes se aproximaram do local, os indivíduos empreenderam fuga em direção as margens do Rio Uruguai. Após breves buscas nas imediações na beira da estrada os agentes localizaram grande quantidade de maconha em meio à vegetação acondicionada em bolsas de ráfia com inscrições que denotavam origem paraguaia. Foi dada voz de prisão aos indivíduos, apreendidos os veículos juntamente com a droga e encaminhados a Delegacia de Polícia Federal de Santo Ângelo, onde foi confeccionado o Auto de Prisão em Flagrante sob nº 132/2013. Os 201 “tijolos” de maconha resultaram no peso total de 194,201 Kg. (4ºBPAF-ALI Relatório de 2013, p. 20).

Abaixo, segue a figura 26 da droga apreendida nessa ocorrência. A droga geralmente está bem embalada, para que não corra o risco de estragar durante o transporte.



Figura 26: Carga de maconha.
Fonte: 4ºBPAF- ALI Relatório de 2013.

A questão do tráfico da cocaína apresenta-se de maneira diferente do tráfico de maconha em relação ao modo de transporte, quantidade e volume da droga. Conforme aponta o Capitão da Brigada Militar Karnikowski:

Sem olhar dados estatísticos o que eu possa ter assim pela nossa experiência policial é a maconha. A maconha é a droga que é apreendida em maior quantidade. Também temos a questão da cocaína. A cocaína vem em forma de pasta base ou cocaína mais refinada. Há uma diferença de valores entre a cocaína e a maconha. Então a maconha vem em maior volume e a cocaína em volume menores, mas são as drogas que passam. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 1, Santa Rosa, 25/07/2016).

Em relação à origem da maconha e da cocaína, relata o capitão Karnikowski:

Rotineiramente durante as apreensões, o que a gente ouve é que essa droga é oriunda do Paraguai. Nós aqui na linha do rio Uruguai com a Argentina até a linha que divide a Argentina com o Paraguai em linha reta são apenas 70 a 80 km de distância. Então um veículo em (1) uma hora de tráfego ele consegue transpor toda a Província de Misiones na Argentina e chega até o Brasil, isso provenientes do Paraguai. Então a informação que a gente tem é que essa droga vem assim como armas, elas vêm do Paraguai. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 1, Santa Rosa, 25/07/2016).

Em relação ao destino da droga, o capitão Karnikowski aponta:

O destino o que a gente imagina também e o que se tem de dados até hoje é que é a região Metropolitana de nosso estado. Uma pequena parte dessa droga ela fica aqui na nossa região. É consumida ou traficada aqui mesmo, mas o grosso mesmo, grande volume ele tem destino com a Região Metropolitana de Porto Alegre. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 1, Santa Rosa, 25/07/2016).

As organizações criminosas que atuam com o tráfico de drogas, como podemos observar nos depoimentos dos militares da Brigada Militar, caracterizam-se por serem organizadas e se apoiarem em redes complexas que atuam nas mais diversas escalas.

A distância entre o local de origem da droga e o seu destino final não é empecilho para as complexas redes de criminosos, pois, como foi relatado pelos policiais, essa droga, em muitos casos, passa por várias fronteiras. A fronteira é, portanto, um local de passagem, um nó da complexa rede de traficantes.

Outro crime é o contrabando de cigarros, que é muito forte na fronteira Noroeste e abastece de forma ilegal o mercado gaúcho e uruguaio. Como demonstra o relatório de uma apreensão do 4ºBPAF de 2013:

No dia 19 de março de 2013, por volta das 13h00min na localidade de ESQUINA BONITA, no interior do município de HORIZONTINA, a equipe empregada na PATRULHA DE FRONTEIRA, avistou um veículo VW VAN de placas (preservada), vindo de uma estrada vicinal que dá acesso ao rio Uruguai. Devido a ter informações de que um veículo com as características deste estaria vindo com frequência para nossa região para buscar cigarros oriundos do PARAGUAI que tinha como destino SANTANA DO LIVRAMENTO e posterior para o país vizinho URUGUAI, foi realizado a abordagem do mesmo. Após a abordagem do veículo foi identificado como condutor (identidade preservada) e no veículo foi encontrado 52 caixas de cigarros de várias marcas que totalizou 2600 pacotes, e um rádio transmissor marca Yaesus. (4ºBPAF-ALI Relatório de 2013, p. 17).

Abaixo, temos um contrabando de cigarros apreendido pelo Pelotão de Operações Especiais do 4º BPAF.



Figura 27: Carga de cigarros paraguaia apreendida pelo 4º BPAF.
Fonte: 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira Data: 19/06/2014.

O contrabando de cigarros é muito lucrativo, fato esse demonstrado nas apreensões pela quantidade da carga. A maioria das apreensões de cargas de cigarros acontece por denúncias ou nas edições da Operação Sentinela, como relata o tenente Wolf:

Nós tivemos várias Operações Sentinela. Nessas operações nós recebíamos informações e também que eles pagavam os caras daqui. O pessoal principalmente aqui tinha uma rota muito forte de contrabando de cigarros que vinha do Paraguai e passava pelo Brasil e vai para o Uruguai. Eu falei nos uruguayos. Mas também temos aqui para todo o estado saí cigarros aqui da nossa região. Nós temos um contrabando muito forte de cigarros em Doutor Mauricio Cardoso que é basicamente cigarros. (Tenente Wolf, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Em relação ao tráfico de armas e de munição, salienta-se que ocorre com menor volume devido ao valor da mercadoria ser de alto investimento, conforme o modelo e calibre da arma. O tráfico de armas e munição é muito bem organizado através de uma ampla rede de contatos que passa por **chibeiros** (que transpõem a mercadoria), transportadores, distribuidores, compradores intermediários, até a ponta da cadeia, que são os consumidores finais. O capitão Karnikowski define um pouco da atuação dessas organizações as quais traficam armas e munições:

E aquela questão do tráfico de drogas de armas e munições. Esse então é um fator que não tem uma época certa pra acontecer. É algo que é difícil de definir porque a gente sabe que ela é praticamente por organizações criminosas que são pessoas bem articulada que atuam com batedores. Eles atuam com uma contrainteligência que é na verdade assim como a gente monitora a pratica e o *modus operandi* deles. Eles também nos monitoram. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 1, Santa Rosa, 25/07/2016).

Em relação aos roubos de veículos, estes, por sua vez, ocorrem na região da Grande Santa Rosa e em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre. A maioria dos veículos roubados ou são utilizados para o transporte de contrabando, descaminho, tráfico de drogas, armas e munições ou são trocados por drogas e armas. Segundo afirmação do capitão da Brigada Militar, Luís Felipe Neves Moreira:

Os veículos utilizados para o tráfico de drogas normalmente são velhos, de pouco valor econômico, com algumas exceções, quando o comprador não é da região. De regra são utilizados batedores e observadores (informantes), onde o transporte na maioria dos casos é feito em pequenas quantidades (até 200 Kg). A atuação é feita em horários em que ocorre a troca de turnos de serviço, onde a viatura permanece no Quartel da Brigada Militar e é monitorada. O transporte de produtos ilícitos tem várias formas de atuação e são realizadas vinte e quatro horas por dia, dependendo apenas do princípio da oportunidade e o menor risco observando a facilidade dos lados Argentino e Brasileiro. (MOREIRA, 2011, p.30).

As motocicletas são usadas como moeda de troca para pagamento de drogas, armas e munições. O capitão Karnikowski relata de que forma acontece o furto e roubo de motocicletas na fronteira:

Sobre o furto e o roubo de veículos e a circulação desses bens na fronteira acontece o seguinte: as motocicletas, por exemplo, a gente sabe que as motocicletas furtadas elas são usadas como mercadorias no outro lado da fronteira para tocar por drogas ou até armas. Essas motocicletas que passam a fronteira geralmente são furtadas aqui mesmo na região. (Capitão Karnikowski, entrevista nº1, Santa Rosa, 25/07/2016).

O fato interessante no roubo e furto das motocicletas é o modo como é feita a transposição do rio Uruguai, sendo esse modo muito semelhante à travessia do gado, só que a motocicleta é protegida e acomodada na embarcação. Quanto ao destino das motocicletas, a maioria vai abastecer de forma ilegal o mercado da Argentina e Paraguai. Dessa forma, relata o capitão Karnikowski sobre o *modus operandi* e o destino:

O que acontece: é executado o furto por algum delinquente e geralmente ele furta esse veículo (moto) e esconde por algum tempo. Até que boa parte das recuperações é de veículos que a gente acha ou que alguém localizou e nos comunica que está abandonado no mato. Eles furtam e escondem por algum tempo e esperando o momento certo oportuno ou oportunidade de negócio no outro lado da fronteira para transportar a motocicleta de caico e entregar e receber em troca a mercadoria desejada de drogas ou armas. Isso nós já constatamos em várias investigações também por própria confissão de delinquentes que é o mercado que acontece. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 1, Santa Rosa, 25/07/2016).

O que ocorre em relação aos veículos automotores, como carros, camionetas, entre outros modelos de veículos utilitários, por sua vez, é mais complexo e diferenciado. Primeiramente, esses criminosos fazem parte de quadrilhas

especializadas em roubos, furtos e clonagem de veículos. Elas não atuam somente na escala local, mas sim, na escala regional e seus tentáculos se estendem por redes em escala internacional. São quadrilhas que possuem uma ampla rede de contatos, que passam pelo indivíduo que furta e entrega o veículo ao atravessador (localizado na região metropolitana e outras cidades do estado), que, por sua vez, realiza o contato intermediário com o receptor do outro lado da fronteira e este recebe o veículo e o negocia, na maioria dos casos, com traficantes paraguaios como forma de pagamento da droga, armas e munições que abastecem o mercado brasileiro. Nesse caso, a fronteira que serve como um ponto de passagem, onde estão localizados os criminosos articuladores da passagem dos veículos para um lado e drogas, armas e munições para o outro. O capitão Karnikowski relata o *modus operandi* dos criminosos para passar os veículos pela fronteira:

Existe também a questão dos veículos que podem ser roubados, furtados e negociados. Já na nossa região já não é tão incidente pelo que a gente saiba até porque para passar um veículo pela fronteira existe uma certa fiscalização e é difícil passar um veículo automotor, um carro, uma camioneta por ser em cima de um caico. Tem que passar por uma aduana. Mas a gente sabe que tem muita questão de roubo de veículo na região Metropolitana de Porto Alegre que são depois clonados, muitas vezes clonados como se fosse um veículo legal e são passados pela fronteira. Ai sim, o veículo clonado ele pode, ele consegue passar por uma fiscalização aduaneira muitas vezes sem ser percebido. E aí ele é negociado por droga geralmente no Paraguai. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 1, Santa Rosa, 25/07/2016).

Como ficou relatado pelo oficial da Brigada Militar, na maioria dos casos, o roubo de veículos ocorre na Região Metropolitana de Porto Alegre. Frequentemente, os casos de roubo e furto de veículos de municípios de fora da Região da Fronteira Noroeste estão relacionados a quadrilhas organizadas em redes que atuam em uma escala internacional e são especializadas em roubo, furto e clonagem de veículos.

Por outro, lado a maior incidência de roubo de motocicletas ocorre na Região da Fronteira Noroeste. Esses roubos de motocicletas são executados, em geral, por delinquentes ou pequenas quadrilhas que atuam na região e abastecem o mercado local com drogas.

4.3 AS ESTRATÉGIAS DOS CRIMINOSOS NO TERRITÓRIO

A fim de burlar a fiscalização e o policiamento, os criminosos que atuam na Fronteira Noroeste utilizam-se das mais variadas estratégias e seguidamente reformulam seu *modus operandi*. Além disso, são bons conhecedores da geografia local tendo, assim, uma ampla vantagem em relação à distância, ao tempo e aos pontos estratégicos no território que fornecem uma melhor segurança e posição na passagem e no ato de esconder as mercadorias ilícitas, drogas, armas e munições.

4.3.1 Aproveitando a Geografia da Região e o emaranhado de estradas

Como relatado no decorrer deste trabalho, a região da Fronteira Noroeste tem uma geografia formada principalmente por morros localizados às margens do rio Uruguai em território brasileiro e argentino. Conforme ocorre o afastamento da linha limite internacional, o relevo se torna mais plano e a principal atividade econômica é a produção de grãos.

Outro fator determinante além do relevo, é o emaranhado de estradas sem pavimentação. Tais estradas são utilizadas por agricultores como passagem de máquinas agrícolas. Em muitos casos, são estradas coletoras denominadas de vicinais. Seu precário estado de conservação implica em isolamento da região, o que as torna ideais para os criminosos. Assim, destaca o soldado da Brigada Militar Almeida:

Em Porto Lucena temos uma área bastante extensa de fronteira e na localidade de lá chamada Linha Uruguai que ela faz um emaranhado de estradas e dificulta nossa atuação devido as ramificações de estradinhas. A gente até cita um termo bem do meio “do cobertor curto” cobre a cabeça e destapa os pés. A gente cobre uma estrada e eles passam por outra. (Soldado Almeida, entrevista, Santa Rosa, 26/01/2016).

Outros fatores que dificultam são o conhecimento amplo dos criminosos desse emaranhado de estradas, somado a uma rede muito forte de comunicação entre eles, que se utilizam do conhecimento da geografia do local para obter uma ampla vantagem sobre a polícia em relação ao tempo e à informação.

Em muitas situações, o ribeirinho ou **chibeiro** local, como é denominado o contrabandista e traficante local, atua como elo das redes criminosas tendo como trabalho a transposição, o armazenamento e o escoamento das mercadorias, drogas, armas e munições através das estradas locais:

E eles conhecem, até muitas vezes, sabem até a altura até pegar uma via, uma rodovia. Eles fazem esse transbordo pelas estradas vicinais e largam em uma rodovia o traficante, o pessoal lá da área metropolitana. (Tenente Wolf, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

A geografia da região ainda é aproveitada no sentido de esconder ou camuflar mercadorias em locais de difícil acesso e com visibilidade muito baixa em relação ao terreno para quem não o conhece. Dessa forma, os criminosos camuflam (escondem) a mercadoria por um determinado período no mato, ou em um porto clandestino na barranca do rio até que consigam realizar o transporte da carga sem deixar pistas para a polícia. Conforme destaca o soldado da Brigada Militar Gustavo:

Outra questão é quando tu recebe informação que em um determinado porto clandestino os caras estão efetuando um contrabando, descaminho ou tráfico é tu chegar no local porque é no meio do mato. Tu vai pelo meio do mato. A gente sabe quando os caras vão passar. Tu vai deixa as viaturas entra a pé e fica ali. (Soldado Gustavo, entrevista n° 1, Santa Rosa, 27/01/2016)

Claro que esta vantagem geográfica é estabelecida pelo conhecimento do território local por ribeirinhos e **chibeiros** que trabalham para os criminosos que atuam na escala local, regional e também internacional.



Figura 28: Estradas não pavimentadas da região.
Fonte: trabalho de campo. Data: 28/01/2016. Autor: Sérgio Roth Pinto.

4.3.2 As estratégias dos criminosos e seus *modus operandi*

A fim de despistar a polícia e obter a vantagem na travessia e no transporte, seja de contrabando, descaminho, tráfico de drogas, armas e munições, sementes, agrotóxicos ou qualquer outro tipo de crime transfronteiriço, os criminosos operam com os mais variados tipos de estratégias.

A primeira estratégia é ter um morador local denominado de **chibeiro** como guia ou mesmo como homem de contato. Esse é um fator importante e decisivo, pois, sem alguém que conheça muito bem a região, a atuação dos criminosos fica muito fragilizada. Os criminosos tendo ajuda de um morador local que tem a condição de fronteiriço leva uma vantagem muito grande em relação as estratégias e organização de itinerários que levam aos locais bem camuflados, distantes da ação da polícia.

A atuação dos criminosos durante o transporte nas estradas ocorre da seguinte forma, como define o soldado Almeida:

Geralmente eles atuam com batedores que é um veículo adiantado onde este vai visualizando a possibilidade de alguma abordagem ou tipo de atuação da polícia. (Soldado Almeida, entrevista, Santa Rosa, 26/01/2016).

Em relação à comunicação, os criminosos possuem uma estratégia muito simples e segura, através da qual podem realizar a conversação sem nenhum tipo de cuidado ou medo de estarem sendo grampeados pela polícia. Como destaca o soldado Almeida:

Até os contrabandistas, esses ao contrário eles têm celulares do país vizinho que facilmente se comunicam entre as duas margens do rio. Celulares de operadoras argentinas. Bem potente o nível de sinal. (Soldado Almeida, entrevista, Santa Rosa, 26/01/2016).

O fato de os criminosos utilizarem aparelhos telefônicos com linhas argentinas dificulta o trabalho da polícia em relação ao monitoramento via escuta telefônica, pois, nesse caso, envolve a questão de justiça em nível internacional, o que foge à alçada da jurisdição da Brigada Militar passando a ser trabalho da Polícia Federal. Devido à essa dificuldade e à quase inexistência de escutas telefônicas da polícia em linhas argentinas, os contrabandistas utilizam essa estratégia em larga escala.

Outra estratégia que os criminosos utilizam na fronteira é a contrainteligência e o monitoramento da polícia. A contrainteligência busca desarticular o trabalho policial através da divulgação de informações falsas para chamar a atenção dos policiais para outra área ou mesmo para outro tipo de *modus operandi*.

Os criminosos também monitoram a polícia e controlam toda a sua atuação no território através dos chamados olheiros. Essa estratégia faz com que a polícia tome determinados cuidados em sua atuação e no seu *modus operandi*:

A atuação difere pela questão de quando se está no local a dificuldade de se conseguir trabalhar pela quantidade de olheiros que existem. As guarnições locais de fronteira, elas são monitoradas pelos contrabandistas. Então a ação deles praticamente é inócua porque qualquer movimento da guarnição a operação deles não anda e eles tem um tempo que quiser. Eles podem adiar quantos dias eles precisarem para que eles tiverem a segurança de fazer o transporte. (Tenente Wolf, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Nesse sentido, como afirmou o oficial tenente Wolf, as guarnições que estão localizadas junto à fronteira têm muita dificuldade em realizar operações policiais que surtam efeito frente ao crime, pois perdem o elemento surpresa diante do monitoramento feito pelos criminosos. Diante deste cenário, em que a polícia está inoperante, entra em cena o serviço de inteligência da Agencia Local de Inteligência do 4ºBPAF atuando de forma descaracterizada com trabalhos de investigação e inteligência policial.

Ademais, em muitos casos os criminosos adaptam veículos e caminhões para o transporte da droga, contrabando e tráfico de armas. Um exemplo é a adaptação de um veículo graneleiro com carroceria destinada ao transporte de grãos sendo utilizado para o contrabando de cigarros.

No compartimento de carga do caminhão, modelo graneleiro, foram encontradas 315 caixas, ou 15.750 pacotes, de cigarros contrabandeados do Paraguai, das marcas Bill box, Blitz box, Eight box e Classic box. Ainda, foram apreendidos 06 aparelhos celulares, 01 cheque no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) e a quantia de R\$ 2.518,00 (dois mil quinhentos e dezoito reais). Apesar de não ser mais considerado o valor de impostos sonegados para a aplicação do Princípio da Insignificância, em relação ao contrabando de cigarros, estima-se que o valor sonegado da carga seja de aproximadamente R\$537.075,00 (imposto de R\$ 3,41 por maço). (4ºBPAF-ALI Relatório 2013, p. 48).

As figuras 29 e 30 mostram a carga no interior do compartimento do caminhão graneleiro, que buscava passar despercebido pelos policiais.



Figura 29: Caminhão graneleiro com a carga de cigarros.
Fonte: 4ºBPAF-ALI, 2013.



Figura 30: Caminhão graneleiro com a carga de cigarros.
Fonte: 4ºBPAF-ALI, 2013.

Outra prática para enganar a polícia é a de camuflar o sistema comunicador (rádio comunicador), que, no caso, serve para os criminosos se comunicarem, ou até mesmo escutar a frequência do rádio da polícia, tendo, assim, uma vantagem muito grande sobre cada ação futura dos policiais. Os rádios comunicadores são adaptados e escondidos nos veículos utilizados como batedores.

Esses rádios podem estar adaptados ao rádio normal do veículo, no sinal de luz alta e luz baixa ativando o rádio a cada toque na seta. Também são adaptados em esconderijos como no caso da figura abaixo no qual o rádio comunicador encontrava-se camuflado no alto-falante da porta esquerda do motorista. Dessa maneira os criminosos tentam burlar a polícia e manter sua rede de comunicações ativa.

Abaixo, a figura 31 mostra a adaptação e o esconderijo dos rádios comunicadores nos veículos utilizados pelos contrabandistas.



Figura 31: Rádio comunicador.
Fonte: 4ºBPAF-ALI, 2013.

Veículos leves de passeio também são modificados pelos criminosos para o transporte de cargas. É comum que a parte mecânica seja alterada, principalmente, na questão da suspensão, que é preparada para o transporte de maior quantidade de mercadorias e para trafegar nas estradas precárias da região, conforme mostra o Relatório de 2013 de apreensões do 4ºBPAF:

Então a guarnição deslocou até o local informado onde encontrou e abordou (identidade preservada) vulgo “apelido preservado”, conhecido pelos agentes de Inteligência desta ALI pela prática de contrabando de cigarros e veneno, em um veículo VW/Santana de cor azul de placa (preservada), preparado para acondicionar os cigarros, o veículo estava sem o banco traseiro e a suspensão alterada para suportar excesso de peso. (4ºBPAF-ALI RELATÓRIO 20133, p. 46).

As estratégias para burlar o policiamento, como podemos analisar, são as mais diversas possíveis, o que remete cada vez mais a organização e a complexidade do *modus operandi* dos criminosos que atuam ou passam pela Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

5 DO PLANEJAMENTO DE ESTADO MAIOR DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA À PRÁTICA DE POLICIAMENTO DE FRONTEIRA

Neste capítulo, será abordado e analisado o *modus operandi* da Brigada Militar no Policiamento de Fronteira. A análise será feita levando em consideração os aspectos do trabalho de Estado Maior do batalhão de Polícia Militar de Área de Fronteira apoiado em Atividades de Inteligência para a execução das operações policiais. Também será analisado o *modus operandi* das patrulhas na fronteira em operações estabelecidas pelo Comando da Brigada Militar como a Operações Avante e Operações conjuntas com órgãos de segurança pública nacionais, Forças Armadas e órgãos de segurança pública da República Argentina.

5.1 O ESTADO MAIOR, A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E O PELOTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

5.1.1 O Estado Maior

O Estado Maior pode ser caracterizado como toda a atividade ligada à administração, gerenciamento de recursos, gestão de pessoal, atividade de inteligência e logística de um batalhão.

Cada batalhão da Brigada Militar possui o seu Estado Maior composto por oficiais e praças que trabalham diretamente em seções. Cada seção é responsável por um leque de atividades específicas e são comandadas por um chefe no posto de oficial, geralmente um capitão do Quadro de Oficiais de Estado Maior da Brigada Militar.

A principal tarefa das seções é assessorar o comandante do batalhão nas principais decisões de nível estratégico, operacional, logístico, recursos humanos, financeiros e de inteligência. As seções são geralmente denominadas pela letra “P” e numeradas de um a quatro, sendo assim; P1, P2, P3 e P4. A letra “P” significa Polícia.

O Estado Maior do 4ºBPAF centraliza todas as atividades administrativas do batalhão, sendo ele dividido em quatro seções P1, P2, P3 e P4. A figura 32 demonstra a organização do Estado Maior do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira, em pode-

se verificar o número de oficiais e praças distribuídos pelas quatro seções “P” que assessoram o subcomandante e o comandante do batalhão.

| BRIGADA MILITAR - RS | | | COMANDO REGIONAL DE POLICIA OSTENSIVA - FRONTEIRA NOROESTE 4º BATALHÃO DE POLICIAMENTO DE ÁREA DE FRONTEIRA - SANTA ROSA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|-------------------------------|---|------------------|-------------|-------------|-------------------|-------------|------------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------|---|---|
| POSTOS e GRADUAÇÕES | | | O F I C I A I S | | | | | | | | P R A Ç A S | | | | | | | | S O M A | | | |
| | | | QOEM | | | QTPM | | QOES | | | QPM-1 | | | | QPM-2 | | | | | | | |
| | | | C e l | T e c n | M a j | C a p | 1º T e n | C e l | T e c n | M a j | C a p | 1º S g t | 2º S g t | 3º S g t | S d | 1º S g t | 2º S g t | 3º S g t | | S d | | |
| SEÇÕES/ FUNÇÕES/FRAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COMANDANTE | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SUBCOMANDANTE | | | (*) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| E S T A D O M A I O R | P 1 | Chefe | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| | | Adjunto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Analista | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Subseção Justiça e Disciplina | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 3 | | |
| | | Comunicação Social | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| | | Auxiliares | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 3 |
| | P 2 | Chefe | (*) | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| | | Analista | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Adjunto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Auxiliares | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 4 |
| | P 3 | Chefe | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| | | Adjunto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sala de Operações | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 1 | 3 | 8 | |
| SSPO (**) | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 3 | 4 | | |
| Auxiliares | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 3 | |
| P 4 | Chefe | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | |
| | Adjunto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Analista | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Auxiliares | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 3 | 6 | | |
| FSR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FVR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | 1 | 1 | 2 | 2 | | | | | 6 | 10 | 2 | 17 | | | | 41 | | | | |

Figura 32: Quadro de Estado Maior do 4º BPAF.
Fonte: MUNARI, p. 58, 2012.

Segundo a Revista da Brigada Militar Especial 55 anos do 9ºBPM (2012), as seções do Estado Maior têm as seguintes missões: A P1 (1ª seção) é responsável pelo processo e controle relativos a recursos humanos, publicação do Boletim Interno, serviços de identificação e mobilização, férias, escalas de serviço, comunicação social, corregedoria e disciplina militar. A P2 (2ª seção) é a Agencia Local de Inteligência, que desenvolve atividades de inteligência e produção de conhecimentos para o combate à criminalidade. A P3 (3ª seção) é responsável por assessorar o comandante em relação à instrução, treinamento, banco de dados, operação de policiamento ostensivo,

monitoramento dos indicadores operacionais, programas sociais e cursos de qualificação profissional. A P4 (4ª seção) é encarregada da logística, patrimônio e orçamento, além de apoiar o gerenciamento de recursos materiais, a compra, a distribuição e o controle de equipamento, munições, material de comunicações, fardamento e viaturas.

Frequentemente, o Estado Maior do Batalhão reúne-se para realizar planejamentos de atuação de curto e longo prazo, como o planejamento estratégico da organização militar para os dois anos seguintes. Como destaca o Jornal “Paulo Marques Notícias” de 27/03/2015:

Na tarde desta sexta-feira (27), o Comandante do 4º BPAF, se reuniu com os oficiais da área do Batalhão, para efetuar o planejamento estratégico para o ano de 2015 e 2016. O encontro com os oficiais, ocorreu na sala de reuniões, junto a sede do 4º BPAF em Santa Rosa. O comandante da 3º Cia da Brigada Militar de Três de Maio, Tenente Eduardo, esteve presente no encontro. (JORNAL PAULO MARQUES NOTÍCIAS, 27/03/2015).

Abaixo, a figura 33 destaca a reunião do Estado Maior do 4º BPAF em 2015.



Figura 33: Reunião do Estado Maior do 4º BPAF para o Planejamento Estratégico 2015/2016.
Fonte: <http://www.paulomarquesnoticias.com.br/noticias/5830/4>.

No 4º BPAF a ALI - Agência Local de Inteligência - é a responsável direta por essa atividade policial, conforme Patrício destaca:

A produção dos conhecimentos necessários à criação e planejamento de uma política de segurança pública decorrerá do mapeamento da criminalidade, identificando seus atores, suas áreas de atuação, modalidades criminosas e respectivos fatores de influência, *modus operandi* dos grupos delinquentes e demais conhecimentos úteis para uma leitura real dos cenários, o que possibilitará ao decisor adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à criminalidade. (PATRICIO, 2006, p.55).

A produção do conhecimento pela atividade de inteligência é um ponto de fundamental importância para o sucesso operacional no âmbito da Brigada Militar. E, ainda, conforme Patrício (2006):

Ademais, os órgãos de inteligência criados no âmbito da segurança pública especialmente para a produção de conhecimentos, objetivam subsidiar as investigações policiais, entre outras missões e, se assim não fosse, não seria necessária sua criação, tendo em vista já existir a polícia judiciária para investigar delitos. (ibid, p.56).

A Atividade de Inteligência da Brigada Militar está regulamentada no documento interno denominado de Diretriz Geral de Inteligência Policial N° 037/2016, o qual tem como finalidade geral:

Estabelecer normas gerais às atividades de Inteligência Policial Militar, no âmbito da Brigada Militar, objetivando assessorar o Comando Geral da Brigada Militar na tomada de decisões, por meio da produção de conhecimento. (DIRETRIZ GERAL DE INTELIGENCIA POLICIAL N°37/2016, p.5).

E, ainda conforme a Diretriz Geral de Inteligência Policial N/ 037/2016, estabelece suas seguintes finalidades:

- 1) estabelecer a filosofia e as políticas para o desenvolvimento do Sistema de Inteligência na Brigada Militar;
- 2) Estabelecer cultura adequada à Atividade de Inteligência na Corporação, voltada para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar o processo decisório, para o planejamento, execução e acompanhamento de assuntos de Segurança Pública e da polícia ostensiva, subsidiando ações para prever, prevenir e

neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio;

3) estabelecer idêntica cultura da Atividade de Inteligência no trato das questões de Bombeiro, no que se refere à prevenção, ao combate a sinistros, a busca e salvamento e as ações de defesa civil;

4) definir a estrutura do Sistema de Inteligência da Brigada Militar (SIBM);

5) estabelecer regras para o recrutamento, seleção, instrução e aperfeiçoamento dos integrantes do Sistema de Inteligência da Corporação;

6) estabelecer mecanismos que permitam desenvolver a mentalidade e motivação para que o Policial Militar quando no exercício da atividade de polícia ostensiva e/ou de bombeiro, seja a principal fonte e usuário de informações do Sistema de Inteligência;

7) estabelecer instrumentos para o desenvolvimento, acompanhamento e de avaliação do sistema e suas atividades;

8) estabelecer os fundamentos necessários à produção de conhecimentos nos seus múltiplos aspectos; e

9) estabelecer idêntica cultura da Atividade de Inteligência no trato de questões afetas às situações especiais de policiamento rodoviário, ambiental e fazendário. (DIRETRIZ GERAL DE INTELIGENCIA POLICIAL N°37/2016, p.7).

A Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016 traz consigo a “Filosofia de Inteligência”, na qual é abordada a questão do tratamento das informações, sua veracidade, sua utilização e o assessoramento da Atividade de Inteligência aos mais variados escalões da Brigada Militar.

Ainda, conforme a Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016, em relação à filosofia de inteligência quanto à sociedade em que vivemos, dispõe:

A Atividade de Inteligência tem caráter de assessoramento, nos diversos escalões em que é exercida, visando sempre suprir as autoridades consideradas, de informações que subsidiem a tomada de decisões, atuando na obtenção e análise de dados que contribuam para a formação do conhecimento estratégico, tático e operacional, útil ao processo decisório, visando sempre à defesa do **Estado Democrático de Direito**, da sociedade, de seus agentes políticos econômicos e sociais, da eficácia do poder público no combate à criminalidade, da probidade administrativa e o trato relacionado com as atividades de Segurança Pública;

Ao conscientizar, participar, estimular, treinar e participar estar-se-á construindo uma mentalidade de Inteligência Policial Militar, voltada, com exclusividade, para a preservação da ordem pública e da segurança da sociedade. (DIRETRIZ GERAL DE INTELIGÊNCIA POLICIAL 037/2010, p.7).

Nota-se que a Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016 aborda uma questão crucial que é a defesa da sociedade e do Estado Democrático de Direito. Além disso, essa Diretriz traz em sua essência a questão dos princípios éticos que devem regular a Atividade de Inteligência na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre os princípios éticos destaca-se o sigilo sobre as informações coletadas por policiais que trabalham nas investigações diretamente em campo. Assim como esse princípio de sigilo se estende a todo o policial militar na Atividade de Inteligência e que tem contato diretamente com informações e dados de extrema importância para a realização de investigações e futuras apreensões. Conforme destaca a Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016, o sigilo nesse sentido é fundamental e visa preservar o órgão, o tipo de atividade investigativa, seus integrantes e ações realizadas.

Outro princípio básico da Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016 é a questão da interação com os outros órgãos de segurança pública como algo de fundamental importância na Atividade de Inteligência. Como define a Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016, a interação:

Implica estabelecer, estreitar e manter relações sistêmicas de cooperação, visando otimizar esforços para a consecução dos objetivos da atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP); (DIRETRIZ GERAL DE INTELIGÊNCIA POLICIAL 037/2016, p.7).

A preocupação da Brigada Militar exposta na Diretriz Geral de Inteligência Policial 037/2016, traz consigo a busca por acompanhar as tendências sociais e econômicas nacionais e internacionais, em especial dos países do MERCOSUL, visando, assim, a uma Atividade de Inteligência que seja capaz de identificar fatores ligados a criminalidade.

5.1.2 Agencia Local de Inteligência – ALI/4ºBPAF

A Agencia Local de Inteligência do 4ºBPAF está inserida na estrutura organizacional do batalhão como a seção P2 do Estado Maior do batalhão. A ALI do 4ºBPAF está subordinada diretamente ao comandante do batalhão. É de responsabilidade da ALI/4ºBPAF toda a Atividade de Inteligência que ocorre na área territorial de responsabilidade do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira.

A Agência Local de Inteligência do 4º BAPF, para o cumprimento de suas atribuições, realiza atividades de inteligência que constam de investigações e produção de informações que alimentam um sistema de banco de dados.

Conforme Relatório da ALI/4ºBPAF de 2013, o sistema de banco de dados é uma ferramenta importante, pois:

Para auxiliar o Comando do Batalhão na tomada de suas decisões, foi necessária a manutenção de diversos mecanismos criados e que visam o desenvolvimento de medidas preventivas e de projetos sociais do 4º BPAF. Esses materiais, para um eficiente, confiável e rápido acesso na produção de informação e análises, foram criados e alimentados para fornecer dados que até então não havia disponibilidade de consulta nos sistemas habituais. Para uma eficácia apreciação, requerem uma constante atualização. (ALI/4ºBPAF, Relatório, 2013, p.3).

Para organizar as informações, conforme o Relatório de 2013 da ALI/4ºBPAF, são utilizados três tipos de banco de dados:

Banco de dados – Planilha Geral:

Alimentação de um banco de dados completo, de todas as ocorrências da área, extraída do sistema Consultas Integrada, que propicia uma consulta rápida e quantitativa geral, para confecção de análises;

Banco de dados – Planilha das Principais Ocorrências:

Manutenção e alimentação de um banco de dados que contém as principais ocorrências (furtos, roubos, homicídios, tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho, etc.) que propicia uma consulta quantitativa e qualitativa dessas ocorrências. É possível visualizar o quantitativo de determinada ocorrência, o dia da semana e horário de maior incidência, o local (município/bairro/interior) se houve apreensões, se houve prisões, se houve recuperação de bens. Ideal para medir a produtividade de um efetivo, diante de determinado fato, como a quantidade de ocorrências de furto atendidas em que houve recuperação de bens ou prisão dos autores.

Banco de dados de indivíduos:

Alimentação e atualização do banco de dados dos indivíduos (com foto) envolvidos em ilícitos que atuam na área do Batalhão ou proximidades. Possibilita uma pesquisa rápida, individual ou de grupos de determinado município ou bairro, geral ou por determinado ramo de atuação. Pode ser utilizado na identificação de criminosos, diante do confronto de imagens de possíveis suspeitos. É possível ainda realizar pesquisa por alcunha, nome ou endereço, todos através de relatório gerado pelo programa. (ALI/4ºBPAF, Relatório 2013, p.4).

A figura 34 representa o visual da tela de inserção de dados no Programa de Indivíduos. Todo o indivíduo preso tem seus dados inseridos nesse banco de dados e passa a ser monitorado pela Atividade de Inteligência, caso não fique por muito tempo em regime de pena fechado.

The screenshot shows a web-based interface for the '4º BPAF - AGÊNCIA LOCAL DE INTELIGÊNCIA'. The main title is 'BANCO DE DADOS DE INDIVÍDUOS SUSPEITOS'. The interface includes several input fields for personal information: 'LOCALIZAR ENDEREÇO', 'LOCALIZAR NOME', 'FOTO', 'SEXO', 'NOME', 'ALCUNHA', 'SINAIS', 'RIG', 'MASCIMENTO', 'ENDEREÇO', 'BAIRRO', 'MUNICÍPIO', and 'CRIME'. There is a 'CRIME' dropdown menu with 'FURTO' selected. An 'OBS' field contains text: 'FURTOS DIVERSOS, HOMICÍDIO, DESOBEDIÊNCIA, DESACATO, FURTOS DE VEÍCULO, SUSPEITO DE ATRAVESSAR MOFOS FURTADAS EM NOVO MACHADO.' At the bottom, there are 'SALVAR' and 'NOVO' buttons. A sidebar on the right contains a 'RELATÓRIOS' section with buttons for 'POR MUNICÍPIO', 'POR CRIME', 'POR ALCUNHA', and 'POR BAIRRO', and a 'TABELAS - NOVO' button. The footer indicates 'Desenvolvido por: Sgt. Reston - Ago/2018'.

Figura 34: Programa onde são inseridos os dados dos indivíduos na ALI/4ºBPAF.
Fonte: ALI/4ºBPAF Relatório de Atividade 2013.

A rotina de trabalho da ALI/4ºBPAF pode ser demonstrada pelo fluxograma abaixo, na figura 35:

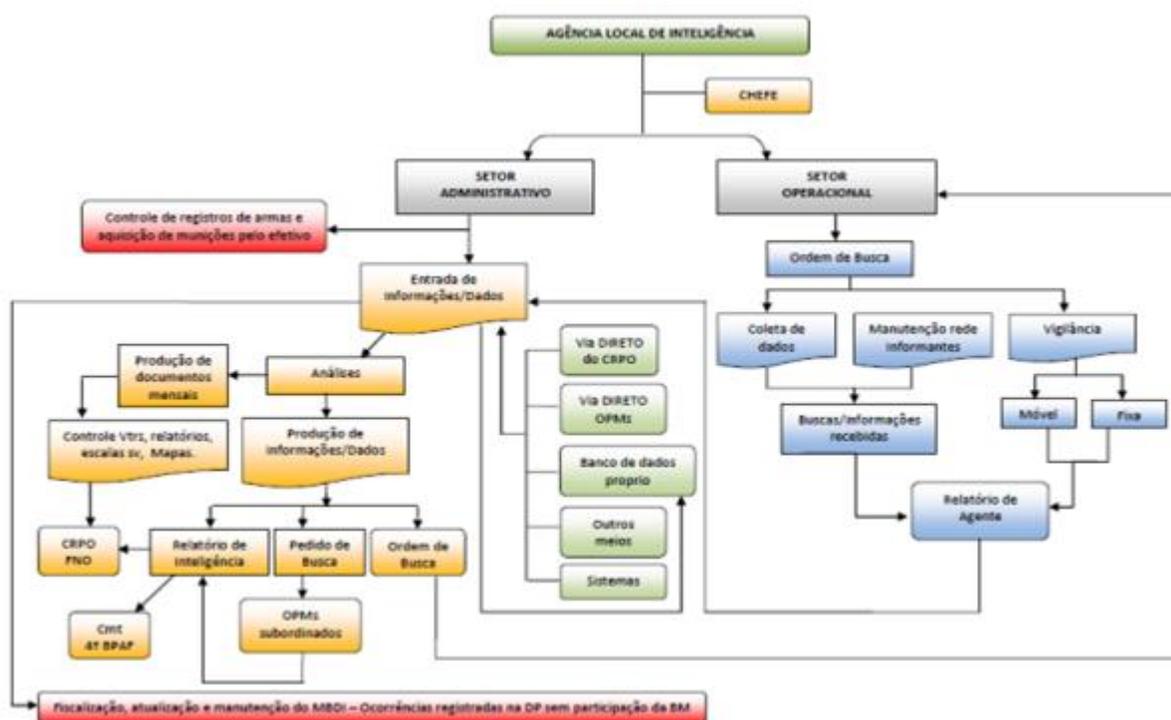


Figura 35: Fluxograma da rotina de trabalho da ALI/4ºBPAF.
Fonte: ALI/4º BPAF Relatório de Atividade 2013.

Como podemos observar no fluxograma da ALI/4ºBPAF, suas atividades dividem-se em dois grandes setores: o operacional e o administrativo. O setor operacional tem como missão coletar dados, vigiar criminosos, manter uma rede de informantes, realizar as atividades de contrainteligência e verificar informações oriundas de denúncias de moradores locais. O setor administrativo, por sua vez, tem como missão alimentar o sistema de dados. Para tal tarefa, recebe e analisa dados, produz documentos mensais, conecta informações (produção e informações/dados), emite relatórios de inteligência, pedidos de busca, ordens de busca, para as OPMS (organizações policiais militares subordinadas). É responsável também por emitir relatórios de inteligência para o comandante do batalhão e para o comandante do CRPO-FNO (Comando Regional de Polícia Ostensiva Fronteira Noroeste).

5.1.3 O POE- Pelotão de Operações Especiais do 4ºBPAF

O POE - Pelotão de Operações Especiais do 4ºBPAF está ligado a 1ª Companhia de Polícia Militar do 4ºBPAF com sede na cidade de Santa Rosa. Entretanto, na prática, a sua subordinação é diretamente ao comandante do batalhão.

O Pelotão de Operações Especiais buscou intensificar as atividades de patrulha na área de responsabilidade do 4ºBPAF junto à fronteira do Brasil com a Argentina com o intuito de combater o roubo e os furtos nas propriedades rurais. No início, o POE era denominado Pelotão de Choque e não focava na atividade de patrulha de fronteira, conforme relato do Tenente Coronel Ribas:

O pelotão de choque quando foi iniciado, o foco dele era para uma determinada atividade foi o combate ao que vinha ocorrendo de 2009 pra cá que era furtos de agrotóxicos e ai depois como foi diminuindo a incidência desse crime, aí voltamos então para a ação de fronteira para fazer essa ação focada na fronteira. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 1, Santa Rosa, 28/01/2016).

O POE atua diretamente no policiamento de fronteira sob às ordens do comandante, por ter um efetivo com conhecimento técnico-profissional aprimorado. O comandante ainda é assessorado pelo Estado Maior e pelos relatórios de Inteligência

emitidos pela ALI-4ºBPAF. A seguir, é destacada a operacionalidade do POE pelo Tenente Coronel Ribas:

O policiamento de fronteira é organizado da seguinte forma: quem operacionaliza o policiamento na fronteira é o POE, através do planejamento feito pelo comandante do POE. Então existe uma ordem de serviço, onde são tratadas todas as atividades que devem ser feitas e o comandante do POE é o que realmente faz a aplicação do efetivo na atividade de patrulhamento de fronteira. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 1, Santa Rosa, 28/01/2016).

O POE, ao ser uma fração de Operações Especiais, não tem sua atuação restrita somente à fronteira, mas também trabalhando em toda a região de responsabilidade do 4ºBPAF. O POE atua na segurança pública na cidade de Santa Rosa, nos principais eventos festivos e feiras de grande porte que ocorrem na cidade, atua também em barreiras fixas nas principais vias, estradas e rodovias estaduais e em operações conjuntas com o Exército e outros órgãos de segurança pública, Receita Federal, Estadual, Vigilância Sanitária e Polícia Federal.



Figura 36: Pelotão de Operações Especiais do 4º BPAF em atuação na Fronteira Noroeste do RS. Fonte: Relatório de Atividades da ALI/4ºBPAF de 2014.

Em relação aos recursos humanos, o POE é muito diferenciado, pois, por ser uma fração operacional do 4ºBPAF, seus integrantes, além dos cursos de formação comuns a todos policiais da Brigada Militar, são obrigados a realizar o Curso de Operações Especiais. A maioria dos cursos e treinamentos voltados para os policiais militares que atuam na fronteira foi possível a partir de recursos e de programas da ENAFRON. De acordo com o Coronel Sérgio Flores de Campos:

Dentro da ENAFRON teve essa preocupação de fazer uma série de cursos tanto para gestores, quanto para policiais da linha, os que compunham as patrulhas de fronteira. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016)

E, ainda, destaca o coronel Sérgio Flores de Campos uma preocupação frente ao mantimento dos recursos da ENAFRON:

Como eu disse, como trocou, ele finalizou em 2014, 2015 o recurso ENAFRON, o Programa ENAFRON. Fica este vazio da necessidade porque o papel da segurança pública. Um dos principais da segurança pública exatamente é a especialização. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

O Coronel Sérgio Flores de Campos salienta, também, que:

E a fronteira exige essa especialização e se faz isso tanto com equipamentos específicos, quanto com o treinamento. Isso revela custos porque se exige que os policiais tenham uma vivência em outros estados, eles sejam transportados a outras realidades não só dentro do estado do Rio Grande do Sul, mas conheçam outras realidades principalmente do Mato Grosso que tem uma história muito forte de operações em fronteira. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Em relação ao treinamento, o tenente coronel Ribas declara que:

Assim os oficiais são multiplicadores e receberam curso na época de Pelotão de Fronteira. Até foi feito na Amazônia. Já os praças não, eles no caso foram com base nessa formação que os oficiais receberam e repassaram a eles. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 1, Santa Rosa, 28/01/2016).

O Pelotão de Operações Especiais é o principal braço de atuação no policiamento de fronteira junto com a ALI - Agencia Local de Inteligência.

5.2 AS PATRULHAS: DA INTELIGÊNCIA AO *MODUS OPERANDI*

O 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira possui uma série de peculiaridades no seu *modus operandi*. Nas operações de patrulha de fronteira, o trabalho de Inteligência realizado pela “P2” da ALI/4ºBPAF é sincronizado com o POE.

O trabalho de investigação, análise e armazenamento de dados e gerenciamento de informações é realizado pela ALI-4/BPAF. Essas investigações são realizadas por policiais chamados “P2” que atuam em investigações com base em denúncias de populares ou mesmo de criminosos e contrabandistas; os quais denunciam seu concorrente e são investigações de cunho mais restrito e com um número mínimo de agentes envolvidos para um maior controle das informações e para evitar possíveis vazamentos, visto que isso prejudicaria o trabalho da Atividade de Inteligência. De acordo com o Coronel Sérgio Campos:

A polícia de fronteira, ela tem um grau de aproximação necessário quando depende de informações da população ribeirinha. Então onde está havendo o transporte, o contrabando, o descaminho, o tráfico, a população acaba sabendo. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Ainda em relação à segurança da informação obtida e do informante o coronel Campos destaca outro fator:

Mas eu tenho que ter essa preocupação de não expor esse informante a esses criminosos. Então há uma relação necessária, porém, se restringe há essa capacitação de informações. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Também ocorre a troca de informações com a Polícia Federal que, em muitas situações, já realizou o trabalho de Inteligência investigativa e sabe exatamente o local, data e o horário em que os criminosos vão agir. Visto que a Polícia Federal não dispõe de efetivo suficiente, repassa as informações para a Brigada Militar que acaba ficando com a atribuição de Polícia de Fronteira e, dessa forma, atuando com suas equipes de

Inteligência e operações especiais em fronteira. Desse modo, Coronel Campos explica que:

O que se tem é também são a identificação de indivíduos que normalmente fazem parte das quadrilhas e que atuam de forma rotineira na região e esses dados sim também se possui e obviamente combinada principalmente com os dados da Polícia Federal então o setor de inteligência e a Polícia Federal mantém um banco de dados dessa liderança de quadrilhas. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

As estratégias da Atividade de Inteligência são bem peculiares da ALI/4°BPAF, que vão desde a atuação em monitoramentos a curto, médio e longo prazo de tempo de criminosos de seus *modus operandi* até ações conjuntas com os policiais que atuam diretamente no POE do batalhão, conforme destaca o Tenente Coronel Ribas:

As patrulhas geralmente são formadas por três policiais militares fardados e dois de inteligência. Então temos cinco “PMS” envolvidos nisso aí. O interessante talvez seria a aplicação de mais uma patrulha fardada, duas patrulhas e mais o seguimento de Inteligência talvez. É o mínimo que a gente está aplicando e tem apresentado alguns resultados positivos. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 1, Santa Rosa, 28/01/2016).

Outro fator muito importante das Atividades de Inteligência realizada pela ALI/4° BPAF é a integração com a Polícia de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina. Como a ALI-4°BPAF no organograma do batalhão está subordinada ao comandante, e este, por sua vez, mantém um bom relacionamento com os comandantes dos órgãos de segurança pública Argentinas. É através deste contato que a Agencia Local de Inteligência ALI-4/BPAF trabalha com informações e acaba operando em determinados locais preestabelecido na fronteira capturando, interceptando o tráfico de drogas e o contrabando de cigarros e outras mercadorias, conforme destaca o Coronel Campos:

E obviamente identificar isso através da combinação de informações da Polícia Federal, através de levantamento feito pelo próprio 4° Batalhão e informação que vinham da Gendarmeria Nacional Argentina e da Polícia da Província de Misiones que se mantém, se mantinha uma relação muito forte com essas instituições através da ação simultâneas que eram uma rotina. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

Dessa forma, lembramos que a atuação da Brigada Militar é, de certa maneira, restrita em relação ao tráfico de drogas, armas e munições em escala internacional. Nesse contexto, explica o capitão Karnikowski que é:

Importante lembrar que o órgão com competência originário para investigar e reprimir o crime de tráfico internacional de armas e munições é a Polícia Federal, bem como, que o controle sobre a fabricação, comércio, importação e exportação de armas e munições no Brasil é do Exército. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 2, Santa Rosa, 11/03/2017).

Em relação à questão da atuação da Brigada Militar, frente à operacionalidade e à Atividade de Inteligência na fronteira, frente aos grupos criminosos internacionais, explica o Capitão Karnikowski:

A Brigada Militar atua frente a esse crime apenas por competência subsidiária (através de complementação, de ação conjunta ou coordenada com aqueles órgãos) ou competência residual (substituindo, atuando no vácuo, na inoperância ou inexistência daqueles órgãos na fronteira. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 2, Santa Rosa, 11/03/2017).

A atuação da Brigada Militar em investigações de escala internacional, por sua vez, é muito restrita, conforme destaca o capitão Karnikowski:

Isso impede, por exemplo, que a Brigada Militar realize trabalhos aprofundados de inteligência policial com foco nesse crime específico (houve inclusive operações de inteligência da BM em apoio ao Ministério Público Estadual que ao constatar a incidência de tráfico internacional de armas, declinou competência ao Ministério Público Federal, encerrando a participação da Brigada Militar no caso).

Assim tornam-se raras as ocorrências de tráfico internacional de armas e munições com a atuação direta da B.M na Fronteira Noroeste. Quando acontecem, são durante abordagens de rotina em operações de cunho preventivo na fronteira, onde são apreendidas pela B.M armas e munições provenientes do Paraguai/Argentina, mas em pequenas quantidades. (Capitão Karnikowski, entrevista nº 2, Santa Rosa, 11/03/2017).

Entre as práticas de atuação no cotidiano das patrulhas na fronteira, podemos destacar as chamadas “campanas”, em que policiais militares ficam por um período de dias indeterminados, em algum local, escondidos, à espera da movimentação dos criminosos contrabandistas e traficantes que atuam na região distribuindo a droga oriunda dos países vizinhos.

Segundo destaque do soldado Gustavo, do Pelotão de Operações Especiais do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira:

Quando a gente vai para a fronteira é para tentar prender mesmo, tu não vai efetuar uma patrulha ostensiva. A gente chama a patrulha de fronteira, mas para a patrulha mesmo é muito pouco. Tu vai, desce, chega num determinado ponto e se esconde coloca a viatura no meio do mato, esperando, vê se alguém vai passar para ir tentar e fazer a abordagem. (Soldado Gustavo, entrevista nº 1, Santa Rosa, 27/01/2016).

Outra prática é a atuação frequente através de emboscada nas estradas do interior junto à fronteira, principalmente aquelas que ficam próximas as margens do rio Uruguai. A viatura de Inteligência fica camuflada e monitora a ação dos criminosos quando estes estão escoando um contrabando pelas estradas. Frequentemente, as quadrilhas utilizam carros batedores que vão passando informações como: localização das viaturas da polícia e quantos policiais estão de plantão, para os veículos que estão realizando o transporte do contrabando, tráfico e descaminho. A polícia deixa passar os batedores e depois aborda o veículo com a carga de maneira rápida com a patrulha do POE e logo mais, a poucos quilômetros, outra equipe de policiais intercepta os criminosos do veículo batedor.

As dificuldades para a atuação do 4/BPAF na fronteira são as mais variadas, partindo do número de efetivo de policiais militares, comunicações, equipamentos, armamentos até a continuidade das políticas de segurança pública para a fronteira.

O maior obstáculo para conseguir manter as operações policiais, as patrulhas de fronteira e todo o complexo trabalho de inteligência trabalhando ininterruptamente é a questão financeira. De acordo com o tenente coronel Ribas:

Com retorno aos recursos financeiros quando há a cotação de diárias, acredita se não há. Uns três anos atrás tínhamos a aplicação mensal, então nós tínhamos um pessoal aplicado, cinco homens diariamente. Como a dificuldade de repasse de dinheiro, houve então o quê? A diminuição do emprego desse pessoal no mês de acordo com as diárias disponibilizadas. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 1, Santa Rosa, 28/01/2016).

Antes do Programa ENAFRON, o 4ºBPAF tinha um grande problema quanto ao deslocamento na fronteira devido às péssimas condições das estradas e às

características das viaturas que não favoreciam o acesso a determinados locais e portos clandestinos, conforme relata o coronel Campos:

Houve um recebimento de recursos do Governo Federal nesse período em que estive a frente do 4ºBPAF, principalmente nos anos de 2012 e 2013, viaturas, equipamentos de proteção e posteriormente se recebeu armamento e também houve a destinação de recursos em tecnologia de comunicações, ou seja, uma substituição da rede de rádios houve a destinação de recursos. (Coronel Campos, entrevista nº 1, Santa Rosa, 27/01/2016).

E, ainda abordando a questão de recursos e equipamentos, ganha destaque a fala do Tenente Coronel Ribas:

Atualmente nós estamos bem de viaturas. As viaturas hoje que nós temos, elas são viaturas ENAFRON, viaturas pick-up. Elas têm condições. Armamento, nosso pessoal tem disponível é fruto de um trabalho que foi feito nos últimos anos em busca junto a PPC, então a aquisição de materiais, valores orçamentários do Governo do Estado Mais direcionados para a região. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 1, Santa Rosa, 28/01/2016).

Abaixo, a figura 37 mostra uma viatura pick-up que atualmente está em serviço na patrulha de fronteira do 4ºBPAF. Ao observarmos a viatura, verificamos que possui tração 4x4, que é um fator determinante para o deslocamento de policiais pelas estradas não pavimentadas e em péssimas condições de manutenção na região.



Figura 37: Veículo da patrulha de fronteira do 4ºBPAF.
Fonte: Trabalho de Campo 2016. Autor: Sérgio Roth Pinto.

O grande problema é a manutenção dessas viaturas com o fim da ENAFRON. O coronel Campos destaca a preocupação frente à mudança de governo e a continuidade da ENAFRON. Segundo Campos:

Nos causa uma preocupação pois a ENAFRON, ela conseguiu mobilizar gestores, ela conseguiu demonstrar efetivamente os policiais de ponta, de linha, que havia uma preocupação com o seu bem-estar, com a capacidade operacional. E que ele tivesse a qualidade de equipamentos a sua disposição ao nível da dificuldade e da atuação na fronteira. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

E, ainda, conforme destaca Campos, a respeito da possibilidade de um vazio em relação à política contínua para a segurança pública em fronteira:

E com essa ruptura do novo Plano Plurianual é vazio com uma falta de clareza enfim da política nacional e que ela é uma mobilizadora muito forte dos estados. Hoje a gente não tem assim um norte específico se vamos continuar tendo uma proposta do Governo Federal em relação a essa capacitação de recursos para a fronteira. (Coronel Campos, entrevista, Santa Rosa, 27/01/2016).

A grande dúvida dos gestores da corporação é frente à manutenção da ENAFRON, pois a diminuição dos recursos atuais acarretará numa série de problemas futuros, que vão desde o recurso humano, financeiro até o de material empregado no trabalho policial.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração dentro do contexto do patrulhamento de fronteira é a questão da logística. Conforme destaca o capitão da Brigada Militar Luís Felipe Neves Moreira:

Para um desempenho significativo nas ações de patrulha de fronteira em conjunto com a seção de inteligência, com a finalidade de abranger todos os locais e diversos tipos de delitos, conforme características peculiares de cada um, necessário se faz uma melhoria nos equipamentos tecnológicos. (MOREIRA, p.31, 2011).

Ainda, abordando a questão da logística para determinada atividade policial militar, o Capitão Luís Felipe Neves Moreira destaca:

Criou-se então, em caráter permanente, a patrulha de fronteira do 4/BPAF composta inicialmente por três (3) integrantes do POE, que agiam em turnos de doze (12) horas, com armamento específico, pistola Taurus calibre .40, modelo 24/7, colete balístico nível IIA e uma submetralhadora calibre .40, modelo FAMAE. (MOREIRA, 2011, p.34.).

Para que a atuação da patrulha de fronteira tenha efetividade demonstrando força perante à criminalidade, a logística necessária inclui desde os recursos humanos até a questão de equipamentos, viaturas e armamento.

5.3 AS OPERAÇÕES CONJUNTAS DA BRIGADA MILITAR NA FRONTEIRA

As Operações Conjuntas da Brigada Militar na Fronteira ocorrem em parceria com outros órgãos de segurança pública em escala nacional e internacional. Geralmente, são operações de grande envergadura que envolvem um trabalho logístico muito complexo e ocorrem em determinadas épocas do ano, conforme o planejamento do Comando da Brigada Militar e dos demais órgãos que participam das operações.

Em determinadas situações, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul atua em Operações Conjuntas com a Polícia Federal, Exército Brasileiro e Receita Federal. Essas operações envolvem contingentes que trabalham lado a lado com o objetivo de combater crimes transfronteiriços e transnacionais. Também ocorrem com frequência as Operações Simultâneas Internacionais, nas quais a Brigada Militar Gaúcha atua em operações conjuntas e coordenadas com a Gendarmeria Nacional Argentina, Policia de Misiones, Policia Paraguaia, Polícia Militar de Santa Catarina e Policia Nacional do Uruguai.

5.3.1 As Operações Simultâneas Internacionais e Conjuntas com a Polícia Federal e o Exército Brasileiro

Na Fronteira Gaúcha, existe uma integração muito forte, não só por parte da população fronteiriça em termos sociais, culturais e econômicos ou até mesmo das redes ilegais como foi descrito anteriormente que atuam no crime transnacional, mas também há uma forte integração entre os órgãos de segurança pública do Brasil,

Argentina e Uruguai, sejam eles estaduais ou federais no caso do Brasil, ou órgãos provinciais ou federais no caso da Argentina. Cabe destacar que nesta dissertação trabalhamos a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, então será abordado o assunto das operações policiais da Brigada Militar e as Forças policiais da Argentina, não entrando em discussão as forças policiais do Uruguai.

No Brasil, os Órgãos de segurança pública são a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas. Já os órgãos de segurança pública estaduais são a Polícia Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros Militar e o Instituto Geral de Perícias. Na República da Argentina, os órgãos de segurança pública são a Polícia da Província de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina, Prefeitura Naval Argentina e também ocorre a atuação das Forças Armadas Argentinas. Para combater os crimes transfronteiriços, os órgãos de segurança pública brasileiros e argentinos trabalham em operações simultâneas ao longo da linha de fronteira.

A seguir, vemos o que a Comunicação Social da Brigada Militar (2011) destaca sobre os objetivos das Operações Simultâneas em áreas de Fronteira:

Objetivos da Operação Simultânea em Áreas de Fronteira:

- 1- Criar de forma continuada uma articulação operacional entre instituições de segurança do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Províncias de Corrientes e Misiones (Argentina) e Uruguai. Facilitando canais de comunicação para ações conjuntas e troca de informações.
- 2- Iniciar um programa de ações de segurança que envolve ações operacionais, intercâmbio de informações e formação conjunta de profissionais de segurança dos três países.
- 3- Objetiva criar parâmetros de ações preventivas e repressivas de forma a potencializar as competências das Instituições de segurança;
- 4- Iniciar a preparação para o atendimento de demandas relacionadas a grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014.
- 5- Apresentar um conceito de ação fundada na qualidade de vida do cidadão de fronteira para, então, alcançar os delitos transfronteiriços.
- 6- Criar uma visão de polícia de vanguarda em que as ações das Instituições se complementam.
- 7- Abrir espaço para a qualificação profissional e material em ações direcionadas à fronteira. (BRIGADA MILITAR, 2011)

Esses esforços direcionados ao combate dos crimes transfronteiriços vêm acontecendo com grande força após a implementação do MERCOSUL, o qual aproximou as relações entre Brasil e Argentina na escala local, regional e nacional. Segundo Campos:

De forma localizada, refletindo essa preocupação, podem ser citados alguns exemplos de esforços direcionados para a segurança em região de fronteira. Primeiramente, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) aborda a segurança regional no Acordo 16. (CAMPOS, 2009, p.155).

A Decisão N° 16 do MERCOSUL define o crime transfronteiriço com sendo uma grave ameaça para o desenvolvimento econômico e social da região:

Crescente dimensão transnacional dos delitos constitui uma grave ameaça à segurança regional, dificultando a consolidação de um espaço integrado onde prevaleça a ordem e o respeito aos valores democráticos. (MERCOSUL DECISÃO N°16, 2006, apud, CAMPOS, 2009, p. 155).

Com o fortalecimento do MERCOSUL, a Fronteira Gaúcha do Brasil com a Argentina passa para uma nova fase na qual ocorre com muita força uma integração econômica, social e cultural. Essa fronteira é um ponto estratégico, pois passou a ser corredor importante de circulação de grandes fluxos de mercadoria entre Brasil e Argentina em escala regional e até mesmo em escala internacional, pois muitos produtos industrializados fabricados em países asiáticos entram no Brasil via Argentina. Outro fator já citado neste trabalho é a posição estratégica de proximidade com o Paraguai, pois para chegar lá, desde a fronteira gaúcha, são apenas 90 km através de território argentino.

Devido à importância desta fronteira para o Brasil e a Argentina, as autoridades de ambos os países têm se preocupado em unir forças visando à segurança do cidadão fronteiriço e ao combate aos crimes transnacionais:

A transnacionalidade do delito acompanha a permeabilidade das fronteiras e faz girar um sistema de crimes que atinge não só estas regiões, mas qualquer centro urbano, por mais distante que esteja dos marcos divisórios entre países, como é o caso da influência do tráfico de drogas sobre outra série de crimes (CAMPOS, 2009, p. 154).

A abertura da fronteira trouxe consigo o desenvolvimento econômico e social, mas também se caracteriza por apresentar uma rede de crimes organizados que atuam tirando proveito da fragilidade do controle da fronteira pelos Estados Nações limítrofes.

O que faz cada Estado repensar seus conceitos de segurança e buscar unir esforços em operações policiais conjuntas em área de fronteira.

Dessa forma, seu enfrentamento deve ser pautado por estratégias que se aproximem desta interação, fazendo surgir ações em rede entre os órgãos de segurança pública. A segurança em rede ocorre inicialmente pelo reconhecimento do fato de que as competências legais dos atores voltados para a segurança pública são complementares, passando pela organização e realização conjunta e coordenada de ações e pela análise continuada de cenários, com o objetivo de prevenção e repressão ao delito (CAMPOS, 2009, p.156).

No entanto, as decisões sobre a segurança em relação à área de fronteira ainda estão muito centradas na escala nacional de cada país.

Desta forma, o estabelecimento de ações que tratem de integração deve partir do governo federal, sendo ele, ainda, detentor do poder de potencializar as competências dos órgãos afins a segurança pública nestas regiões, sejam federais, estaduais ou municipais (idem).

As primeiras operações policiais em área de fronteira no Rio Grande do Sul entre as instituições de segurança pública do Brasil e da Argentina foram realizadas em 2003, organizadas pela Brigada Militar através do CRPO/FN em conjunto com a Polícia da Província de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina, ainda de forma tímida, mas simultânea, ou seja, cada polícia agindo em seu respectivo território, mas ao mesmo tempo coligada com ações da polícia vizinha em operações conjuntas, conforme destaca o CRPO/FNO da BRIGADA MILITAR (2011):

O trabalho que iniciou entre a Brigada Militar, Polícia de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina, envolvendo estas forças sediadas em Santa Rosa e Oberá, hoje abrange toda a província de Misiones, grande parte do Rio Grande do Sul e os Estados de Santa Catarina e Paraná.

Os primeiros resultados da Operação Internacional Simultânea foram positivos, como destaca Campos:

Em 2003 foram realizadas as primeiras operações simultâneas entre os órgãos de segurança pública do Brasil e Argentina, sendo destacado que foram apreendidas na Argentina quatro motocicletas de origem brasileira e recuperadas outras duas, que se encontravam à margem do rio Uruguai (que

divide o Brasil e a Argentina) e prontas para serem transportadas do Brasil para o país vizinho. (CAMPOS, 2009, p.159).

Conforme Campos (2009), depois dessa primeira operação simultânea em área de fronteira do Brasil e Argentina, começou uma série de reuniões entre os órgãos de segurança pública na fronteira, dando origem às operações simultâneas continuadas anualmente e planejadas pelas policias do Brasil, Argentina e Uruguai.

Para a realização exitosa das operações simultâneas de fronteira foi decisivo o papel da cooperação e a concretização de projetos estabelecidos nas reuniões. Projetos que visavam à aplicação em uma escala local e regional das forças policiais, mas visando conter as redes criminosas que atuam em escalas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Um exemplo de operações internacionais simultâneas foi proposto na Ata de Reunião de 2005, conforme define Campos:

- Foi proposto a aproximação das Forças de segurança com os Poderes Judiciários dos dois países para o trato de questões de fronteira.
- Realização de uma operação conjunta de forma simultânea por terra e sobre o Rio Uruguai dentro dos limites fronteiriços. Também foi proposta a identificação de portos clandestinos junto ao rio Uruguai (que divide o Brasil e a Argentina). (CAMPOS, 2009, p. 159).

As operações simultâneas internacionais são uma forma do Estado impor sua presença contra as redes de criminosos que praticam os mais diversos tipos de delitos transfronteiriços e transnacionais.



Figura 38: Lançamento da 16ª Operação Simultânea Internacional de 2011 em Alba Posse/Argentina.
Fonte: 4batalhaodefronteirasantarosa.blogspot.com.br.

Cabe destacar que, tanto do lado da fronteira argentina, como do lado da fronteira brasileira, as Forças Armadas atuam em conjunto com os demais órgãos de segurança pública. O Exército Brasileiro realiza operações conjuntas em muitas oportunidades com os demais órgãos do sistema de segurança pública brasileiros, mas a Operação Ágata é coordenada pelo Ministério da Defesa e tem por objetivo o combate aos crimes transfronteiriços nas fronteiras de todo o Brasil, não somente na região do Rio Grande do Sul. As operações do Exército Brasileiro em conjunto com outros órgãos de segurança, seja do governo federal, seja dos governos estaduais, se definem em duas funções que objetivam o combate aos crimes transfronteiriços, colaborando com órgãos como a Receita Federal, além de marcar a presença do Estado na área de fronteira:

Deve se considerar que a barreira montada durante as operações do Exército tem primeiramente a função de demonstrar pedagogicamente a presença do contingente militar do Estado em suas margens. A barreira ostensiva tem sido usada pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Exército Brasileiro em operações e barreiras com a finalidade de “criar o risco” em “policiamento ostensivo”. (DORFMAN, FRANÇA, SOARES, DURAN, 2015, p.105).

Cabe ressaltar, ainda, que as Operações Simultâneas Internacionais de fronteira têm a participação das Polícias Militar e Civil de Santa Catarina e do Paraná, e

também da Polícia Nacional do Paraguai. Entretanto, neste artigo esses órgãos não são tratados devido à ênfase no estudo das Operações Simultâneas Internacionais abordar a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul no Brasil com a Argentina.

Entretanto, a integração da segurança pública em área de fronteira do estado do Rio Grande do Sul não está voltada somente às operações simultâneas de policiamento. Em conjunto com as Polícias da Argentina e do Uruguai, são promovidos cursos voltados ao aprimoramento de técnicas policiais e formação de recursos humanos para a atuação em área de fronteira.

Para atender esta demanda de qualificação e intercâmbio o Curso de Patrulhamento de Fronteiras tem por objetivo desenvolver um padrão de procedimentos comuns para a atuação integrada das instituições atuantes em áreas de fronteira, com vistas a consolidação do Sistema Internacional Regional de Segurança Pública. (BRIGADA MILITAR, 2011).

Esse curso de Patrulhamento de Fronteira foi ministrado pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul no Centro de Treinamento de Patrulhamento Rural em Sant'Ana do Livramento. De acordo com a Brigada Militar, nesta edição, a formação foi voltada a sargentos da Brigada Militar e também a servidores de outras forças policiais de âmbito estadual e federal, além das polícias argentina e uruguaia.

Também estão sendo desenvolvidos no âmbito da Brigada Militar com as demais polícias da Argentina e do Uruguai cursos específicos voltados para a atuação contra crimes transnacionais ligados a roubos de carga internacional, abigeato, patrulhamento ambiental e de bombeiros.

Todas essas atividades também buscam promover a integração e troca de experiências com as demais organizações policiais do Brasil, da Argentina e do Uruguai, sempre visando que o Estado e os países vizinhos alcancem melhores resultados na área da segurança pública para as comunidades sob sua responsabilidade. (BRIGADA MILITAR, 2011).

As operações simultâneas internacionais em área de fronteira na atualidade alcançaram um patamar de forte integração entre os sistemas de segurança pública do Brasil e da Argentina. Como observamos, não é somente a operação da presença dos órgãos de segurança pública no espaço, mas envolve também uma série de

planejamentos operacionais de policiamento ostensivo e de inteligência policial de maneira integrada entre as polícias dos dois países.

A necessidade constante do aprimoramento de técnicas policiais e da qualificação recursos humanos que prestarão serviços aos cidadãos da fronteira também é uma preocupação das polícias brasileiras e argentinas. A fronteira é hoje sinônimo de integração e, portanto, as autoridades policiais estão trabalhando cada vez mais atentas frente a essa nova função da fronteira.

Em relação à Polícia Federal, que é um órgão de Segurança Pública que atua em todo o território nacional, a qual tem a competência de atuação conforme a Constituição Federal de 1988 no art. 144, parágrafo § 1º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: "(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (BRASIL, 1988, art. 144, par. 1).

Conforme o Capitão da Brigada Militar Alexandre Moreira Pereira (2012), a Polícia Federal tem a competência de fiscalizar e colaborar com as autoridades dos Estados nos crimes que sejam de cunho transnacional e de cooperar no país com os serviços policiais que estão relacionados com a criminalidade internacional e interestadual.

É nesse sentido que, em muitas das operações frente às redes de criminosos envolvidas com o tráfico de armas, drogas, contrabando e descaminho, ocorrem operações conjuntas entre a Polícia Federal e a Brigada Militar. Outro fator determinante em muitos casos é a falta de efetivo da Polícia Federal para o trabalho de

campo, levando, assim, a uma maior aproximação desta com a Brigada Militar, tanto na atividade de Inteligência como na atividade Operacional.

Já no caso do Exército Brasileiro, as atribuições para atuação como força policial na Faixa de Fronteira eram até pouco tempo mais limitadas, mas com a Lei de 9 de junho de 1999, que trata sobre a atuação das Forças Armadas na Faixa de Fronteira, isso começou a mudar para uma atuação mais efetiva e legal.

O art.16-A da Lei Complementar 97 de 1999, incluindo pela lei complementar Nº136 de 2010, dá poder de polícia as Forças Armadas:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na Faixa de Fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

I - patrulhamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

III - prisões em flagrante delito. (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

Nesse contexto jurídico, o Exército Brasileiro também possui o poder de Polícia na Faixa de Fronteira, realizando diversas operações na área. Destacam-se operações conjuntas do Exército e da Brigada Militar como a Operação Fronteira Sul. Como mostra o Jornal Tribuna do Pampa:

Além disso, os militares buscam, com essas medidas, a apreensão de armas, drogas, contrabando e qualquer outro produto que esteja circulando de forma ilegal pela fronteira. Além de Dom Pedrito, a operação está ocorrendo em toda Faixa de Fronteira do sul do Brasil. A ação é realizada pelo Exército Brasileiro em conjunto com outros órgãos de segurança pública, como Brigada Militar, Polícia Rodoviária e Polícia Civil. Membros do Ministério da Defesa, da Justiça e da Fazenda também estão engajados na operação. (Jornal Tribuna Do Pampa, de 21/11/2016).

Como podemos observar, o Exército Brasileiro, através da legislação vigente, possui atribuições voltadas à segurança pública em fronteira, fato este que leva a uma maior aproximação com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

5.3.2 Operação Avante da Brigada Militar

A Operação Avante ocorre em todo o estado do Rio Grande do Sul, atacando os pontos mais críticos e as peculiaridades da criminalidade de cada região do estado, conforme o Estado Maior da Brigada Militar:

O Programa Avante, implementado pelo Comando-Geral da Brigada Militar, busca estabelecer novas diretrizes estratégicas para a Instituição, que irão balizar as ações de longo prazo na busca da melhoria do serviço oferecido pela BM aos cidadãos. Para que isso ocorra, foi adotada a gestão por resultados, que envolverá todos os brigadianos na busca por essa meta de qualificação. (Estado Maior da Brigada Militar, 2016)

E ainda o Tenente coronel Ribas expõe que:

A Operação Avante instituída como operação permanente através da Portaria 632/EMBM/2016 (editada pelo Comando da Brigada Militar) com o fim de estabelecer o enfrentamento qualificado à criminalidade em todo o estado do RS, com ênfase nos grupos criminais priorizados pela instituição (baseada na metrologia de Gestão por resultados, de análises criminal e de análises de inteligência), com o emprego qualificado dos recursos disponíveis. (Tenente coronel Ribas, entrevista nº 2, Santa Rosa, 18/04/2017).

A Operação Avante abrange todo o território do estado do Rio Grande do Sul. A Operação Avante apresenta várias denominações que variam de região para região e conforme o foco de combate à criminalidade naquele período. Como, por exemplo, na região da Fronteira Noroeste, a Operação Avante é denominada de Operação Avante Fronteira, já na Região da Campanha na fronteira do Brasil como o Uruguai a Operação Avante é denominada de Operação Avante Rural.

A Operação Avante foca nos crimes que são determinados pelo comando, após uma análise de resultados na Ferramenta Avante. Essa ferramenta é composta por um banco de dados estatísticos, facilitando o seu gerenciamento.

O tenente coronel Ribas explica como ocorre a formulação dos objetivos por Comando Regional:

O objetivo é combater os delitos elencados nos grupos criminais priorizados e, pela característica regional, e os delitos de abigeato, contrabando e descaminho. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 2, Santa Rosa, 18/04/2017).

O 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira atua na Operação Avante conforme as prioridades estabelecidas pelo CRPO-FNO, que através de análises da ferramenta gestão de resultados e análise da atividade de inteligência busca focar a atuação de seus três batalhões subordinados que são o 7ºBPM, o 37ºBPM e o 4ºBPAF.

A Operação Avante este ano de 2017, foi lançada e planejada pelo CRPO/ FNO na sede do 7ºBPM com a participação dos demais comandantes do 4ºBPAF e 37ºBPM como destaca a notícia do Jornal Observador Regional de 04/04/2017:

Nesta terça-feira (04/04), na sede do 7º BPM em Três Passos, estiveram reunidos com o Comando Regional de Polícia Ostensiva – Fronteira Noroeste (Santa Rosa) o Tenente Coronel Vladimir Ribas Comandante Regional e os Comandantes e Oficiais Coordenadores do Programa AVANTE dos Batalhões da região, 37º BPM (Frederico Westphalen), 7º BPM (Três Passos), 4º BPAF (Santa Rosa), com a finalidade de avaliar a atividade operacional desenvolvida nas ações da Operação Avante Combate ao Abigeato, Contrabando e Descaminho e traçar novas estratégias para melhorias na segurança da comunidade dos 56 municípios da região de ação do CRPO/FNO. (OBSERVADOR, 2017).

A Operação Avante de 2017 promoveu a integração entre o 4ºBPAF e policiais argentinos, conforme destaca o Observador:

Nesta tarde de quinta-feira às 14h, ocorreu o lançamento da Operação Avante Tiradentes na área do 4ºBatalhão de Polícia de Área de Fronteira, o ato foi realizado no município de Porto Mauá e contou com a presença da Polícia de Misiones, Argentina e de todas as modalidades de policiamento da Brigada Militar. A Brigada Militar participa da Operação conjunta das Polícias Militares, a partir da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG – PM/CBM). A operação está sendo realizada em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul de 20 a 22 de abril de 2017. Na área do 4ºBPAF serão empregados cerca de 40 policiais nos municípios que compõem o Batalhão. Durante a operação os policiais realizarão barreiras policiais preventivas e ações de repressão à delinquentes através abordagens a veículos e pessoas. O 4ºBPAF tem municípios limítrofes com os Países vizinhos e a operação ocorrerá de forma integrada com a polícia da Argentina, priorizando-se ações de barreiras policiais. (OBSERVADO, 2017).

A figura 39 mostra a participação de policiais argentinos na Operação Avante:



Figura 39: 4º BPAF e Policiais argentinos na Operação Avante 2017.
Fonte: Jornal Observador Regional de 20/04/2017.

O Tenente coronel Ribas nos explica como ocorre a atuação na Operação Avante:

A atuação se dá através da repressão qualificada dos grupos criminais priorizados pelo Comando Regional de Polícia Ostensiva Fronteira Noroeste (CRPO/FNO), com o emprego do efetivo em dias, horários e locais elencados, podendo abranger quaisquer municípios da Área. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 2, Santa Rosa, 18/04/2017).

Ainda cabe lembrar que o fator geográfico regional é um influenciador direto no *modus operandi* da Operação Avante conduzida pelo 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira, conforme destaca o Tenente Coronel Ribas:

Também, em razão da característica da fronteira, tem atuação específica, dentro da Operação Avante, com o foco de combate ao abigeato, contrabando e descaminho através do emprego de Patrulhas Rurais na Fronteira. (Tenente Coronel Ribas, entrevista nº 2, Santa Rosa, 18/04/2017).

Essa declaração do Tenente Coronel Ribas nos fornece o entendimento que a área de atuação do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira na fronteira se caracteriza por ser uma região onde predomina a paisagem rural e de difícil acesso

devido às más condições das estradas e rodovias estaduais. Como já foi citado, as estradas dessa região não são pavimentadas e muitas vezes encontram-se em situação de abandono o que fornece aos criminosos certa vantagem dada por conhecerem os locais mais vulneráveis para a prática dos crimes.

6 APONTANDO AS DIFICULDADES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A ATUAÇÃO DO 4º BPAF NA FRONTEIRA

Neste capítulo, será abordado a atuação do 4º Batalhão de Polícia de área de Fronteira em relação às suas dificuldades operacionais e à questão da atividade de inteligência. Neste capítulo, será exposto, também, algumas soluções encontradas durante a realização da pesquisa.

Nesse espaço de disputa que transpõe o território brasileiro para o território argentino e vice-versa, temos de um lado os criminosos em busca da manutenção dos seus projetos que viabilizam lucros financeiros e, de um outro lado, a Brigada Militar que atua através do 4ºBPAF em um território delimitado no lado brasileiro da fronteira com a missão de polícia ostensiva.

A Brigada Militar realiza esforços para atuar no vácuo deixado por órgãos federais na fiscalização da fronteira. O seu objetivo é barrar a passagem dos criminosos vindos do lado argentino, quebrando assim as redes de contatos que estão ramificadas do lado brasileiro.

O rio Uruguai - um curso de água natural, como foi citado anteriormente - não é obstáculo para os agentes criminosos que buscam ininterruptamente realizar a transposição da margem argentina para a margem brasileira com pequenas embarcações carregadas de contrabando, descaminho, tráfico de drogas e até mesmo com armas. Ainda podemos citar que descaminho é muito forte entre a população local e os pequenos comerciantes da região, fator esse que influencia diretamente na arrecadação de tributos para a região.

A fronteira natural, nesse caso o rio Uruguai, aparentemente parece ser mais fácil de controlar do que uma fronteira artificial, pois nesta última existe uma circulação muito maior de pessoas e de mercadorias e podendo ser acessível a qualquer hora do dia por pedestres, veículos, motocicletas e ônibus. A fronteira artificial, contudo, é caracterizada por ser de difícil controle, por isso conta com uma maior estrutura governamental como postos alfandegários, vigilância sanitária, de polícia, das Forças Armadas.

No entanto, na realidade prática, a fronteira natural (rio Uruguai) é bem difícil, pois não dispõe de muitos postos de controle e, além de tudo, a área territorial é muito

grande e composta por vegetação e com topografia de morros, o que dificulta o acesso. Esta dificuldade de acesso devido à topografia e à vegetação também é imposta à polícia, a qual não consegue efetivamente controlar todo o território, e assim deixa pontos no território que são explorados e utilizados pelos criminosos na fronteira.

Na fronteira natural, o próprio rio é um obstáculo; portanto, não há um grande fluxo de pessoas. A circulação fica restrita basicamente à população local e para transpor a fronteira é necessário possuir meios, tais como embarcações e conhecer bem as características do canal do rio para evitar correntezas. Apesar disso, não é por ser uma fronteira natural que impedirá a ação dos criminosos.

As redes que atuam nessa área são organizadas e dispõem de equipamentos, como barcos de pequeno e médio porte, e pessoas que são conhecedoras da geografia local que trabalham transportando de uma margem à outra mercadorias e drogas. Portanto, se não existir fiscalização, o tipo de fronteira, seja ele natural ou artificial, não é obstáculo para a passagem de indivíduos ou grupos indesejados.

Durante longos períodos passados, podemos verificar que a ação da Brigada Militar junto à fronteira era inexpressiva, devido ao fato de a corporação possuir um caráter bélico e ser uma tropa de segunda linha do Exército Brasileiro. Portanto, a Brigada Militar tinha seus quartéis situados nas principais cidades do Rio Grande do Sul e, dos primeiros anos da república até meados dos anos 50, o seu treinamento e a formação de seu quadro eram voltados para a atividade bélica, fator esse que levou a Brigada Militar a participar de inúmeras revoluções e movimentos militares que aconteceram na história do estado e do país.

Foi somente a partir da década de 1950 que a Brigada Militar passou por uma transição, de instituição de caráter bélico voltada para a guerra para uma instituição de policiamento ostensivo. Nessa época, sua atuação não ocorria em todo o território gaúcho, sendo limitada à capital Porto Alegre e às cidades de maior população do interior, como Santa Maria.

Este fato da Brigada Militar não estar efetivamente presente em todo o território gaúcho pode ser notado na Fronteira Noroeste durante o período da Segunda Guerra Mundial em que a Brigada Militar passou a cuidar de nossas fronteiras, enviando para a Fronteira Noroeste um efetivo para patrulhar e vigiar a fronteira.

Conforme relata Endres:

Era um dia e uma noite de viagem de Porto Alegre a Santa Rosa. A viagem dos brigadianos se dera em segredo. Mesmo assim, deu para haver despedidas choradas de familiares, noivos e amigos, porque afinal, o Brasil entra na Guerra. Era a primeira tropa a se deslocar para a região, desconhecida para a maioria, sem que se soubesse qual era a missão. Em algumas estações, passaram em segredo. Ao chegar a Ijuí, exatamente no Dia do Soldado, a estação estava lotada de gente para ver a passagem da tropa. Várias manifestações, inclusive discursos. (...). Passaram em Giruá fora de hora. Não havia uma viva alma na estação. Chegaram a Santa Rosa, se instalaram no Hospital de Caridade (hoje Vida e Saúde), em construção. Lá ficaram sabendo da sua missão. Era guarnecer a fronteira com a Argentina, que já vinha muito movimentada, com entradas e saídas de elementos estranhos. Inicialmente deveriam guarnecer de Serro Pelado a Três Passos, entretanto, passaram para o lado catarinense, até Itapiranga. (ENDRES, 2015, p. 49-50)

Como podemos observar na fronteira, não existia, na época, guarnição da Brigada Militar. Com o passar dos anos e a urbanização no estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar passou a aumentar seu efetivo e dedicar-se a atuar diretamente no policiamento ostensivo e na atividade de bombeiros, chegando, assim, às mais diversas localidades do estado.

Em relação à Polícia Federal, que tem sua sede em Santo Ângelo/RS e sofre penosamente com a falta de efetivo, é a polícia cuja atribuição definida em lei compete investigar crimes de cunho transfronteiriços e transnacionais que envolvem quadrilhas especializadas internacionais, ligadas por redes com pontos de contato espalhados ao longo da fronteira e ainda muito além, conectando-se com as principais regiões metropolitanas da América do Sul.

As quadrilhas que atuam nessa área são especializadas em tráfico de armas e drogas e mantêm conexões com quadrilhas especializadas em roubos de veículos de outras regiões, veículos estes que servem de moeda de troca por drogas, armas e munições.

Outros criminosos são os contrabandistas de cigarros que atuam em uma escala internacional. É um grupo muito organizado, que tem contatos com informantes e transportadores, além de pessoas que ajudam a esconder a carga e carregar os veículos, assim como transpor o rio Uruguai do lado argentino para a margem brasileira. Estes contrabandistas usam, na maioria dos casos, veículos velhos e adaptados para

realizar o escoamento da mercadoria por portos clandestinos e caminhos improvisados no interior de propriedades rurais até algum depósito escondido, onde realizam o transbordo do contrabando e do descaminho para, então, seguir viagem ao destino final, que é geralmente a Região Metropolitana de Porto Alegre ou o país vizinho, Uruguai.

Na ausência da fiscalização da Receita Federal, que tem apenas um agente que trabalha durante o período diurno, e da Polícia Federal, que não possui efetivo, tanto na área investigativa, quanto na área operacional, a Brigada Militar começou a atuar no vácuo deixado por estas instituições que tem a atribuição de Polícia de Fronteira.

Com a intensificação da aplicação das patrulhas pelo POE do 4ºBPAF na fronteira, há uma série de resultados positivos em relação ao número de apreensões de cargas oriundas de contrabando, descaminho, tráfico de drogas e de armas. Além disso, também há resultados positivos em relação à recuperação de veículos e motocicletas que são furtados no Brasil e enviados à Argentina.

Com esta situação positiva, o Comando Regional de Polícia Ostensiva Fronteira Noroeste/CRPO-FNO intensificou os trabalhos na região da fronteira, aplicando o pessoal de inteligência, mas ainda com poucos recursos materiais e viaturas, em muitos casos, inadequadas para rodar em estradas com péssimas condições de manutenção.

O progresso foi tão grande e positivo que, no ano de 2012, o Comando Geral e Estado Maior da Brigada Militar resolveu elaborar e criar uma doutrina própria para o policiamento na fronteira, que é a DGBM N°26/2012. Essa DGBM 026/2012, mais tarde, em 19 de novembro de 2015, foi atualizada pela Diretriz de Policiamento em Áreas de Fronteira N°034/2015. Esse fato foi um grande passo para o futuro do policiamento na fronteira da Brigada Militar que, ainda devido à legislação, se encontra engessado.

Um exemplo que retomo aqui é o da entrevista de um oficial da Brigada Militar do 4ºBPAF, na qual ele relata que o pessoal da Agencia Local de Inteligência do 4ºBPAF estava investigando uma quadrilha de criminosos da região da Fronteira Noroeste e, no decorrer da Investigação, descobriu que essa quadrilha tinha uma rede de contatos com o crime além da fronteira e que agia em escala internacional, fato que

levou a Brigada Militar a parar com a Atividade de Inteligência de investigação e passar todo o trabalho já realizado para o Ministério Público Federal.

Nesse sentido, vamos salientar que a Brigada Militar deveria ter uma maior liberdade para a atuação na fronteira em relação a investigações que abordam quadrilhas que atuam no lado brasileiro e, ao mesmo tempo, nos países vizinhos. Além de tudo, o Governo Federal precisa urgentemente rever a questão da legislação a respeito das Polícias Militares Estaduais dos estados da federação que têm seu território de atuação na Faixa de Fronteira, pois a legislação prioriza este tipo de serviço de investigação à Polícia Federal.

A legalidade para a atuação das polícias militares na Faixa de Fronteira também como polícia investigativa, inclusive de crimes de cunho internacional, acarretaria em um grande ganho de tempo nas investigações e economizaria recursos humanos, logísticos e financeiros, uma vez que a Agencia Local de Inteligência do 4ºBPAF tem realizado vários tipos de investigações com resultados positivos significativos. O que impede o prosseguimento na investigação é a questão da legalidade perante a legislação.

Esta legalidade, claro, seria dada apenas às Organizações Policiais Militares especializadas em fronteira, e não a qualquer organização, mesmo que situadas na Faixa de Fronteira. Por exemplo, na Fronteira Noroeste, temos três batalhões e somente o 4ºBPAF é especializado em fronteira. É neste momento que entra a Atividade de Inteligência Especializada em Fronteira. A Brigada Militar em questão teria os 4CRPO's, que são: CRPO/FNO, CRPO/SUL, CRPO/FO e CRPO/Missões. Nestes CRPO's, o Comando Geral da Brigada Militar, juntamente com os comandos regionais, definiria um batalhão com a atribuição de sua Agencia Local de Inteligência a realizar esse tipo de Atividade de Inteligência investigativa de quadrilhas de cunho internacional, trabalhando em conjunto com os órgãos federais de segurança.

Essa proposta de poder de polícia por completo, no caso da Brigada Militar, se daria somente às Organizações Policiais Militares subordinadas a esses 4 CRPO's, que são responsáveis por municípios localizados ao longo da Faixa de Fronteira.

No entanto, mesmo atuando no vácuo deixado pela inoperância parcial da Polícia Federal, devido à falta de recursos de toda a espécie para esta instituição, a

Brigada Militar construiu, de maneira independente, para cada uma de suas Organizações Policiais Militares, um modelo de operações na fronteira, de acordo com as características e peculiaridades de cada fronteira no aspecto social, cultural, econômico e no *modus operandi* das redes de criminosos. Como é o caso do 4ºBPAF, que possui um modelo bem peculiar e eficiente de policiamento na fronteira.

Segundo o soldado Gustavo Vogel, da Brigada Militar:

Foi elaborado por nós, porque é diferente a nossa fronteira aqui é tudo estrada de chão, é aquela estrada rural mesmo então passa um carro por vez e tem lugares que não tem como dois carros se cruzarem. E a tendência é tu pegar os carros vindo de frente com as patrulhas que saem para fazer as abordagens, tem que ser feito de frente, no veículo de frente e aumenta muito o risco. E aí a gente acabou adotando uma forma bem peculiar de abordagem, mas é algo nosso daqui. (Soldado Gustavo, Entrevista nº 1, Santa Rosa, 27/01/2016).

Esse modelo peculiar foi desenvolvido pelo seu pessoal militar que, em seu cotidiano, conhece muito bem o território e seus pontos vulneráveis de passagem e portos clandestinos junto à fronteira.

Essa condição fronteira do policial militar é muito importante em relação à vivência prática, desenvolvendo assim a territorialidade. Neste ponto, apesar dos baixos recursos para a atuação na fronteira, a Brigada Militar passa a ter o policial como fator decisivo no momento de dominar o território através de operações, patrulhas e barreiras. Entretanto, não vamos esquecer que os agentes criminosos também têm sua condição fronteira e desenvolvem, também, sua territorialidade. É um jogo onde um lado observa e estuda o outro, elaborando novos *modus operandi* tanto para o controle por parte da polícia, como para a fuga e a aplicação de projetos dos criminosos que visam a obtenção de lucros fáceis.

O POE sozinho não tinha como investigar e acompanhar a evolução nas estratégias do *modus operandi* dos criminosos. É neste ponto de fundamental importância que entra a Atividade de Inteligência desenvolvida pela Agencia Local de Inteligência do 4ºBPAF. A Atividade de Inteligência e Atividade de patrulha na fronteira executada pelo POE do 4ºBPAF passou a ter uma maior eficiência, pois através do serviço investigativo, resultam em relatórios mais precisos sobre as atividades ilícitas dos grupos, indivíduos e das redes de criminosos; sobre a circulação de veículos e

sobre portos clandestinos ao longo das margens do rio Uruguai, locais que os criminosos utilizam para escoar o contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas.

A Atividade de Inteligência é aplicada em campo por uma guarnição composta de dois policiais em uma viatura descaracterizada. Contudo, se atentarmos para um aumento no número de investigações, e mesmo para o cruzamento e a validação dos dados investigados pelos agentes em campo, o ideal seria a aplicação de mais uma viatura e dois agentes. Além disso tudo, como as estradas tem péssimas condições de rodagem, outro fator importante seria a aplicação de um agente de inteligência em motocicleta, o que ocasionaria um fator positivo, pois não levantaria muita suspeita dos criminosos que atuam na região pelo fato de motocicletas serem, em muitos casos, alvos de abordagens da polícia por serem muito utilizadas pelos próprios criminosos.

A Atividade de Inteligência é muito complexa, pois envolve investigações em que os policiais têm que se infiltrar junto a criminosos para coletar informações. Em outras situações, os agentes têm que manter uma rede de contatos muito sigilosa com a população ribeirinha de confiança.

Em relação ao sigilo, é de extrema importância para preservar a identidade dos informantes, não os expondo ao risco de vida junto a rede de criminosos. Além disso, esse sigilo vem também preservar o trabalho e identidade dos policiais, os "P2" da Inteligência. Esse sigilo estabelece um elo de confiança entre o policial e o seu informante.

No entanto, os policiais de Inteligência também têm que manter o sigilo em determinados assuntos para que não sejam vazados através dos próprios colegas policiais, que trabalham como informantes para os criminosos. O principal motivo é que muitos dos informantes da polícia também são criminosos ou informantes das redes de criminosos. Aqui, entra a questão dos recursos humanos e de que o pessoal da Inteligência da ALI/4ºBPAF deve ser muito bem selecionado, com perfil profissional que se enquadre na Atividade de Inteligência da Brigada Militar.

A Atividade de Inteligência ainda tem que preparar a chamada contrainteligência, que é espalhar uma informação falsa para algum informante que os policiais sabem ou desconfiam que esteja envolvido ou que trabalhe para o crime.

Com base nessa conRAINTeligência, a polícia também se beneficia em seu trabalho, deixando os criminosos receosos e confusos em relação ao próximo passo e ação da polícia ou mesmo daria a certeza de tal ação da polícia na fronteira (nesse caso, uma ação falsa).

A Atividade de Inteligência do 4ºBPAF, como a analisada, é de primordial importância para o planejamento das operações policiais do POE /4/BPAF na fronteira. Sem um eficiente trabalho da ALI/4ºBPAF, não se pode ter um planejamento eficaz que leve a um resultado positivo frente ao combate aos criminosos. Segundo o Coronel Sérgio Campos:

Ta bem seletivo o trabalho com informações, hoje trabalha mais com a informação da denúncia, que se faz um trabalho mais focado em determinado ponto no território. (Coronel Campos, entrevista nº1, Santa Rosa, 27/01/2016).

A Atividade Operacional realizada pelo POE, como verificamos, é efetuada por uma patrulha composta de uma viatura identificada como de polícia e caracterizada com as cores da Brigada Militar. Nela, atuam três policiais militares fardados que ficam em pontos estratégicos no terreno, preestabelecido de acordo com as investigações da ALI/4ºBPAF.

O que poderia aperfeiçoar e melhorar o trabalho do POE seria o emprego de mais uma patrulha composta por uma viatura e por mais dois policiais militares fardados, o que resultaria em uma melhoria na distribuição de forma estratégica sobre o território, podendo, assim, cercar criminosos no lugar através de bloqueio de saídas, o que geralmente é um trabalho muito árduo com uma viatura devido ao emaranhado de estradas que existem na região.

Um fator que foi constatado e analisado é a questão dos recursos financeiros destinados ao pagamento da folha de pessoal em relação às horas extras para os policiais militares. A questão é que, em muitos casos, os policiais têm que permanecer no campo em situação de campanha por mais de 24 horas até conseguirem investigar o que precisam, e no caso do pessoal da inteligência e do POE para realizar barreiras, interceptar, ou estar em campanha em algum ponto de passagem ou porto clandestino para realizar as prisões, também fazem horas extras.

Este fator gera custos em relação às horas extras, o que, em muitas situações, devido à falta de recursos, faz Brigada Militar reduzir o número de operações realizadas na fronteira. Neste sentido, falta um programa que atenda diretamente as Organizações Policiais Militares que atuam na fronteira em relação a recursos financeiros para horas extras e diárias. O policial bem remunerado e com uma diária digna com certeza reverte em seu serviço uma maior qualidade.

Outro fator preocupante é a questão, como foi referido anteriormente, da ENAFRON. Enquanto existia a ENAFRON, o 4º BPAF estava em uma situação boa em relação às viaturas, equipamentos, recursos financeiros e logísticos. Mas como todo o Programa é de Governo, e não um Programa institucionalizado de Estado, a questão fica difícil, pois quando entra um novo Governo, muda o contexto dos programas de investimento e gera incertezas na continuidade do programa.

A ENAFRON, no âmbito da Brigada Militar em suas Organizações Policiais Militares na fronteira e nas localizadas um pouco mais afastadas, mas ainda na Faixa de Fronteira, foi de fundamental importância frente à renovação da frota, à captação recursos financeiros e à formulação de uma Doutrina de Policiamento de Fronteira. Para um batalhão como é o caso do 4ºBPAF, que é responsável por 140 quilômetros de linha de fronteira e atende 20 municípios, fica extremamente difícil trabalhar somente com os recursos da instituição Brigada Militar.

Em relação à integração internacional entre a Brigada Militar, a Polícia de Misiones e a Gendarmeria Nacional Argentina, deve existir com mais força e coesão, mas deve ser repensada a forma de atuação nas operações, pois, em uma análise, as operações conjuntas de menor porte, e que ocorrem de surpresa, são muito mais eficazes e têm um maior número de prisões e apreensões de drogas, contrabando e descaminho do que uma operação de grande envergadura. As operações conjuntas de grande porte implicam em muitos custos logísticos e servem apenas para a demonstração da presença do estado na fronteira, pois congela a atividade criminosa.

As operações conjuntas de menor porte em caráter de Força Tarefas demandam menor quantidade de recursos humanos e mobilidade no território, fator que implica diretamente no menor custo da logística.

Outro ponto positivo do emprego de pequenas operações conjuntas seria uma maior frequência na escala de tempo, além de uma maior flexibilidade de atuação no território de forma coordenada internacionalmente. Não precisando, assim, mobilizar uma guarnição inteira de polícia para atuar na fronteira.

Em relação à Operação Avante, organizada e executada pela própria Brigada Militar em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, ocorre de acordo com os resultados estatísticos e o tipo de crime mais comum em cada região corresponde à responsabilidade do seu CRPO. Para que a Operação tenha êxito em seus resultados, o Comando Geral da Brigada Militar implantou a Ferramenta Avante, na qual o banco de dados é alimentado por Organizações Policiais Militares, e seus respectivos Comandos Regionais de Polícia Ostensiva, com informações de ocorrências, prisões, autuações, roubos e furtos, tráfico de drogas, armas e munições e contrabando e descaminho (estes dois últimos fatores mais comuns em área de fronteira).

Como no caso da Fronteira Noroeste, a Operação Avante tem como objetivo o combate ao abigeato e crimes de cunho transfronteiriço, contrabando e descaminho. Lembrando, ainda, que a Operação Avante tem uma variação conforme a época e a região do estado onde ela é empregada. Por exemplo, na área do 4ºBPAF foi lançada a Operação Avante Rural, em outras regiões de área de fronteira do estado foi lançada a Operação Avante Tiradentes, com o mesmo nome da operação realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em relação à denominação das Operações, vejo como uma política de gestores, que acabam mudando o nome a cada troca de governo ou comando da Brigada Militar. A Operação Simultânea, por exemplo, ocorreu por mais de dez anos com essa denominação, o que acabou por criar uma identidade da operação com a região de fronteira e as instituições nela envolvidas.

Hoje, o que percebemos é a questão política, em que os dirigentes políticos do estado do Rio Grande do Sul, gestores da Secretaria de Segurança Pública e Gestores da corporação pensam nas operações como um fator para a administração do momento, e não como algo que crie um vínculo ou história com a localidade. Existe na fronteira uma crise na questão da segurança em relação à continuidade do trabalho de policiamento na fronteira. Crise gerada pela falta de recursos, sejam eles humanos,

financeiros ou materiais. Na região, na escala local, existe a preocupação dos pequenos produtores rurais frente aos seus bens e à questão do abigeato que atinge as propriedades. O abigeato atinge diretamente a sociedade em relação à questão sanitária quanto ao processo do abate, transporte e manipulação da carne roubada e distribuída em pequenos comércios da região.

A questão dos agrotóxicos vai além da escala local. Agricultores mal-intencionados utilizam agrotóxicos proibidos no Brasil que são contrabandeados por valores muito abaixo do mercado. Esses agrotóxicos são utilizados indiscriminadamente nas lavouras visando o lucro máximo para o produtor com a colheita.

Outro fator é a questão dos bens materiais, como automóveis, motocicletas e pick-ups de grande porte e valor de mercado que são roubadas por quadrilhas especializadas das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul e da Grande Santa Rosa e, depois, são enviados com papéis frios e placas clonadas para o lado argentino, onde são trocadas por drogas. O maior índice de roubo de motocicleta é local, devido à facilidade de transpor o rio Uruguai e negociar no outro lado por drogas, como maconha e cocaína. Existe a crise na segurança, que gira em torno da falta de continuidade ou mesmo da queda pela metade dos investimentos destinados aos programas para a segurança e o bem-estar do cidadão fronteiriço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados sobre o policiamento do 4º BPAF da Brigada Militar na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul no limite do Brasil com a Argentina, percebemos que a fronteira se caracteriza por ser um importante ponto de passagem e circulação de pessoas e mercadorias, cuja importância foi aumentada com o advento do MERCOSUL. Não podemos deixar de citar que, anteriormente ao acordo do MERCOSUL, a livre circulação já era facilitada por acordos entre Brasil e Argentina, contudo, agora mais do que nunca, essa fronteira ganha uma enorme importância na integração da região. A integração econômica, cultural, social e circulação de mercadorias dentro da legalidade na fronteira é de fundamental importância para a região e para seu desenvolvimento econômico. O problema surge quando se considera a livre circulação de criminosos transfronteiriços e transnacionais que prejudicam de alguma forma nossa sociedade.

Como já foi visto anteriormente, a Fronteira Noroeste tem como característica geográfica o relevo acidentado que margeia o rio Uruguai. A região tem como característica a atividade econômica ligada à pecuária e ao cultivo do trigo e soja em grande escala. Já nas pequenas propriedades existentes em comunidades ao longo das margens do rio, é praticada a agricultura de subsistência. É nesse contexto que ocorre a disputa entre polícia e criminosos. Disputa essa não por território, mas sim através de estratégias de fuga por parte dos criminosos e estratégias de caçada por parte da polícia, como um duelo interminável.

Como foi possível analisar, o policiamento na fronteira da Brigada Militar executado pelo 4ºBPAF até o ano de 2009 era voltado para o policiamento ostensivo no circuito urbano das cidades principais como Santa Rosa e com patrulhas rurais no interior dos municípios ao longo da fronteira junto às margens do rio Uruguai. Para solucionar este problema o Comando Regional de Policiamento Ostensivo Fronteira Noroeste - CRPO/FNO e o Comando do 4ºBPAF resolvem implantar as patrulhas rurais volantes que começaram a atuar de maneira mais forte e marcar presença direta na região ao longo da fronteira.

A ação dessas patrulhas rurais foi muito positiva, pois começaram a surgir resultados significativos não somente frente ao primeiro objetivo, que era o combate

aos furtos e roubos de agrotóxicos de propriedades rurais, mas também frente ao combate a uma nova modalidade de criminosos que atuam em redes bem organizadas, aproveitando a ausência ou inoperância dos órgãos federais de segurança para aplicar seus projetos criminosos, que movimentam valores milionários em mercadorias, frutos de contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições e principalmente de drogas.

Os fatores citados levaram o comando do 4º BPAF a criar e organizar no ano de 2009 o POE - Pelotão de Operações Especiais, subordinado na estrutura do 4ºBPAF à 1ª Cia de Polícia Militar com sede em Santa Rosa, mas na prática, o POE está subordinado diretamente ao comandante do batalhão.

Em 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao ENAFRON – Estratégia Nacional de Fronteira do PEF - Plano Estratégico de Fronteira do Governo Federal. Essa adesão foi fundamental para a Brigada Militar, principalmente para as suas Organizações de Polícia Militar localizadas na fronteira.

Através do programa ENAFRON, o 4ºBPAF teve sua frota de viaturas e seus equipamentos renovados. Em relação aos recursos humanos, foram realizadas várias formações e cursos para oficiais e praças que se tornaram multiplicadores de conhecimento em suas organizações policiais militares localizadas próximas à fronteira ou na Faixa de Fronteira. Em contrapartida, a Brigada Militar deveria fomentar a capacitação de seus recursos humanos através da pesquisa na área de segurança pública em fronteira, além de criar e difundir uma doutrina para o policiamento na fronteira. Nessa ocasião, o departamento de ensino da Brigada Militar, através da Academia de Polícia Militar, desenvolveu uma linha de pesquisa em seus cursos de formação de oficiais, o CSPM - Curso Superior de Polícia Militar e os Cursos de pós-graduação para oficiais que são o CAAPM – Curso Avançado de Administração Policial Militar e o CEPGSP- Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública.

Quando estava realizando o trabalho de entrevista de campo com os militares do 4ºBPAF, senti uma certa angústia quando era abordado o assunto ENAFRON, esta angústia partia da possibilidade da redução de recursos financeiros e investimentos na manutenção e renovação da frota. O que falta, então, é um programa que seja

institucionalizado, independentemente de quem está dirigindo. O Estado tem que dar continuidade.

Como pudemos analisar, foi um momento muito decisivo e que resultou em um enorme crescimento em relação à pesquisa e trabalhos acadêmicos de conclusão de curso no âmbito do ensino da Brigada Militar com a temática de policiamento e segurança pública em fronteira.

Em relação à questão doutrinária de policiamento na fronteira, a Brigada Militar evoluiu, como podemos observar, em questão de três anos, após a primeira elaboração da DGBM 026/2012 e, depois, em 19 de novembro de 2015, com a reformulação da doutrina na Diretriz de Policiamento em áreas de Fronteira nº034/2015.

Essa diretriz seria um conjunto princípio lógico de orientações para o policiamento em áreas de fronteira, servindo de base para os comandantes, oficiais subalternos e praças que atuam na Faixa de Fronteira. Essa diretriz enfatiza bem o papel do comandante das Organizações Policiais Militares da Brigada Militar ao longo da fronteira. Os comandantes, nas mais diversas patentes dentro da hierarquia da Brigada Militar, são responsáveis por manter o contato com a sociedade, buscando a integração para com ela e obtendo, assim, uma colaboração mútua entre a polícia e os cidadãos fronteiriços.

Outro fator é a questão da integração com as autoridades e os agentes policiais das polícias dos países vizinhos, em que o comandante tem a missão de manter esse contato, construindo, assim, uma rede de mútua ajuda entre as polícias de ambos os países limítrofes. Ressalto aqui a importância de valorizar as comunidades fronteiriças, pois a população da fronteira, e a própria fronteira, não pode ser vista como região marginalizada. A polícia não pode atuar na fronteira como se toda a população participasse de tais redes criminosas, neste espaço não deve ocorrer a atuação de uma polícia truculenta com todos, mas sim, uma polícia participativa, com os comandantes integrados à sociedade e voltada à defesa do cidadão.

Em relação aos crimes de proximidade e de passagem, foi uma classificação usada para enumerar e dividir os crimes em dois grupos. Os crimes de proximidade são aqueles que ocorrem na fronteira de um lado para o outro e vice-versa em escala local, tendo sua influência na Região da Grande Santa Rosa e na própria Fronteira Noroeste.

Os crimes de passagem, por sua vez, são aqueles que ocorrem na fronteira ou em pontos distantes dela e, como o nome já diz, são de passagem e vão repercutir em outras regiões localizadas distantes da fronteira.

Um crime de passagem que podemos citar é o caso do contrabando do cigarro que é oriundo do Paraguai. Essa mercadoria fabricada no Paraguai onde é vendida para os criminosos. Os criminosos, por sua vez, transportam clandestinamente a carga em território argentino, que chega ao Brasil como contrabando, pela Fronteira Noroeste do RS. Este cigarro tem sua comercialização proibida em território nacional. A partir da Fronteira Noroeste, estes cigarros seguem viagem para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para o país vizinho, o Uruguai.

Esta divisão entre o crime de proximidade e o de passagem não ocorre a partir do tipo de crime, mas sim através da escala que o crime pode atingir e influenciar. Então, um mesmo crime pode ser classificado como crime de passagem ou crime de proximidade, o que vai diferenciar os dois grupos é a questão da escala.

Em relação ao roubo de veículos e motocicletas, podemos perceber o seguinte: a maioria das motocicletas é roubada da Região da Fronteira Noroeste e na Grande Santa Rosa. Em entrevista com os policiais militares da Brigada Militar, ficou constatado que essas motocicletas servem de moeda de troca pela droga. Essas motos entram com facilidade em território argentino, uma vez que não passam pela alfândega via balsa.

O *modus operandi* dos criminosos é passar as motocicletas via caico, e para realizar esta operação, não precisa de hora exata, podendo ser a qualquer momento. Essa facilidade faz com que os criminosos escondam as motocicletas no mato e depois, quando a polícia não está presente, aproveitem para realizar a transposição do rio Uruguai.

Em relação ao furto e roubo de veículos, normalmente ocorre na Grande Santa Rosa ou na Região Metropolitana de Porto Alegre. São veículos novos, geralmente pick-ups que têm suas placas clonadas e aquecidas por quadrilhas especializadas.

Estes veículos, por serem de grande porte, são obrigatórios a transpor o rio Uruguai via balsa e, normalmente, passam quando não há fiscalização ou com

documentos falsos e placas clonadas. Estes veículos são trocados por drogas, como maconha e cocaína.

Outro fator que foi mencionado no decorrer do trabalho é a questão da Diretriz Geral de Inteligência Policial N°37/2016. Esta diretriz traz uma série de conceitos, normas e princípios que norteiam a Atividade de Inteligência Policial, que está voltada para a atuação dentro da legitimidade e legalidade. O interessante é que esta Diretriz 037/2016 aborda o conceito de Estado Democrático de Direito. O que se pode notar é que, se cumprido esse princípio, a polícia realmente trabalharia com o intuito de preservar os direitos dos cidadãos, sem violar a vida pessoal de cada pessoa.

As Operações Simultâneas Internacionais, por exemplo, são operações que envolvem uma grande logística. Fator esse que pode ser percebido no território pela mobilização de homens e o aumento do número de viaturas que estão em atividade de patrulha e barreiras. Esse intenso movimento de tropas e essa grande logística ocorrem simultaneamente dos dois lados da fronteira, tanto do lado brasileiro pelos órgãos de segurança pública estaduais e federais, quanto por parte dos órgãos de segurança da Argentina. Além disso tudo, repercutem muito na mídia local e regional em ambos os territórios dos países.

Devido a esses fatores, parece que essas operações ocorrem para fortalecer a presença do Estado em suas fronteiras, além da questão política, como a necessidade de divulgar para a sociedade resultados positivos em relação a prisões de criminosos e combate ao crime transfronteiriço e transnacional. O motivo que exponho a minha opinião é que, devido o envolvimento de muitas Organizações de Polícia Militar da Brigada Militar na fronteira, com muitos militares e o grande movimento logístico, sempre ocorre um vazamento de informações privilegiando alguns criminosos que atuam na fronteira. E, neste momento, os criminosos congelam todas as suas atividades criminosas na fronteira.

Novamente, falamos que a questão de segurança pública em área de fronteira deve ser uma política institucional de Estado, ou seja, que tenha uma duração longa no tempo, seja eficiente e crie uma identidade com as localidades junto à fronteira. O que é ameaça para a população são os grupos criminosos, que atuam buscando vantagens e lucros, aliciando, em muitos casos, a população local para atuar em seu favor e fazer

parte de suas atividades ilícitas, aproveitando a falta de investimentos em empregos e geração de renda para cooptar mais facilmente mão de obra para o crime.

A fronteira não é ameaça para a população, e sim um lugar que tem uma população com sua história, cultura, economia e sociedade, que tem uma integração muito forte com a população do outro lado da linha de fronteira, fator este inegável e que faz parte do cotidiano e da geograficidade do cidadão que nela está inserido.

A fronteira neste ponto merece ser reconhecida pelas autoridades como um espaço de integração e de importância, assim como as outras regiões do país e do estado do Rio Grande do Sul. As políticas devem ser de Estado para combater os delitos que ocorrem por grupos criminosos que atuam na fronteira, ou mesmo distante dela e desmistificar a questão de a fronteira ser um espaço de crimes e que a maioria da população seja favorável ou compactue com tal situação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA LOCAL DE INTELIGÊNCIA DO 4º BPAF. **Relatório de Inteligência 2013. ALI/ 4ºBPAF.** 2013.

AGÊNCIA LOCAL DE INTELIGÊNCIA DO 4º BPAF. **Relatório de Inteligência 2014. ALI/ 4ºBPAF.** 2014.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **A Fronteira Gaúcha como Espaço Crítico de Defesa da Segurança Nacional: Repressão e Resistência nas cidades Geminadas de Santana do Livramento – Riveira (1964 – 1968).** Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37163/000819478.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BATALHÃO DA FRONTEIRA DE SANTA ROSA. **Lançamento da 16ª Operação Simultânea Internacional em 2011 em Alba Posse/Argentina.** Disponível em: <<http://4batalhaodefrenteirasantarosa.blogspot.com.br/2011/04/4-bpaf-participa-na-argentina-de.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

BEILFUSS, Helena. **Avaliação da ostensividade do Processo de Policiamento Montado executado pelo 4ºRPMON na Área de Porto Alegre frente aos processos de Policiamento Motorizado e a Pé.** Porto Alegre: Departamento de Ensino da Brigada Militar /Academia de Polícia Militar, 2008.

BERTÊ, A.M.A.; LEMOS, B.O.; TESTA, G.; ZANELLA, M.A.R.; OLIVEIRA, S.B. Perfil Socioeconômico - COREDE Fronteira Noroeste. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p.258-295, fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

_____. Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. **Dispõe sobre o Código Penal Brasileiro.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. Lei Nº 6.634, de 2 de maio de 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135**, de 3 de dezembro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Decreto Nº 7.496, de 8 de junho de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Fronteiras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. Lei Complementar Nº 136, de 25 de Agosto de 2010. **Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRIGADA MILITAR. Disponível em: <<http://www.brigadamilitar.rs.gov.br>>. Acesso em: 05 set. 2015.

_____. **Revista Comemorativa dos 55 anos do 9ºBPM**. Porto Alegre: 2010.

_____. **Estado Maior da Brigada Militar**, 2016. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/NoInternet/Index.aspx?idNoticia=4vb8cKhzGVg=>>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

_____. **Diretriz Geral da Brigada Militar Nº 026/PM3/2012**. “*Políticas de segurança pública em área de fronteira*”. (org.) Campos, Sérgio Flores de Campo. Porto Alegre: Brigada Militar, 2012.

_____. **Diretriz de Policiamento em Áreas de Fronteira Nº 034/2015**. Porto Alegre: Brigada Militar, 2015.

_____. **Diretriz Geral de Inteligência Policial Nº037/2016**. Porto Alegre: Brigada Militar, 2016.

_____. **Brigada Militar participa de Operação Simultânea em Áreas de Fronteira**. Comunicação Social Brigada Militar. Edição: Palácio Piratini, 18 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81&id=15965>>. Acesso em: 3 set. 2015.

_____. Brigada Militar. **Portaria 212/EMBM/2005**. Porto Alegre: Brigada Militar: 2005.

BRIGADA MILITAR PROMOVE CURSO DE PATRULHAMENTO DE FRONTEIRAS. Disponível em: <<http://policiadefronteira.blogspot.com.br/2011/07/brigada-militar-promove-curso-de.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CAMPOS, Sérgio Flores de. Ações Integradas: Segurança pública em área de fronteira. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3. Edição 4. fev./mar., 2009. (p.152-164). Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/45/43>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto int.** vol. 33, nº.2, Rio de Janeiro July/Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200005>. Acesso em: 22 nov. 2015.

DALLABRIDA, Valdir R.; BÜTTENBENDER, Pedro L. **Planejamento Estratégico Territorial. A experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste-RS-Brasil**. DCS-DEAd. Ijuí/RS. Editora UNIJUI, 2006 (Série Relatórios de Pesquisa).

DIETZ, Circe Inês. **Cenários Contemporâneos da fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça**. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2008.

DORFMAN, Adriana. **Escala Regional e Estratégias Nacionais: A Triticultura Gaúcha e o Mercosul**. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1995. 185p.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Borba Colen. Espaço e Segurança Pública na Fronteira Gaúcha. **Revista GEONORTE**, Edição Especial 3, V.7, N1, p. 1095-1115, 2013. Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/ESPA%C3%87O%20E%20SEGURAN%C3%87A%20P%C3%9ABLICA%20NA%20FRONTEIRA%20GA%C3%9ACHA.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2016.

DORFMAN, Adriana. FRANÇA, Arthur Borba Collen. SOARES, Guilherme. DURAN, Roberta Corseuil. Redes de Poder e estratégias espaciais dos fiscais municipais em Sant'Ana do Livramento (RS). **Revista de Geographia**, ano 17. nº 33. p. 98-125. UFF: 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/490>>. Acesso em: 08 set. 2016.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Borba Colen. Panorama, Percurso e Possível Agenda para os Estudos Fronteiriços Brasileiros. **Anuário Umbral das fronteiras brasileiras 2014** organizado por Adriana Dorfman – Porto Alegre: Editora Letra1; Instituto de Geociências/UFRGS, 2015. 132p.

ENDRES, João Tarciso. **Biografia da Brigada Militar**- Coronel Octacílio Rodrigues da Silva. Trabalho de conclusão de Curso. Curso de História. Departamento de Humanidades e Educação. Ijuí: UNIJUI, 2015.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Constituição do Estado, 03 de outubro de 1989. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado/ CORAG, 1989.

_____. Decreto Estadual n.º 42.871, 2004. **Dispõe sobre a reestruturação da Brigada Militar.**

_____. Lei n.º 10.991, 1997. **Dispõe sobre a organização básica da Brigada Militar do Estado.** Porto Alegre: 1997.

_____. Lei Complementar n.º 10.992, 1997. **Plano de Carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 1997.

_____. Decreto Estadual N° 38.107/98, **dispõe a atribuição legal de competência da Brigada Militar.**

GENDARMERIA NACIONAL ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.gendarmeria.gob.ar/institucional/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

Jornal Tribuna do Povo. **Exército desencadeia Operação Fronteira Sul.** Disponível em: <<http://www.tribunadopampa.com.br/?s=pelo+Ex%C3%A9rcito+Brasileiro+em+conjunto+com+outros+%C3%B3rg%C3%A3os+de+seguran%C3%A7a+p%C3%ABlic+a%2C+como+Brigada+Militar%2C>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

Jornal Observador Regional. Comando Regional Fronteira Noroeste promove reunião da Operação Avante no 7º BPM. Jornal Observador Regional de 04/04/2017. Disponível em: <<http://www.observadorregional.com.br/noticia/10729/comando-regional-fronteira-noroeste-promove-reuniao-da-operacao-avante-no-7a-bpm>>. Acesso em: 20 maio 2017.

Jornal Observador Regional. **4º BPAF e Policiais argentinos na Operação Avante 2017.** Jornal Observador Regional de 20/04/2017. Disponível em: <<http://observadorregional.com.br/noticia/11069/4abatalhao-de-polacia-de-area-de-fronteira-lanaa-operacao-avante-tiradentes>>. Acesso em: 20 maio 2017.

MADERS, Luis Ernildo. **Policiamento Ambiental Embarcado em Área de Fronteira.** Porto Alegre: Academia de Polícia Militar/Centro Universitário FEEVALE, 2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Faixa de Fronteira:** Programa de promoção do desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF. Disponível em: <<http://www.min.gov.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

MOREIRA, Luis Felipe Neves. **Processos gerenciais na tomada de decisão na área de policiamento de fronteira.** / Luis Felipe Neves Moreira. Porto Alegre: Departamento de Ensino da Brigada Militar / Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2011.

MUNARI, Diego Gonzalez. **Gestão, Inteligência Policial E Área De Fronteira: Uma Descrição Das Dificuldades Nos Comandos Regionais Da Fronteira Oeste E Fronteira Noroeste Da Brigada Militar.** Porto Alegre: Departamento de Ensino da Brigada Militar, 2012.

NOVAES, André Reyes. **Fronteiras Mapeadas:** Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-graduação em Geografia. 2010. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/772033.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PATRICO, Josemário da Silva. **Inteligência de Segurança Pública.** Revista Brasileira de Inteligência/Agência Brasileira de Inteligência. Vol. 2, n3 (set. 2006) – Brasília: Abin, 2006. (p 53-58).

PAULO MARQUES NOTICIAIS. Brigada Militar elabora planejamento estratégico. Reunião do Estado Maior do 4º BPAF para o Planejamento Estratégico 2015/2016.

Disponível em: <<http://www.paulomarquesnoticias.com.br/noticias/5830/4>>. Acesso em: 20 maio 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Santos Roberto. Brigada Militar: **Coleção 150 anos Brigada Militar**. José Hilário Retamozo (org.) Porto Alegre: Presença, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHERNN, Mauro Ademar. **Gestão em Segurança Pública: Indicadores de Desempenho para um Batalhão de Polícia Militar que Atua em Área de Fronteira – 4º BPAF/Santa Rosa**. Porto Alegre: Academia de Polícia Militar/Centro Universitário FEEVALLE, 2013.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada Militar: Trajetória Histórica e Evolução na Constituição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SMART, Alan; LIN, George C.S. Capitalismos locais, cidadania local e translocalidade: mudança escalar de baixo para cima na Região do Delta do Rio da Pérolas, China. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 41, n. 1, Jan. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/43811>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórica- geográfica**. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdfrebecaliadisbibliog.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2015.

STEIN, André Luiz. **A Brigada Militar e a Polícia de Fronteira: Atuação Frente à Competência Legal**. Porto Alegre: Instituto de Pesquisa da Brigada Militar/ Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Porto Alegre, 2012.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS OFICIAIS NO 1º TRABALHO DE CAMPO

a) Questões para os Oficiais do QOEM gestores

1. Como é organizado o policiamento de fronteira pelo 4ºBPAF?
2. Quais as principais dificuldades no trabalho de policiamento de fronteira?
3. A polícia tem recursos suficientes para atuar na fronteira?
4. Qual a relação da Polícia de Fronteira com a comunidade fronteiriça?
5. Qual a relação do 4º BPAF com a ENAFRON?
6. Existem outros programas além da ENAFRON que destinam recursos pra a fronteira?
7. E quanto aos recursos humanos existe uma formação e preparação específica do policial militar no policiamento na fronteira?
8. Existem mapas do crime elaborado pelo setor de inteligência do 4ºBPAF?

b) Questões para os Oficiais do POE e da Inteligência

1. Fale um pouco de sua experiência profissional e da rotina de seu trabalho e do 4ºBPAF?
2. Como é atuação do POE e da ALI na fronteira?
3. A Brigada Militar recebe apoio da Polícia Federal em relação a informações dos criminosos na fronteira?
4. Como a comunidade ribeirinha observa o trabalho do POE?
5. Em relação a Geografia da Região existe alguma dificuldade de atuação nas operações?
6. Qual a origem das mercadorias de contrabando, descaminho e da maconha apreendida?
7. Como é o *modus operandi* da transposição do gado pelo rio Uruguai?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PRAÇAS (SOLDADOS E SARGENTOS) DO 1º TRABALHO DE CAMPO

a) Questões para o pessoal que atua na atividade de inteligência.

1. Fale um pouco da sua rotina e do batalhão na atuação no policiamento de fronteira?
2. Existe uma peculiaridade na forma de patrulha na fronteira ou a técnica empregada é a mesma como nas demais regiões do RS?
3. Ocorre uma integração com as polícias e Gendarmeria Nacional da Argentina? Em nível do serviço prático da Inteligência?
4. Qual a relação da polícia de fronteira com a comunidade ribeirinha?
5. Qual é a época do ano em que ocorrem mais crimes? E qual o turno?
6. De onde são as pessoas que fazem o crime e em que lugares ao longo da fronteira?
7. Existem mapas do crime elaborado pelo setor de inteligência do 4ºBPAF?
8. Quais são as principais dificuldades do trabalho de inteligência na Área de Fronteira?
9. As operadoras argentinas em relação à área de abrangência tem sinal em território brasileiro? Como é feito as interceptações?

B) Questões para o pessoal do POE

1. O senhor já atuou em uma operação conjunta com algum órgão do Governo Federal ou dos países vizinhos?
2. Em sua atuação no POE pode observar em que época ocorre mais os crimes e quais os tipos de crimes que acontecem com maior frequência?
3. O senhor acha que com a criação da ENAFRON teve uma melhoria no equipamento e no seu trabalho no cotidiano?
4. Em relação atuação do POE qual é a maior dificuldade de atuação na fronteira?
5. Em relação a preparação e treinamento para atuar em patrulhas de operações especiais na fronteira o senhor realizou algum curso ou treinamento?
6. Como é a relação da Polícia de Fronteira com a comunidade principalmente a ribeirinha?
7. Em sua visão qual a importância de seu trabalho na inteligência ou no POE?
8. E na forma de abordar e identificar o delito na fronteira foi também elaborado por vocês?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS OFICIAIS NO 2º TRABALHO DE CAMPO

Questionário 1

1. O que deve ser reprimido pela Brigada Militar na Fronteira?
2. Quais os tipos de mercadorias e quais situações no contrabando que mais ocorrem na fronteira?
3. Quais os tipos de drogas que passam a fronteira e qual sua origem?
4. A integração com as Polícias argentinas e os demais órgãos de segurança pública com a Brigada Militar nas operações Simultâneas é para quais tipos de crimes?
5. Quais as ações da Brigada Militar contra o contrabando?

Questionário 2

1. Como funciona a atividade de Estado Maior do batalhão?
2. Como funciona a atividade de Inteligência?
3. Como funciona a atividade de Operações Especiais?
4. Quais os tipos de dificuldade do 4/BPAF atualmente?
5. Quais as mercadorias são contrabandeadas do Brasil para a Argentina?
6. De que forma o descaminho é identificado e quais mercadorias mais frequentes?
7. Como é realizado o treinamento dos policiais militares do batalhão? E quais são as instruções dos treinamentos?

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão e orientação da professora Dra. Adriana Dorfman, cujo objetivo é estudar a atuação do 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira da Brigada Militar e sua atuação frente aos crimes transfronteiriços e transnacionais.

Sua participação envolve uma entrevista. A mesma será gravada, se assim o(a) sr(a). permitir. A participação nesse estudo é voluntária e o(a) sr(a). decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente o(a) sr(a). estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores Sergio Roth Pinto fone (51)96853790, Adriana Dorfman (51)33086334 ou pela entidade responsável – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, fone (51)33086347.

Atenciosamente

Sergio Roth Pinto
Mestrando

Adriana Dorfman
professora orientadora

- **Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.** () Sim () Não.
- **Autorizo a gravação da entrevista concedida.** () Sim () Não
- **Desejo que as opiniões emitidas não sejam relacionadas ao meu nome, preservando minha identidade.** () Sim () Não

Participante

Local e data

APÊNDICE 5 - RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

As entrevistas foram realizadas somente com policiais militares que atuam no 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira e foram divididas em duas grandes categorias sendo elas: a dos Oficiais e a dos praças. O objetivo foi analisar os conteúdos das entrevistas visando buscar as diferenças de percepção em relação ao policiamento de fronteira, pois o grupo de Oficiais composto pelos tenentes, capitães, majores, tenente-coronel e coronel realizam trabalhos voltados a gestão administrativa, de recursos humanos, financeiros, logísticos e coordenam as operações na corporação. Já o grupo dos praças que é composto pelos soldados e sargentos estão ligados mais ao trabalho operacional de policiamento e de Inteligência. Este trabalho operacional consta de atividades de Inteligência Policial, policiamento ostensivo, patrulhas e operações especiais na fronteira. No grupo de Oficiais foi dividido em duas subcategorias a dos Oficiais de QOEM gestores (coronel, tenente coronel) e os Oficiais coordenadores (tenentes) do serviço de inteligência e do POE. Já no grupo dos praças foi dividido o roteiro de entrevistas com perguntas para o pessoal que atua na inteligência e para os que atuam no operacional (POE).

Durante a realização das entrevistas com os questionários preestabelecido foram surgindo novas dúvidas e questionamentos que deram origem a novos questionários tanto para o grupo de Oficiais e dos Praças. Em determinados momentos da pesquisa surgiram novas dúvidas e foram enviados via e-mail dois questionários destinados a Oficiais.

Segue abaixo a relação dos policiais militares entrevistados.

- Soldado L. Almeida, na ALI do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 26 de janeiro de 2016.
- Soldado M.R. Neis, na ALI do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 26 de janeiro de 2016.
- Soldado Stoker, na ALI do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 26 de Janeiro de 2016.
- Tenente Lauxen, na ALI do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 27 de janeiro de 2016.
- Soldado Gustavo, entrevista número 1, no POE do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 27 de Janeiro de 2016.

- Soldado Gustavo, entrevista número 2, no POE do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 27 de janeiro de 2016.
- Tenente Wolf, no POE do 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 27 de janeiro de 2016.
- Coronel Sérgio Flores de Campos, na sala de reunião reservada para a entrevista no 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 27 de janeiro de 2016.
- Tenente Coronel Ribas, em seu gabinete no CRPO-FNO, Santa Rosa, RS, 28 de janeiro de 2016.
- Capitão Karnikowski, entrevista número 1, na sala de reunião reservada para a entrevista no 4ºBPAF, Santa Rosa, RS, 25 de julho de 2016.
- Capitão Karnikowski, entrevista número 2, questionário extra enviado por e-mail em 11 de março de 2017.
- Tenente Coronel Ribas, entrevista número 2, questionário extra enviado por e-mail em 18 de abril de 2017.

APÊNDICE 6 - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA N°1: CORONEL SÉRGIO FLORES DE CAMPOS

Data: 27/01/2016.

Local: Santa Rosa

Presentes: Sérgio Roth Pinto e Coronel Sérgio Flores de Campos.

Pergunta 1: Como é organizado o policiamento de fronteira pelo 4ºBPAF?

Eu tive a oportunidade de comandar o 4/BPAF do ano de 2010 até o ano de 2013. E o batalhão já vinha com um histórico operacional de fronteira bastante forte, ele tinha aplicação das patrulhas de fronteira combinado com as equipes de inteligência, ou seja, as viaturas identificadas atuavam em conjunto com as viaturas discretas.

O grande problema dessa atuação continuada que sempre se buscou era a continuidade apesar da restrição de efetivo foi motivar a instituição Brigada Militar a Manter o mínimo de recursos destinados a atividade de fronteira, ou seja, no mínimo as diárias para esse pessoal atuar e também o combustível para a manutenção das viaturas. Combustível e manutenção dos serviços e peças.

Então já que estava consolidado está atuação e principalmente pelo próprio papel que o Comando Regional a partir do ano de 2000, se tentou fazer em razão da proposta estratégica do Comando Regional em fortalecer a própria Fronteira pela sua identidade e acabou influenciando o próprio 4º batalhão a atuar de forma efetiva assim como os batalhões, principalmente o batalhão de Três Passos que faz parte do Comando Regional, aqui de Santa Rosa.

Então essa atuação de fronteira ela já estava consolidada e nós procuramos manter essa atuação. O que favoreceu foi o fato de ser ter uma estratégia de fronteira do Governo Federal em andamento isso obviamente que mobilizar o governo do Estado e influenciar o Comando da corporação e favorecer a própria identidade que nós tínhamos de atuação de fronteira e está continuidade que sempre foi um dos objetivos que nós tínhamos no Comando e aqui no batalhão.

Pergunta 2: Quais as principais dificuldades no trabalho de policiamento de fronteira?

Nós temos que classificar a atuação de segurança pública em fronteira no mínimo no grau de administração pública, ou seja, tem um programa do governo do estado ou do Governo Federal em andamento com a capacidade de recursos e efetivos. Segundo a instituição polícia ter efetivo especializado, ter equipamento específico, armamento, equipamento de proteção, comunicação e viaturas e embarcações, dependendo do tipo

de fronteira. A nossa fronteira é molhada, a fronteira com a Argentina exige a presença no rio Uruguai.

Então as dificuldades são em administração se ter uma política efetiva de Estado e não de Governo. Se eu tiver uma política de governo, terminou os 4 anos possivelmente se fragmenta a questão de recursos que é fundamental para a manutenção da rotina de patrulhas em fronteiras.

Então eu tenho uma política de Estado que efetivamente se tenha recursos para a continuidade de especialização dos efetivos que trabalham em fronteira por que certamente com o tempo são substituídos. Há necessidade de substituir área administrativa.

Na área das relações internacionais se entra também em outra questão de políticas de Estado, ou seja, que se tenha efetivamente no Ministério das Relações Exteriores ou no Gabinete dentro do Estado de Relações Internacionais a capacidade de mobilizar os governos de província, o governo do país vizinho dentro de um ajuste estratégico que de uma atenção do mesmo grau que o Brasil dá a atuação de segurança pública em fronteira.

Então outra visão estratégica das relações internacionais mais de mobilização continuada do governo que pode ser diretamente entre esses governos ou atuar com órgãos como a gestão do MERCOSUL, dentro dessa política de aproximação e integração da segurança regional, no mínimo essas duas questões, ou seja, a capacidade das relações internacionais e da administração.

Eu acresço os níveis de relação que se tem principalmente do Governo do estado com o Governo Federal, ou seja, é indispensável que se tenha dentro desses canais necessários para a comunicação uma credibilidade, ou seja, eu tenho que criar uma relação de lealdade entre as forças estaduais, as forças federais e que especificamente Forças Armadas e a Polícia Federal que tem essa atribuição voltada a fronteira, assim como nós policiais militares na ocupação territorial na atividade de polícia ostensiva.

Então há a necessidade da complementaridade para se alcançar, isso exige tempo e também é uma dificuldade a ser referenciada nessas relações de segurança pública na fronteira.

Pergunta 3: A polícia tem recursos suficientes para atuar na fronteira?

Os recursos orçamentários aqui falando exatamente do batalhão ele não tem um recurso específico para a atuação em fronteira a não ser na época em que estivemos a frente do batalhão em que havia sim a destinação das diárias específicas para os policiais que atuavam em fronteira. Manutenção de viaturas este recurso era em geral, não recebia uma restrição específica para o equipamento de fronteira.

Então há dificuldades de recursos sim, recursos financeiros, dificuldade em manutenção e substituição de veículos e embarcações, treinamento de policiais, é uma necessidade e exige treinamento continuado, mobilizando então essa capacidade operacional, que envolve o capital humano e obviamente em equipamentos. Então há sim dificuldade porque o visto de atuação em fronteira ele é bastante elevado, seja pela dificuldade de deslocamento, em rio, seja dificuldade de deslocamento em vias que não são pavimentadas, em estradas secundárias, então exige um investimento bastante elevado.

Pergunta 4: Qual a relação da polícia de fronteira com a comunidade fronteiriça?

Eu faço uma ressalva em relação a uma política de polícia comunitária que normalmente é uma aproximação muito forte dos policiais que atuam em determinado território com a comunidade.

A polícia de fronteira ela tem um grau de aproximação necessária quando depende de informações da população ribeirinha. Então onde está havendo o transporte, o contrabando, o descaminho, o tráfico, a população acaba sabendo. Mas eu tenho que ter essa preocupação de não expor esse informante, á esses criminosos. Então há uma relação necessária porem é se restringe há essa capacitação de informações.

Eventualmente as patrulhas de fronteira podem fazer uma cobertura, uma suplementação da atividade de polícia ostensiva normal, porque essa se mantém nas comunidades, a patrulha de fronteira é um diferencial, não tem esse papel da polícia ostensiva normal, ela vai atuar especificamente sobre os crimes transfronteiriços e depende sim dessa relação com lideranças, mas também não é no mesmo grau que resolve no policiamento normal.

Então ela se torna uma atuação digamos mais legalista, mas firme que o policiamento normal porque a conversa, a transigir em determinadas situações isso não pode acontecer na atuação da polícia e dos grupamentos de fronteira. Então se ele se deparar com uma infração de trânsito ele tem o rigor no cumprimento qualquer produto que ele identifique sendo transportado ao rigor dessa identificação e se tiver que ser conduzido não pode abrir mão de utilizar de subterfúgios para não se envolver na ocorrência.

Há um rigor muito grande e isso formata uma identidade de firmeza e rigidez muito forte em situação as patrulhas de fronteira. Por que ela não escolhe ou vai se omitir diante de uma ocorrência de menor gravidade ou maior gravidade. Então ela vai enfrentar e vai conduzir da maneira mais rigorosa possível, exatamente até para manter a confiabilidade na atuação.

Pergunta 5: Qual a relação do 4ºBPAF com a ENAFRON?

Houve um recebimento de recursos do Governo Federal nesse período em que estive a frente do 4ºBPAF principalmente nos anos de 2012 e 2013, viaturas, equipamentos de proteção, posteriormente se recebeu armamento e também houve a destinação de recursos em tecnologia de comunicação, ou seja, uma substituição de rede de rádios, houve a destinação de recursos, mas eu já não acompanhei a finalização da execução desse recurso.

Mas previa modernização dos equipamentos de comunicação necessários principalmente pelas dificuldades que se tem em fronteira pela geografia, enfim, você depende muito das comunicações e obviamente da agilidade de toda a atuação de patrulha depende de equipamentos de comunicações e precisa de equipamentos modernos necessários principalmente pelas dificuldades que se tem em fronteira pela geografia, enfim, você depende muito das comunicações e obviamente da agilidade de toda a atuação de patrulha depende de equipamentos de comunicações e precisa de equipamentos modernos principalmente equipamentos digital diferente do que se utilizava até então que era o analógico.

Pergunta 6: Existem outros programas além da ENAFRON que destinem recursos para a fronteira?

Até os 4 anos de governo anterior que tinha dentro do seu programa ENAFRON e obviamente com a finalização do governo esse programa é extinto era o programa suporte das atuações de fronteira. Atualmente se tem um programa aqui específico para a Fronteira a não ser a proposta que se percebeu do Governo Federal em se trabalhar com Centros de Comandos Integrados de Controle nos estados que teriam esse papel de trazer os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira para a sua área de debate e a sua área preocupação, mas ainda não temos a informação plena de como isso funcionaria ou a documentação ou mesmo a destinação de recursos as cifras específicas para fronteira diante desse novo programa que o governo federal através do Ministério da Justiça está desenvolvendo.

Então não tenho a informação de qual recurso e se há esse recurso específico pra fronteira. Que nos causa uma preocupação, pois o ENAFRON ele conseguiu mobilizar gestores, ele conseguiu entregar e demonstrar efetivamente os policiais da ponta, de linha, que havia uma preocupação com seu bem-estar, com a capacidade operacional. E que ele tivesse uma qualidade de equipamento a sua disposição ao nível da dificuldade e da atuação de fronteira. E com essa ruptura do novo plano Plurianual é vazio uma falta de clareza, enfim da política nacional e que ela é uma mobilizadora muito forte dos estados, hoje a gente não tem assim um norte específico se vamos continuar tendo uma proposta do Governo Federal em relação a essa capacitação de recursos para a fronteira.

E com certeza que acaba sendo uma preocupação de todos os policiais, pois os recursos que foram recebidos precisam receber manutenção, precisam ser substituídos e obviamente isto depende de investimento do Governo Federal e a gente sabe das dificuldades do governo do estado em destinar este tipo de recursos, então certamente precisaria do Governo Federal para dar esse suporte a atividades de fronteira.

Pergunta 7: E quanto aos recursos Humanos existe uma preparação específica do policial militar no policiamento na fronteira?

Dentro da ENAFRON teve essa preocupação de fazer uma série de cursos tanto para gestores, quanto para os policiais de linha, os que compunham as patrulhas de fronteira. Como disse, como se trocou, ele finalizou em 2014 ou 2015. O recurso ENAFRON, o Programa ENAFRON, fica este vazio de necessidade porque o papel da segurança pública e um dos princípios da segurança pública exatamente é a especialização. E a fronteira ela exige essa especialização e se faz isso tanto com equipamentos específicos, quando com o treinamento.

Isso revela custos porque se exige que os policiais tenham uma vivência em outros estados, eles sejam transportados a outras realidades não só dentro do estado do Rio Grande do Sul, mas conheçam outras realidades principalmente Mato Grosso que tem uma história muito forte de operações de fronteira.

Então tudo isso exige recursos e obviamente que é uma preocupação muito grande com o treinamento para a especialização e o suporte para essa operacionalidade de fala através dos meios que são colocados através da disposição.

Pergunta 8: existem mapas do crime na fronteira?

Nesse período que a gente teve junto ao Comando Regional e ao comando do 4º batalhão o suporte a esse levantamento de informações e dados ela é feita pelo setor de Inteligência combinando com o setor operacional do Estado Maior. E obviamente identifica isso através da combinação de informações da Polícia Federal através do levantamento feito pelo próprio 4º batalhão e informações que vinham da Gendarmeria Nacional e a Polícia de Misiones que se mantém, se mantinha uma relação muito forte com essas instituições através das ações simultâneas que eram uma rotina. Então aí se conseguia ter uma ideia da fluabilidade da ação de contrabandistas e mesmo do trafica principalmente a maconha que acaba sendo tendo uma supremacia aqui na nossa região, ou seja, se identificava quais os canais dentro da linha de fronteira mais utilizado.

Então se tinha pontos específicos e normalmente a atuação da patrulha de fronteira se dava em razão desses pontos previamente identificados ou como a fronteira é muito extensa são mais de duzentos quilômetros na área do próprio comando Regional chega

a quase trezentos quilômetros. Mas dentro da área do batalhão são quase cem quilômetros se não me engano obviamente que os portos clandestinos na linha de fronteira junto ao rio Uruguai são um imenso número então dificulta bastante a atuação e se depende dessas informações tanto da população ribeirinha, quanto das próprias instituições de se identificar os canais mais propícios a essa ao transporte principalmente do cigarro ou outros produtos que enfim tenham atenção econômica por parte dos contrabandistas e obviamente o tráfico de drogas.

Então sim havia essa preocupação, mas não em fronteira a gente não tem uma perenidade nesses do delito em relação à transposição de fronteira. O que se tem é também, são a identificação de indivíduos que normalmente fazem parte das quadrilhas e que atuam de forma rotineira na região e esses dados sim também se possui e obviamente combinado principalmente com os dados da Polícia Federal, então o setor de inteligência e a Polícia Federal mantém um banco de dados dessas lideranças de quadrilhas.

APÊNDICE 7 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 1: TENENTE CORONEL VLADIMIR RIBAS.

1º Entrevista com o Tenente Coronel Ribas.

Data: 28/01/2016

Local: Santa Rosa, em seu gabinete no CRPO FNO.

Presentes: Sergio Roth Pinto e TC Ribas.

Pergunta 1: Como é Organizado o policiamento na fronteira pelo 4ºBPAF?

O policiamento na fronteira é organizado da seguinte forma. Quem operacionaliza o policiamento na fronteira é o POE, através do planejamento feito pelo comandante do POE.

Então existe uma ordem de serviço, aonde são tratados todas as atividades que devem ser feitas e o comandante do POE é o que realmente faz a aplicação do efetivo na atividade de patrulhamento de fronteira.

Pergunta: Quais as principais dificuldades no trabalho de polícia na fronteira?

Olha! Podemos citar o seguinte é a área, nós temos um grande espaço até o próprio território dos municípios. Nós temos muitos municípios com 40 km de linha de fronteira junto ao rio Uruguai, temos em torno de 90 km de fronteira a serem percorridos e nisso aí temos a grande quilometragem das estradas por que nós somos permeados de estradas e isso aí dificulta a ação. Então tu tem que conhecer bem o terreno para a aplicação do homem saber qual a incidência, o local de maior incidência.

Outra coisa também que dificulta é com a aplicação de diárias. Tu tendo a diária, tu coloca o homem mais tempo no trecho de patrulha. As patrulhas geralmente são formadas por três militares fardados e dois de inteligência. Então nós temos cinco PM envolvidos nisso aí. É então não temos assim essa dificuldade com relação a esse efetivo, o interessante seria a aplicação de mais uma patrulha e mais o seguimento de inteligência talvez. É o mínimo que a gente está aplicando e tem apresentado alguns resultados positivos.

Pergunta 2: A polícia tem recursos suficientes para atuar na fronteira?

Bom aí nós temos que ver o que é questão dos recursos. Recursos financeiros, materiais ou humanos? Como retomo aos recursos quando há a cotação de diárias acredita-se, não há. Uns três anos atrás nós tínhamos a aplicação mensal, então nós tínhamos um pessoal aplicado, cinco homens diariamente. Como a dificuldade de

repasse de dinheiro houve então o que? A diminuição do emprego desse pessoal no mês de acordo com as diárias disponibilizadas.

Com relação aos recursos? Atualmente nós estamos bem de viaturas. As viaturas hoje que nós temos elas são viaturas ENAFRON, viaturas caminhonetas, pick-up, elas tem condições. Armamento nosso pessoal tem disponível é fruto de um trabalho que foi feito nos últimos anos em busca junto ao PPC, então a aquisição de materiais, valores orçamentários do governo do Estado mais direcionados para a Região. Nós conseguimos então através do PPC dota os nossos efetivos de armamentos.

Recursos humanos? Os recursos humanos são aplicados então o efetivo que nós temos no pelotão de operações especiais que é o que responsável pela parte ostensiva da patrulha e o pessoal da inteligência.

Pergunta 3: Qual a relação da Polícia de fronteira com a comunidade?

Olha tu tem que ter uma ideia assim, a região de fronteira ela é conhecida como uma zona de chibo. Então muitas pessoas vivem dessa pratica, chibiando. Então por exemplo aquelas pessoas que realmente são alvo das ações, essas ela tem um caso sua pratica prejudicada seu comércio. Prejudicado porque ela busca muitas vezes produtos na Argentina e as vezes quando vem para o lado brasileiro tem a sua carga o seu produto esse apreendido de acordo com a causa do descaminho ou do contrabando.

Mas, assim, no geral a relação é boa porque também nós dependemos dos ribeirinhos para buscar as informações. Então muitas vezes a gente tem o lado negativo com relação as apreensões e prisões e tu também tem aquela questão do retorno das informações necessárias as atividades aplicadas na pratica.

Pergunta 4: Qual a relação do 4º BPAF com a ENAFRON?

Bom, hoje se for analisar foi feito um trabalho desde uns 4 anos atrás, mais de 5 anos foi quando foi dotado de equipamento, nós entramos no Programa da ENAFRON no sentido de dotar o batalhão de viaturas. Então nós temos hoje 4 viaturas da ENAFRON certo. Então e mais algum material no sentido de armamento que venho desse projeto.

Então, assim, hoje em termos de recursos nós de materiais de viaturas, nós estamos bem. O que acredito eu, é com relação a parte nossa é que com relação no convenio prevê que a Brigada deve colocar um dispositivo a disposição desse projeto. Coisa que a gente tem dificuldade por causa da falta de efetivo que nós temos.

Então fica bem, tá bem relativo o trabalho com informações. Hoje trabalha mais com a informação da denúncia, que se faz um trabalho mais focado em determinado ponto.

Pergunta 5: Existem outros Programas além da ENAFRON que destinem recursos para a fronteira?

Não, que eu saiba o focado na nossa região é a ENAFRON.

Pergunta 6: Existem mapas do crime?

Olha, nós temos assim, quem faz isso aí é a parte da segurança, que parte do levantamento dos locais onde determinados delitos acontecem. Então a gente, nós temos mapeados dentro da nossa região da área do batalhão locais aonde ocorre mais o contrabando de cigarros e mais, vamos dizer assim, o contrabando de semente, soja. Então quando a soja ta muito alto aqui a semente de soja está baixa na Argentina. Há esse trânsito da soja da Argentina para o Brasil, porque fica mais fácil, então nós temos pontuados em alguns locais o que pode. Isso também é focado aos locais de acesso com facilidade. Nós temos isso mapeado sim.

Pergunta 7: Quanto aos recursos humanos existe uma formação para os policiais atuarem no policiamento ostensivo na fronteira?

Assim, os oficiais são multiplicadores e receberam curso na época do Pelotão de Fronteira. Até foi feito na Amazônia. Já os praças, não, eles no caso foram com base nessa formação que os oficiais receberam e repassaram a eles.

O pelotão de choque quando foi iniciado o foco dele era para uma determinada atividade foi o combate ao que vinha ocorrendo de 2009 para cá que era os furtos em cooperativas de agrotóxicos e aí depois como foi normalizado esse crime, foi diminuindo esse crime. Ai voltou então para a ação de fronteira para fazer essa ação focada na fronteira.

Então o pessoal que ele já teve cursos para recentemente o pessoal teve acesso em Livramento focado para a área de fronteira. Mas no início não teve essa preocupação de formar para o policiamento de fronteira. Até inclusive muito material foi produzido. Então o próprio policial produziu material no sentido de evocar a parte mais técnica da ação de Polícia de Fronteira.

APÊNDICE 8 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA Nº 2: CAPITÃO KARNIKOWSKI

Data: 11/03/2017

Presentes: Entrevista via e-mail.

Pergunta 1: Como ocorre o tráfico de armas e munições na região e para onde são direcionadas estas armas e munições?

Importante lembrar que o órgão com competência originária para investigar e reprimir o crime de tráfico internacional de armas e munições é a Polícia Federal, bem como, que o controle sobre a fabricação, comércio, importação e exportação de armas e munições no Brasil é do Exército.

A Brigada Militar atua frente a esse crime apenas por competência subsidiária (através de ação de complementação, de ação conjunta ou coordenada com aqueles órgãos) ou competência residual (substituindo, atuando no vácuo, na inoperância ou inexistência daqueles órgãos na fronteira).

Isso impede, por exemplo, que a BM realize trabalhos aprofundados de inteligência policial com foco nesse crime específico (houve inclusive operações de inteligência da BM em apoio ao Ministério Público Estadual que ao constatar a incidência de tráfico internacional de armas, declinou competência ao Ministério Público Federal, encerrando a participação da BM no caso).

Assim, tornam-se raras as ocorrências de tráfico internacional de armas e munições com atuação direta da BM na Fronteira Noroeste. Quando acontecem, são durante abordagens “de rotina” em operações de cunho preventivo na fronteira, onde são apreendidas pela BM armas e munições provenientes do Paraguai/Argentina, mas em pequenas quantidades.

Até porque, sabemos que as organizações criminosas que atuam nesse ramo são muito bem estruturadas e por isso passam despercebidas pela nossa região devido à deficiência estrutural da BM e dos outros órgãos já mencionados.

Podemos afirmar que há duas modalidades desse crime: uma delas é o tráfico de uma ou outra arma curta e carabinas ou espingardas e pequenas quantidades de munições (cometida por contrabandistas locais) que passam pelo rio Uruguai misturados a outros produtos contrabandeados (tanto por portos clandestinos, quanto por portos alfandegados, mas com fiscalização deficitária ou inexistente) e se destinam ao comércio e utilização na nossa própria região por atiradores, abigeatários ou caçadores ilegais, para defesa própria ou por criminosos da região.

Já a outra modalidade é o tráfico de maiores quantidades de armas e munições (armas mais potentes, como fuzis, por exemplo) que é realizado por organizações criminosas bem articuladas e possivelmente auxiliadas por pequenos contrabandistas da região e talvez por agentes públicos corruptos e se destina a abastecer o crime organizado na região metropolitana de Porto Alegre. Mas esses crimes chegam ao nosso

conhecimento através de informações superficiais e geralmente depois de já ocorridos (o que nos retira a competência para atuar de forma investigativa/repressiva nem nos possibilita um trabalho inteligência ou ostensivo/operacional de prevenção).

Pergunta 2: Como é feito a transposição qual o *modus operandi* dos contrabandistas?

Como já foi dito, o tráfico de pequenas quantidades ocorre junto ao contrabando e descaminho de outros produtos. Seja passando o rio por “caícos” em portos clandestinos, seja pelas balsas legalizadas em portos alfandegados, mas sem fiscalização eficiente. Podem ocorrer até mesmo disfarçado entre produtos comercializados legalmente (dentro da cota).

Quanto ao tráfico de grandes quantidades, se ocorre passando pelas balsas e portos fiscalizados, possivelmente seja com auxílio de agentes corruptos ou facilitado pela deficiência na fiscalização. E quando ocorre a transposição por “caícos” e portos clandestinos, certamente é com auxílio de moradores ribeirinhos que possuem habilidades de navegação nessas pequenas embarcações e conhecimento do rio e das matas ciliares.

APÊNDICE 9 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 2: TENENTE CORONEL VLADIMIR RIBAS.

Data: 18/04/2017

Presentes: Entrevista via email.

Questionário

1. O que é a Operação Avante?

A Operação Avante foi instituída como operação permanente, através da Portaria 632/EMBM/2016 (editada Comando da Brigada Militar) com o fito de estabelecer o enfrentamento qualificado à criminalidade em todo Estado do RS, com ênfase nos grupos criminais priorizados pela Instituição (baseado na metodologia de Gestão por Resultados, de análise criminal e de análise de inteligência), com emprego qualificado dos recursos disponíveis.

2. Como o 4ºBPAF ou o CRPO FNO atuam na Operação Avante? (org. patrulhas).

A atuação se dá através da repressão qualificada dos grupos criminais priorizados pelo Comando Regional de Polícia Ostensiva Fronteira Noroeste (CRPO FNO), com emprego de efetivo em dias, horários e locais elencados, podendo abranger quaisquer municípios da área.

Também, em razão da característica de fronteira, tem atuação específica, dentro da Operação Avante, com o foco de Combate ao Abigeato, Contrabando e Descaminho, através do emprego de Patrulhas Rurais de Fronteira.

3. Como são baseadas as ações do 4ºBPAF ou do CRPO FNO para a Operação Avante?

As ações são baseadas nos seguintes pontos:

- Redução dos índices dos cinco Grupos Criminais priorizados pela Instituição e dos dois Grupos Criminais priorizados pelos respectivos Comandos Regionais;
- Planejada a partir análise dos resultados da Ferramenta Avante;
- Os locais e forma de atuação devem ser estabelecidos com base na Análise Criminal e de Inteligência;

- A atuação deve observar os Cadernos Doutrinários e Notas de Instrução da Instituição;
- Focada em resultados (Redução dos índices de criminalidade priorizados);
- Realização de reunião de planejamento e posteriormente reunião de avaliação;
 - Em razão do fluxo de informações nos diversos aplicativos de mídias sociais, as ações devem ser dinâmicas visando sua efetividade nos locais de emprego;
 - O efetivo empregado deve ser prévia e devidamente orientado pelos Oficiais responsáveis pela operação, descrevendo os objetivos específicos, metodologia, forma de atuação e resultados esperados;
 - Sempre que possível deve observar o emprego integrado com outros órgãos, quanto existente, por meio da participação dos Comandantes nos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal;

4 Qual o objetivo da Operação Avante para a Fronteira Noroeste?

O objetivo é combater os delitos elencados nos grupos criminais priorizados e, pela característica regional, e os delitos de abigeato, contrabando e descaminho.

5 Quando teve início a 1ª Operação Avante no 4º BPAF?

A primeira Operação Avante no 4º BPAF teve início no mês de março de 2016.

APÊNDICE 10- FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO



Foto do ônibus do grupo Brigada em Cena do 4ºBPAF. Fonte: Sérgio Roth Pinto



Foto da entrada da sede do 4ºBPAF em Santa Rosa, RS. Fonte: Sérgio Roth Pinto.



Foto do rádio comunicador utilizado em campo pela Inteligência e o POE.
Fonte: Sérgio Roth Pinto.



Foto de uma propriedade rural as margens do rio Uruguai. Fonte: Sérgio Roth Pinto.



Foto de uma propriedade rural às margens do rio Uruguai no fundo do plano observa-se a Argentina. Fonte: Sérgio Roth Pinto.



Foto: As margens do rio Uruguai. Observa-se o relevo composto por morros. Fonte: Sérgio Roth Pinto.